



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

**ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA**
(ORGANIZADOR)



Editora Poisson

VOLUME 5

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais:
Perspectivas Interdisciplinares
Volume 5

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas
Interdisciplinares - Volume 5/ Organização:
Anderson Lincoln Vital da Silva - Belo Horizonte -
MG: Editora Poisson, 2025

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-492-5

DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências
Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura - CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br

Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Capítulo 1: O Brasil e a experiência democrática (1945-1964) – uma análise da trajetória dos partidos PSD, PTB e UDN | 05 |
| Maxmiliano Martins Pinheiro | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.01 | |
| Capítulo 2: Ensino da Filosofia Escolar como problema filosófico: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Teoria Histórico-Cultural | 18 |
| José Ribamar Lima Silva | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.02 | |
| Capítulo 3: Princípio da insignificância: sua aplicabilidade jurisprudencial e economicidade aos cofres públicos | 40 |
| Georgette Iara Teixeira Santos | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5 CAP.03 | |
| Capítulo 4: Direito e literatura: a violação dos direitos humanos e o silenciamento da individualidade artístico-literária em Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus | 54 |
| Roseli de Farias Bohn, Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli, Sônia Mara Nita | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.04 | |
| Capítulo 5: Jornalismo e os paradigmas positivista e construtivista: o discurso monológico e a mediação intersubjetiva da comunidade de comunicação | 64 |
| Heitor Costa Lima da Rocha, Anabela Maria Gradim Alves | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.05 | |
| Capítulo 6: No Ponto de Encontro: análise da "trisssexualidade" de uma revista paranaense..... | 79 |
| José Carlos Fernandes, Monique Ryba Portela, André Luiz Justus Czovny | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.06 | |
| Capítulo 7: A transculturação no tom e no ritmo da <i>Música Perdida</i> | 93 |
| Wenderson Pinto Farias | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.07 | |
| Capítulo 8: O poder das coisas | 108 |
| Jacques Alkalai Wainberg | |
| DOI: 10.36229/978-65-5866-492-5.CAP.08 | |
| Autores | 121 |

Capítulo 1

O Brasil e a experiência democrática (1945-1964) – uma análise da trajetória dos partidos PSD, PTB e UDN

Maxmiliano Martins Pinheiro

Resumo: O presente capítulo tem como objetivo principal analisar a gênese e o desdobramento dos partidos políticos PSD, PTB e UDN na primeira experiência democrática brasileira, iniciada em 1945 e interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Este trabalho não almeja perscrutar sobre todas as atuações desses partidos nos governos que constituíram essa fase de democratização do país, mas investigar nas suas peculiaridades algumas explicações que podem elucidar suas desenvolvuras no período estudado. Por conseguinte, os objetivos específicos necessários para o desenvolvimento dessa análise são: o exame das origens do PSD e do PTB como partidos que, diferentemente, figuram ingressos situacionistas diante da autoridade de Getúlio Vargas, ao passo que a UDN configura o principal partido de oposição com a retaguarda das elites e outras camadas sociais descontentes; a análise dos desempenhos desses partidos conforme suas prerrogativas ao longo desse processo de democratização em que emergiam as disputas políticas assentadas nos direitos da classe trabalhadora e nos interesses das elites dominantes. A metodologia fundamenta-se nas ciências políticas e na historiografia. Espera-se que essa pesquisa contribua para os estudos sociológicos concernentes à formação dos partidos no processo democrático do Brasil.

Palavras-chave: partido político, democracia, trajetória.

1. INTRODUÇÃO

Com o fim do Estado Novo em 1945, que foi uma ditadura de verniz fascista instituída por Getúlio Vargas, o Brasil inicia tardiamente uma fase de democratização com participação mais ampla da população. Antes da Era Vargas (1930-45), o país adotara um sistema democrático de fachada, visto que somente as camadas mais abastadas tinham direito ao voto. Com efeito, as causas da deposição de Vargas mostram-se dúbias, já que, se por um lado questionou-se o fato do presidente, ao mesmo tempo, lutar contra o fascismo e o nazismo enviando a Força Expedicionária Brasileira à Itália e manter uma ditadura repressora no Brasil, por outro, observou-se que ele foi deposto pelo Alto Comando do Exército em 1945 (FICO, 2015). Em outras palavras, os mesmos segmentos elitistas que apoiaram o Estado Novo estavam reivindicando uma nova conjuntura para o país, o que descortina a fragilidade desse novo processo democrático.

Uma vez que o Brasil atravessava uma nova fase sociopolítica, a conjuntura nacional exigia a construção de partidos políticos que, por mais contraditórios fossem os motivos da queda de Vargas e o apelo à democracia, pudessem auxiliar institucionalmente o país no novo ciclo que se iniciava. Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar o surgimento e as trajetórias dos partidos PSD, PTB e UDN nessa primeira experiência democrática pela qual o Brasil perpassou entre 1945 a 1964. Para efetuar tal finalidade, cumpre estabelecer alguns objetivos específicos para auxiliar o escopo analítico: apresentar o nascimento e as particularidades do PSD, PTB e UDN como os principais partidos eleitorais da nova etapa de democratização, sendo os primeiros oriundos de diferentes feições situacionistas, enquanto o último figurando o principal segmento de oposição; e analisar os desdobramentos dessas agremiações partidárias no decorrer desse período de democratização, tendo em vista as suas prerrogativas específicas e as disputas políticas decorrentes tanto das lutas das classes trabalhadoras quanto dos interesses das elites dominantes. Espera-se que essa pesquisa mostre que, apesar de suas debilidades e contradições internas, houve uma identificação política entre esses partidos com segmentos específicos da população brasileira.

No que concerne ao suporte metodológico deste capítulo, serão utilizadas ao longo da análise as obras de Lúcia Hippolito, Lucília de Almeida Neves Delgado, Maria Victoria de Mesquita Benevides e Angela de Castro Gomes que escrutinam especificamente os itinerários dos partidos PSD, PTB e UDN durante a primeira democratização. Como fontes complementares, serão consideradas as contribuições de Carlos Fico, Miguel Bodea, Moniz Bandeira, Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo, Otávio Ianni, Francisco Weffort, entre outros, pois abordam tanto as conjunturas sociopolíticas quanto as socioeconômicas do período em estudo. Cumpre deixar de antemão que o presente trabalho não propõe um exame abrangente das atuações do PSD, PTB e UDN ao longo dos governos que representaram o processo democrático principiado em 1945, mas um foco nas características específicas desses partidos a fim de compreender suas desenvolvimentos diante das disputas desse período.

2. O INGRESSO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DE 1945

PSD, PTB e UDN foram os partidos políticos que se consolidaram como majoritários no período democrático empreendido entre 1945 e 1964. Além desses partidos, deve-se acrescer a presença de outras siglas partidárias que, mesmo com menor importância, fizeram parte dessa nova fase da República brasileira, como o PSB, PSP, PR, PDC, PTN, PL e o PCB que foi cassado em 1947 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, obtendo sua

legalidade somente em 1962. Ocorreram eleições para presidência da República em 1945, 1950, 1955 e 1960, até que o golpe civil-militar extinguisse esse processo democrático e a ditadura extinguisse esses partidos (Fico, 2015). Para alguns estudiosos, o sistema partidário brasileiro era frágil, e até mesmo os maiores partidos não teriam propósitos ideológicos claramente definidos (Fico, 2015). Todavia, segundo Carlos Fico (2015), essa leitura não se sustenta mais, uma vez que os estratos sociais acompanhavam com afinco as eleições, tendo em vista as identificações partidárias. Conforme foi exposto anteriormente, uma das metas dessa pesquisa é reiterar esse argumento.

Adentrando a compreensão em torno da gênese dos partidos nascidos no processo democrático, o PSD (Partido Social Democrático) surge em, 1945, com a força dos interventores estaduais, já que Agamenon Magalhães quando elaborou um novo Código Eleitoral no Ministério da Justiça que demandava o processo democrático por meio de uma Constituinte respaldada na convocação de eleições e na criação de partidos políticos (GOMES, 2005). É nesse processo que emerge o PSD, pois quando Agamenon assumiu o comando da democratização, estava decidido não só a criação de partidos nacionais, mas também a viabilização de um partido gerido por interventores (GOMES, 2005). Como partido de centro, o PSD tornou-se protagonista no regime da Constituição de 1946, de acordo com sua participação e impacto na dinâmica do processo político, conferindo o tom da política nacional da época (Hippolito, 1985). Sendo assim, a vida partidária brasileira dependeu da aptidão do PSD de se associar com as demais siglas partidárias, acarretando consequências na desenvoltura política do país:

O sistema partidário viveu, entre 1945 e 1964, na dependência da capacidade do PSD de se articular com os demais partidos, no sentido de atender às demandas da evolução política. Assim, o sistema foi moderado quando o PSD foi um partido solidamente instalado no centro político. Transformou-se em polarizado quando o PSD fugiu do centro e fragmentou-se internamente. Enquanto o PSD manteve a iniciativa – da participação ou da omissão –, os outros partidos movimentaram-se ao seu redor, tendo-o como ponto de referência, para acompanhá-lo ou a ele se opor. Quando, ao contrário, o PSD se viu a reboque da conjuntura, reagindo a ela (e não mais se antecipando), o centro político do sistema partidário caminhou para o colapso. (Hippolito, 1985, p. 37).

De acordo com a exposição acima, o PSD era um partido de centro arraigado nas prerrogativas da moderação e do equilíbrio, sendo tais princípios responsáveis pelo êxito eleitoral da sigla partidária, posto que obteve sucessivas vitórias eleitorais durante a primeira democratização do Brasil. Entre outras características, cumpre destacar: a tendência de o PSD se tornar o fiador da estabilidade política da democracia através do seu espírito conciliador; a prática de influências recíprocas entre a direção nacional do partido e os diretórios regionais, em que as decisões do centro não condicionavam totalmente as periferias, garantindo um equilíbrio entre a centralização e a descentralização no interior do partido; a capacidade do partido de articular solidamente em seu interior os níveis nacional, regional e local, permitindo mais flexibilidade à estrutura do partido e buscando permanentemente o equilíbrio em função do diretório nacional; e o fato do partido, conforme exposto, possuir princípios políticos como da os da conciliação e da moderação (Hippolito, 1985).

No âmbito mais pragmático, o PSD era composto maciçamente pelo eleitorado do interior, isto é, os setores agrários, sendo este formado por grupos mais conservadores e por alas

mais jovens, o que garantia o seu equilíbrio interno (Hippolito, 1985). Sendo o partido majoritário no Congresso Nacional, utilizava as presidências da Câmara e do Senado como barganha política para consolidar alianças, visando a presidência da Comissão de Justiça e a do Orçamento, pois ambas pertenciam à Câmara dos Deputados (Hippolito, 1985). O PSD buscava nas moedas de troca do meio político a capacidade de administrar o país e procurava atender os interesses de sua clientela formada majoritariamente pelos segmentos ruais (Hippolito, 1985). Cabe ressaltar que tanto as elites agrárias quanto os pobres nas regiões interioranas constituíam o eleitorado pessedista. Em suma, a estratégia fisiológica e a busca pela harmonia republicana foram os pontos norteadores desse partido na democratização brasileira.

O PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) também surgiu nas condições conjunturais de 1945 com o desmantelamento do Estado Novo, o que permitiu a formação do pluripartidarismo nacional e o anseio pelas eleições diretas. É importante sublinhar que o PTB nasceu na perspectiva de um partido situacionista, pois a frustração do governo varguista em estabelecer uma única organização partidária, impeliu a ascensão do PSD como anteparo ao partido da grande oposição a Getúlio Vargas, a UDN, como será visto adiante, mas a criação do PSD não contemplou a articulação com um outro segmento que era indispensável ao regime: a classe trabalhadora (Gomes, 2005). Por isso, a promoção do PSD exigia a criação de um outro partido situacionista que congregasse as lideranças sindicais que antes tinham resistido ao projeto de um partido único, o PTB (Gomes, 2005). Dessa forma, o PTB ilustrava a outra via do continuísmo varguista na democratização, englobando os trabalhadores vinculados aos sindicatos e ao programa trabalhista do ex-presidente, adquirindo um cunho mais popular (Delgado, 1989).

Sob o seu aspecto pragmático, o PTB estava atrelado à estrutura burocrática do Ministério do Trabalho, sendo parte de sua ala formada por facções políticas que disputavam cargos e benefícios (Delgado, 1989). De fato, a origem primeira do PTB foi profundamente marcada pelo pragmatismo getulista, já que Getúlio Vargas foi identificado como o grande criador do partido e, no decorrer da história do PTB, predominou mais as disputas de cargos pelo poder (Delgado, 1989). Cumpre acrescentar que, nas disputas pelo eleitorado, o PTB procurava se unir aos queremistas, defensores da Assembleia Constituinte com Vargas, pois as finalidades que inspiraram o partido eram semelhantes ao do Movimento Queremista e, nesse percurso, ambos se uniram na campanha “Constituinte com Getúlio”, (Delgado, 1989). Cumpre ressaltar que o PTB e o queremismo não eram idênticos.

Já no plano ideológico, o PTB descortina uma complexidade doutrinária e filosófica que os demais partidos não tinham. A denominada vertente *doutrinária-pasqualinista* fundamentava-se num círculo de intelectuais progressistas, bacharéis e profissionais liberais, unidos em torno do advogado Alberto Pasqualini, principal intelectual do PTB (Bodea, 1992). Pasqualini defendia no programa do partido os ideais social-reformistas oriundos do trabalhismo britânico e da social-democracia europeia que eram correntes bem em voga nos anos 1940, pois priorizavam a questão social (Bodea, 1992). Além dessas linhas políticas, tanto Pasqualini quanto Vargas herdaram uma influência adaptada do positivismo de Augusto Comte na realidade sociopolítica brasileira, tendo como principais aspectos a tese comtiana da incorporação do proletariado na sociedade e o princípio de que o interesse social é a medida norteadora de todos os direitos (Bodea, 1992). Tais ideias coadunavam com as prerrogativas do trabalhismo britânico e da social-democracia europeia, pois o positivismo, o trabalhismo e a social-democracia eram

correntes políticas contrarrevolucionárias que sustentavam a inserção social no capitalismo.

Uma vez que o PTB emerge ideologicamente com perspectivas diferentes do marxismo, torna-se oportuno inserir algumas observações que dizem respeito às relações entre o PTB e o PCB, que às vezes ocasionavam conflitos na esquerda brasileira da época. Angela de Castro Gomes (2005) sublinha o PTB não foi criado especificamente como contrapeso ao Partido Comunista, mas como uma alternativa entre a classe trabalhadora e o comunismo cuja projeção não era o anticomunismo. Marina Celina D’Araújo (1996), por sua vez, reitera essa concepção de que não se pode justificar a criação do PTB unicamente como a tentativa de afastar os trabalhadores da opção comunista já que o PCB (Partido Comunista do Brasil) estava em franca expansão em 1945. Entretanto, a autora também assevera que as tensões entre os segmentos operários associados com o PTB e os comunistas eram evidentes no que concerne à disputa pelo movimento sindical e pelo processo eleitoral (D’araújo, 1996). Neste sentido, a observação de Lucilia de Almeida Delgado, partindo de um viés mais pragmático, nos esclarece um pouco sobre as metas do PTB em conquistar a classe trabalhadora diante das disputas com o PCB:

O PTB surgiria, portanto, apresentando como um de seus objetivos prioritários o de agrupar os trabalhadores em torno de uma legenda partidária forte e capaz de defender os interesses corporativos dos trabalhadores. Na busca de atingir esse objetivo, organizar-se-ia através de uma proposta mais diretamente dirigida aos assalariados urbanos, objetivando, em primeiro lugar, evitar que o PCB invadisse e arregimentasse para seus quadros, através de uma tática imediata de apoio a Vargas, setores do movimento sindical e trabalhistas fundamentais à preservação da mística getulismo-trabalhismo. (Delgado, 1989, p. 30-31).

Embora o PTB tivesse mantido seu caráter reformista como marca distintiva, mesmo quando teve que assumir posições sociais mais destemidas, esgueirando-se um pouco do centralismo varguista no governo de João Goulart, a democratização entre 1945 e 1964 revelou que, para as elites brasileiras dotadas de uma cultura escravocrata, qualquer tentativa de inclusão das classes trabalhadoras, através dos direitos sociais e da ampliação da cidadania, configura uma ameaça aos seus interesses. Com efeito, quanto mais a classe trabalhadora se organizava para viabilizar direitos não adquiridos, as classes se tornavam mais reativas e temerosas às reformas sociais como será visto.

A União Democrática Nacional (UDN) surgiu como um partido catalizador das mais diferentes orientações políticas e raízes históricas decorrentes das lutas contra a Era Vargas. Por essa razão, a UDN emergia como uma ampla frente de oposição ao legado getulista, unindo membros de antigos partidos estaduais e novas parcerias em torno do princípio da “eterna vigilância”, sendo oficialmente fundada no dia sete de abril de 1945 (Benevides, 1981). A escolha da data de fundação fora intencional porque remetia o dia sete de abril de 1831, festejada data para o liberalismo brasileiro, embora tal escolha remontava a ambiguidade da bifurcação liberalismo/conservadorismo, conforme ocorreu com a trajetória do partido (Benevides, 1981). Posto que a UDN era constituída por várias frentes de oposição, umas mais idealistas enquanto outras mais pragmáticas, o partido compunha diversos grupos na sua fundação:

Estes podem ser situados em cinco categorias, que não serão rígidas ou exaustivas, mas que indicam, tão proximamente quanto possível, as origens, as posições e as alianças:

- a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30;
- b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
- c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) Os grupos liberais com forte identificação regional;
- e) As esquerdas. (Benevides, 1981, p. 29).

Sob o viés ideológico, a UDN tinha como corrente norteadora o liberalismo político, pois o próprio lema do partido era baseado no aforisma de Thomas Jefferson “O preço da Liberdade é a sua eterna vigilância”. Por conseguinte, as bandeiras udenistas eram: as liberdades formais, a autonomia sindical com direito de greve e pluralismo sindical, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, ensino público, previdência social e fracionamento das propriedades rurais não aproveitadas e defesa do capital estrangeiro (Benevides, 1981). Outra característica ideológica da UDN era o seu incisivo moralismo que atuava de forma acusatória a partir do último governo de Vargas. Como oposição a UDN se tornou conhecida como a “Banda de Música” composta por bacharéis como Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros, que denunciavam a volta do ex-ditador como desgraça para o Brasil e as suspeitas de corrupção administrativa, como sustentavam a necessidade da intervenção militar contra a subversão e a desordem social (Benevides, 1981). Tais posturas moralistas e golpistas marcaram profundamente a trajetória da UDN. Isso será acentuado no governo de João Goulart com os acenos golpistas do partido. Sob o viés pragmático, a UDN procurava incorporar em seu meio, conforme exposto, diversos segmentos das elites oligárquicas, das elites liberais (formada por profissionais liberais) e da intelectualidade brasileira. Essa formação heterogênea propiciou conflitos no interior do partido, fazendo com que mais tarde assumia uma posição conservadora no cenário da democratização do Brasil:

O programa da primeira hora udenista justificava, portanto, o apoio dos liberais modernos ou de esquerda, mas não o das elites de raízes oligárquicas ou vinculados a interesses econômicos naturalmente opostos a uma política de abertura às classes populares. Algo estava fora do lugar: ou o programa da UDN ou certos grupos que nela ingressaram. (...). Leôncio Basbaum vai mais além: a UDN nascera bipartida, entre os da esquerda, seus fundadores, e os da direita, seus invasores. Como os da esquerda se afastaram do partido no decorrer de 1945, permaneceram os invasores – e nada mais natural que renegassem a fase inicial, a esquerdista do partido. (Benevides, 1981, p. 53)

Cumprido salientar que a UDN era também composta por setores militares que visavam o poder político. A grande evidência foi as candidaturas dos candidatos militares Brigadeiro Eduardo Gomes (1946 e 1950) e Juarez Távora (1955), todas derrotadas respectivamente por Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Conforme foi observado, o partido tinha aspirações golpistas contra o que eles consideravam como desordem. Além dessa virada conservadora, alicerçada na confiança dada aos militares e no moralismo político, a UDN sucumbe às pressões do Ministério do Trabalho e dos setores

empresariais deixando de lado o programa da autonomia sindical, defendendo somente a liberdade das associações sindicais reguladas pela lei (Benevides, 1981). Em síntese, a UDN, no início de sua fundação, reunia várias condições para se tornar um partido de esquerda moderno, considerando o apoio de alguns intelectuais progressistas e setores liberais que lutaram contra o Estado Novo; porém, devido ao ingresso dos militares, dos grupos oligárquicos, e de algumas elites empresariais, acabou se tornando o pior partido conservador no período da primeira experiência democrática conforme será observado adiante.

3. ÊXITO E CRISE DA PRIMEIRA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA

O objetivo desse tópico não é apresentar uma extenuante investigação histórica de todos os governos que constituíram a democratização de 1945 a 1964, representados pelos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Getúlio Vargas (1950-1954), Juscelino Kubistchek (1955-1960), Jânio Quadros (1960-1961) e João Goulart (1961-1964). Como contrapartida, propõe-se uma breve leitura retrospectiva a fim de analisar as situações de desenvolvimento político em torno da democracia e as de crises, sobretudo a que impeliu ao golpe militar de 1964, tendo como bússola as trajetórias dos partidos PSD, PTB e UDN. De início, é pertinente asseverar que, os partidos políticos criados em 1945, procuravam responder as demandas da população brasileira que ansiava pelo combate à miséria, pela erradicação do analfabetismo, pela promoção dos serviços públicos como saúde, saneamento, moradia, transportes, após o Estado Novo:

Nesse período, após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a sociedade brasileira dava-se conta, claramente, dos problemas que afligiam o país, como a miséria e o analfabetismo. Os jornais – e, a partir de então, cada vez mais, a TV – repercutiam tais problemas, faziam comparações com o estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos e dos países europeus e cobravam soluções das autoridades. A crescente urbanização do país criava uma opinião pública que fazia demandas por serviços de transporte, de saúde pública, de saneamento básico, e assim por diante. Os partidos políticos buscavam dar respostas a esses anseios. (Fico, 2015, p. 24).

São essas exigências por governos com metas sociais devido às mazelas não resolvidas que, em parte, fazem com que as camadas sociais se identifiquem com os partidos por mais que essas relações fossem ainda delicadas, já que o Brasil entrava na sua primeira experiência democrática. Desse modo, o PSD nasceu muito dependente das elites locais, tendo eleito muitos governadores e senadores no início da democratização, o que influenciou na sua organização como um partido descentralizado, mesmo com a presença de Getúlio Vargas nos seus quadros formais (Soares, 2001). A UDN também sofreu influência das elites locais, o que fazia com que seu ideário político e os grupos socioeconômicos que a sustentavam pouco tinham a diferenciá-la do PSD, apenas sua posição antigetulista (Soares, 2001). O PTB, por sua vez, organizado verticalmente, assumia uma postura mais autoritária, pois os membros que poderiam modificar seus rumos foram destituídos ou transitaram para outros partidos onde seus posicionamentos políticos tivessem melhor visibilidade (Soares, 2001).

No que concerne à identificação desses partidos com os estratos sociais e ao consequente desempenho e eleitoral, o PSD era composto pela classe média por meio de profissionais

de diferentes áreas, mas tendo como principais referências muitos elementos do meio rural, sendo um partido identificado principalmente pela classe rural (Hippolito, 1985). O PSD sempre mostrou iniciativas para participar dos governos. Por isso, como protagonista ou coadjuvante, o PSD participou de todos os ministérios durante o período de democratização, inclusive nos governos cujas direções eram contra o partido, como os de Café Filho e Jânio Quadros (hippolito, 1985). Deve-se destacar que o PSD era um partido tipicamente aliancista que fazia acordos, dominava as comissões da Câmara e do Senado e priorizava sempre a participação nos ministérios da Justiça, Fazenda, Viação e Agricultura (Hippolito, 1985).

Tendo em vista o caráter aliancista do PSD, sua trajetória como partido majoritário e de massas, deve ser assimilada se considerarmos a desenvoltura de um outro, o PTB, embora tenham surgido conflitos nesse pacto partidário. O PTB assinalou sua trajetória por meio das injunções decorrentes de seu longo pacto com o PSD, mas essa característica não era exclusiva do partido, visto que, considerando seu potencial de mobilização entre os trabalhadores, ele também possuía em suas bases o fermento para o reformismo social que se aprimorou posteriormente com as perspectivas de transformação social (Delgado, 1989). Com efeito, a dinâmica das mobilizações reivindicativas advinda da sociedade civil que florescia na democratização, tornou-se um fator de pressão sobre o PTB que, para alcançar popularidade nos segmentos sociais, deveria albergar essas reivindicações populares como bandeiras defendidas (Delgado, 1989). Entre essas reivindicações inseriam-se os projetos de reforma social e de nacionalismo econômico que fizeram com o PTB, nos anos cinquenta, trilhasse um caminho que o colocasse como um partido reformista de cunho popular (Delgado, 1989). Como foi visto, a sociedade brasileira necessitava de serviços como saúde, educação, transporte, além das melhorias salariais e direitos trabalhistas. Quanto às relações entre esses partidos, a aliança PSD/PTB foi responsável pelas eleições de Dutra (1946) e Juscelino (1955) à presidência da República, já no episódio da vitória presidencial de Vargas (1950) pelo PTB, o PSD colocou em prática aquilo que ficou conhecido como “cristianização”: o candidato do PSD, Cristiano Machado, devido às disputas internas, foi abandonado pelo próprio partido cujas lideranças estaduais decidiram apoiar Getúlio Vargas (Hippolito, 1985).

Já a UDN, por sua vez, era apoiada nas classes médias urbanas e nas burguesias comercial e industrial, adquirindo crescimento eleitoral nos estados do Sul e do Sudeste, mas a representação dessas classes no Legislativo e no Senado ficava aquém do esperado, pois a UDN esteve numericamente mais representada por suas alas coronelistas, rurais e fisiológicas (Soares, 2001). Apesar de sua diversidade interna e apelo moralista nas eleições, a UDN nunca conseguiu se transformar num partido popular; ao contrário, sua tendência intelectualista e elitista não permitiu que o partido assimilasse as aspirações populares e efetuassem as diretrizes trabalhistas inscritas no seu estatuto (Soares, 2001). A UDN ao longo do primeiro período democrático do Brasil sofreu sucessivas derrotas presidenciais em 1946, 1950 e 1955. O partido tinha poucas chances de vitórias na democratização: primeiramente, sua imagem de partido em termos de mobilização eleitoral estava saturada com o fracasso das urnas; em segundo lugar, o esforço dos udenistas idealistas em recuperar com dignidade as derrotas nas urnas como vitórias morais, seria compensado com o apelo militar e com outras práticas populistas (Benevides, 1981). A UDN tornou-se um partido de oposição mais acirrada nos anos cinquenta, diante dos governos de Getúlio e Juscelino, ocasionando a ascensão de figuras polemistas e radicais como Carlos Lacerda no Rio de Janeiro. Somente com a vitória de Jânio Quadros na presidência da República, em 1961, eleito por uma coligação entre

PDC/UDN/PTN, que a UDN aparentemente conquistou o poder. Isso porque a UDN não era governo devido ao personalismo de Jânio nem era oposição, ficando constrangida a apoiar um governo que não era do partido e impedida a isolar-se na oposição como fazia anteriormente (Benevides, 1981). Para a história da UDN o efêmero e desnorteante governo de Jânio Quadros descortinava o lado trágico de sua própria ambiguidade não tendo poder nem oposição reais (Benevides, 1981).

Fazendo uma breve leitura retrospectiva dos governos no período da primeira democratização brasileira, o PSD alcançou protagonismo no governo do seu correligionário, Eurico Gaspar Dutra (1946-50), que reforçou a aliança do Brasil com os Estados Unidos, sendo criticado pelo mau uso das divisas acumuladas durante a guerra. Dutra também foi censurado por criar um programa desenvolvimentista, o Plano SALTE, que contemplava os serviços de saúde, alimentação, transporte e energia, mas não foi colocado em prática.

Quando assumiu o seu último governo, que foi no período de 1951-54, Getúlio Vargas, tendo sido eleito com uma expressiva votação pelo PTB, surpreendeu a todos anunciando um ministério com perfil nitidamente conservador. O PSD foi o que recebeu o maior número de pastas, quatro das sete existentes, enquanto o PTB, partido que elegeu o presidente, só ocupou o Ministério do Trabalho. Até a UDN recebeu a pasta da Agricultura, o que levou o desalento de muitos. Lira Neto (2014) relata que Vargas pretendia fazer um governo de união nacional buscando a harmonia acima das disputas políticas. Além disso, o presidente se encontrava numa situação bem diversa do Governo Provisório e do Estado Novo, visto que teria de administrar o país com a base parlamentar do Congresso Nacional em pleno funcionamento (Neto, 2014). A grande inovação da equipe getulista foi a escolha de João Belchior Marques Goulart como ministro do trabalho. Ao contrário do seu antecessor, Segadas Viana, Goulart ao assumir o cargo estabeleceu negociações imediatas com 300 mil grevistas de São Paulo que estavam ameaçados pelo ministro anterior de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Jango acabou com a exigência do atestado ideológico aos sindicalistas e passou a receber trabalhadores em audiências públicas na sede do ministério (Neto, 2014). Tal sensibilidade do ministro desagradou vários setores conservadores que procuraram denegrir sua imagem rotulando-o de comunista ou de peronista. As pressões contra Vargas se intensificaram em 1954 quando oficiais superiores protestaram contra o desaparecimento do Exército e a proposta do aumento do salário-mínimo sob a alegação de que tal medida faria que o salário das classes de baixa renda alcançaria os rendimentos máximos dos graduados, subvertendo os valores profissionais (Fico, 2015). O volume dos ataques ao governo atinge o seu clímax após o atentado contra o jornalista e deputado federal Carlos Lacerda, que se tornou liderança na UDN, ferrenho adversário do governo, o que levou ao suicídio do presidente.

A aliança entre o PSD e o PTB foi mantida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), tendo João Goulart como vice. O governo JK notabilizou-se pelo Programa de Metas que propiciava uma aproximação entre os objetivos do PSD e do PTB, pois o plano estimulava tanto o crescimento do parque industrial brasileiro quanto a oferta de emprego e uma política salarial que favorecia os trabalhadores (Benevides, 1976). Cumpre reiterar que enquanto o PSD era identificado com as elites e o setor agrário, o PTB configurava o partido que atuava em defesa da massa trabalhadora sobretudo nos centros urbanos. Além de efetuar o Plano de Metas, o PIB obteve um notável crescimento durante o governo de Juscelino. O PTB, beneficiado pela influência de João Goulart no governo, conduziu o Ministério do Trabalho, suprimindo a violência nas greves operárias e efetivando acordos entre patrões e empregados (Fico, 2015). Entretanto, o legado do

governo de JK também aumentou a dívida externa e deixou uma inflação alta. Ademais, esse quinquênio governamental desenvolveu uma política muito conservadora perante a questão agrária, permitindo a concentração monopolista das elites rurais no interior do país, que eram representadas pelo principal partido do governo, o PSD, e pelas forças reacionárias da UDN, deixando intocável a política de dominação fundiária no campo (Benevides, 1976). Apesar dos seus impasses, o governo de Juscelino Kubitschek conquistou forte aprovação popular, cujo legado foi vinculado aos ideais da modernidade e da democracia.

O efêmero e polêmico governo de Jânio Quadros (1960-61), eleito pelo PSD, UDN e PTN, sucedeu-se através de conflitos e divergências, levando-o à renúncia, uma vez que não entrançou uma base sólida para o seu mandato. Com estilo personalista, Jânio comportou-se de modo contrário ao esperado pela UDN acenando inclusive para relações com Che Guevara. Jânio recusou alianças com políticos clientelistas tradicionais e iniciou uma orientação governamental primando o desenvolvimento econômico e as mudanças sociopolíticas do Brasil (Bursztyn, 1990). Foi durante o seu governo que se levantaram indiretamente os debates sociais, inclusive o da reforma agrária que fragilizou suas relações com os setores rurais (Bursztyn, 1990). Enfim, a atuação de Jânio Quadros na presidência principiou a crise política da primeira democratização brasileira, sendo essa acentuada após a posse de João Goulart que antes era vice do governo.

Herdando a crise política iniciada na presidência de Jânio Quadros, o governo de João Goulart, o Jango, enfrentou uma forte reação parlamentarista, em 2 de setembro de 1961, uma vez que o Congresso Nacional e os ministros assumiram a direção política da nação. Fracassada a experiência parlamentarista e, sendo vitorioso no plebiscito do dia 6 de janeiro de 1963, que garantiu o presidencialismo, João Goulart recebeu plenos poderes da Presidência da República, acirrando os ânimos dos seus adversários. No que tange à aliança PSD-PTB, cumpre ressaltar que ela enfraqueceu-se no desenrolar daquele contexto, uma vez que grupos do PSD aliaram-se efetivamente aos setores conservadores da UDN e, por outro lado, líderes e filiados do PTB passaram a defender de forma sistemática e determinada um programa político reformista, propiciando uma dinâmica de polarização (Delgado, 1989). Deve-se acrescentar que o PTB, apesar de sua gênese personalista, foi conduzido a abraçar posições mais flexíveis que possibilitassem a inclusão eleitoral de outros setores menos favorecidos das classes médias, tornando-se um partido reformista e uma opção política para os trabalhadores, o que o elevou a posição de segunda maior bancada na Câmara dos deputados, em 1962 (Soares, 2001).

Considerando essa atmosfera política inóspita no governo Jango, as reformas propostas geraram descontentamento entre as elites e a classe média. O problema agrário teve nessa ocasião maior relevo porque marca a ruptura do PSD com o PTB. A questão agrária, como assinala Moniz Bandeira (1983), entrara na pauta ainda no governo de Kubitschek, quando se organizaram as chamadas Ligas Camponesas em Pernambuco. A partir disso as invasões de terras se sucederam e se alastraram nos estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, até alcançar todo território nacional, como resultado do crescimento desordenado do capitalismo, que desestruturava a economia rural, ampliando o desemprego e a fome nos campos. A reforma agrária se firmou definitivamente como tema incontornável, ocupando a rotina do dia na imprensa, nos grandes debates e nas disputas políticas nacionais. A consolidação da questão agrária motivou também a participação de trabalhadores urbanos, intelectuais e de partidos como o PTB (Grynspan, 2012).

A crise agrária no campo resultou na exigência de incorporar direitos trabalhistas para o proletariado rural. De fato, as organizações camponesas criadas até 1960 tinham o estatuto de entidades civis, mas não eram ainda representações sindicais. Em março de 1963 foi aprovado pelo Congresso o Estatuto do Trabalhador Rural que tornava extensivos às zonas rurais direitos trabalhistas que os trabalhadores urbanos já haviam inserido décadas anteriores, como a obrigatoriedade do registro em carteira profissional, salário-mínimo, férias remuneradas, entre outros (Grypzan, 2012). Dessa forma, o PSD, com raízes muito fortes no latifúndio, rompia gradativamente com o PTB e com o esquema varguista de conciliação de classes, e se aproximava da UDN, partido apoiado pela burguesia cosmopolita e pela oligarquia financeira (Bandeira, 1983). De fato, o PSD, fiel ao seu eleitorado rural, aliava-se à UDN, com a finalidade de fortalecer uma sólida barreira parlamentar contra as iniciativas reformistas do governo Jango que, por sua vez, encontrava dificuldades para um entendimento diante da reforma agrária (Hippolito, 1985). Essa consequente crise partidária de sustentação ao governo de Goulart, oriunda do rompimento do PSD com o PTB, fragiliza mais a atmosfera da democracia brasileira. Além da questão agrária, Jango procurou dinamizar o sistema político brasileiro com uma reforma que contemplava os votos dos mendigos e analfabetos, e modificar a educação, erradicando o analfabetismo, através do método de Paulo Freire. Reforma agrária, voto universal e popular e educação conscientizadora figuravam o quadro das reformas de base do governo Jango.

Além da abordagem histórica, há explicações sociológicas que procuram assimilar o processo de crise da primeira experiência democrática no Brasil que culminou no Golpe de 1964. Sob o prisma sociopolítico, Francisco Weffort (1980) examina o fenômeno do populismo no Brasil, salientando que só pode ser compreendido como expressão política de interesses específicos de classe, em que os segmentos sociais, em determinadas circunstâncias históricas, assumem a aparência de massa. A relevância política das massas tinha dependido sempre da possibilidade de uma negociação com as classes dominantes que, no governo Goulart se encontrava em profunda crise (Weffort, 1980). No âmbito socioeconômico, Octavio Ianni (1994) os anos 1961-64 figuraram um agravamento do modelo getuliano, já que este se produziu no jogo dos antagonismos dos fatores internos e externos da política nacional. No plano da democracia popular, o getulismo conseguiu legitimar a prerrogativa de uma frente única associada com políticos e intelectuais voltados à esquerda, quadros técnicos e o controle das classes dominantes (Ianni, 1994). Contudo, o acordo entre as lideranças burguesas e os estratos populares só admitia rupturas parciais, o que era insuficiente para um projeto nacional-desenvolvimentista que exigia rupturas estruturais (Ianni, 1994). Com as efervescências políticas, sociais e culturais em simetria com as mudanças no nível econômico que impactaram o desenvolvimento industrial, a democratização estava diante da seguinte tarefa: realizar uma nova etapa do modelo de Vargas, tornando a política interna mais independente, modernizando o espaço agrário, discutindo sobre a realidade brasileira e engajando novos atores no processo político (Ianni, 1994). É desse modo que os conflitos sociais do país refletiam nas trajetórias dos partidos PTB, PSD e UDN, já que seus programas procuravam representar os interesses dos segmentos sociais em disputa. Venceu o grupo dos retrógrados que, através do golpe civil-militar, conseguiu bloquear as prerrogativas do projeto social-desenvolvimentista em curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de suas contradições internas, os partidos PSD, PTB e UDN, tornaram-se referências para diferentes estratos da sociedade brasileira, dinamizando em parte a primeira experiência democrática do Brasil, ocorrida entre 1945 e 1964. Considerando a gênese dessas legendas partidárias, o PSD surgiu como um partido vinculado aos interesses do setor agrário, o que de certo modo define o seu caráter fisiológico, e ancorado nos princípios da conciliação e da estabilidade. Conforme seu curso, o PSD foi o partido que manteve quase intactas suas características durante o período da democratização, iniciando e terminando como um grupo político predominantemente rural, com maior penetração nos estados subdesenvolvidos. Razão pela qual se dissociou do PTB, no final do governo Jango, já que a reforma agrária figurava uma ameaça aos interesses de sua base eleitoral rural. O mesmo pode ser atribuído à prerrogativa do PSD como fiador da democracia enquanto estruturado como um partido de centro que mantinha o processo democrático por meio de alianças com os setores de direita e de esquerda. As divergências entre o PSD e o PTB no governo Jango aprofundou a estabilidade democrática, exaurindo a posição do PSD como partido conciliador de centro e levando-o à aproximação com os setores mais reacionários da UDN.

Já o PTB e a UDN foram os partidos que alteraram suas relações políticas conforme suas trajetórias específicas. O PTB surgiu como um partido vertical, paternalista e autoritário uma vez que estava diretamente mais vinculado ao personalismo de Getúlio Vargas, não só pela influência que o ex-ditador exerceu na sua construção partidária, mas também pelo impacto que sofreu do movimento queremista, que apostava na Constituinte com Getúlio, embora o PTB e o queremismo não fossem idênticos. Com o desenrolar da democratização, o PTB, após o suicídio de Vargas, amplia seu posicionamento e campo de atuação, incorporando segmentos sociais antes alijados e suas respectivas reivindicações, afirmando-se como um partido popular e reformista. Sua trajetória floresce a partir do governo JK e se aprimora no governo Jango com as reformas de base.

Quanto a UDN, verificou-se que o partido eclodiu com uma base muito heterogênea, agregando as elites oligárquicas desprezadas pela Era Vargas, os antigos aliados marginalizados nesses governos, os grupos liberais que lutaram contra o Estado Novo e os setores de esquerda. Dessa forma, a UDN tinha condições de se tornar um partido liberal de esquerda, mas conforme seu curso, transformou-se nos próprios anos quarenta num partido de direita, assentado no moralismo e na vocação golpista. A condição da UDN piorou com a incursão de elites liberais voltadas para o capital estrangeiro, dos grupos militares que almejavam o domínio político e das lideranças conservadoras de cunho golpista como foi o caso de Carlos Lacerda. Mantendo-se sempre na oposição ao projeto desenvolvimentista que foi, diferentemente, abraçado pelos presidentes eleitos nesse período democrático, a UDN nunca se tornou um partido popular, pois conquistou simpatia somente das classes médias urbanas conservadoras.

Em síntese, o fato do eleitorado rural e interiorano ter aderido ao PSD, as classes trabalhadoras urbanas ao PTB, e estratos da classe média à UDN, mostra que ocorreram identificações eleitorais entre a população e esses partidos, por mais limitados que fossem esses vínculos, permitindo a funcionalidade da democratização brasileira que foi obliterada com o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS

- [1] BANDEIRA, M. **O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- [2] BENEVIDES, M. V. M. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- [3] ----- **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- [4] BODEA, M. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1992.
- [5] BURSZTYN, M. **O país das alianças: elites e continuísmo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- [6] D'ARAÚJO, M. C. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- [7] DELGADO, L. de A. N. **PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- [8] FICO, C. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2015.
- [9] GOMES, A. C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- [10] GRYNZPAN, M. "O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores". In: FERREIRA, M. de M. **João Goulart: Entre a Memória e a História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 57-78.
- [11] HIPPOLITO, L. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- [12] NETO, L. **Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1946-1954)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- [13] IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- [14] SOARES, G. A. D. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- [15] WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Capítulo 2

Ensino da Filosofia Escolar como problema filosófico: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Teoria Histórico-Cultural

José Ribamar Lima Silva

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar o ensino da Filosofia no contexto escolar a partir de uma perspectiva filosófica abrangente, articulando as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e da Teoria Histórico-Cultural (THC). Busca-se examinar como essas abordagens teóricas podem dialogar para enriquecer a prática pedagógica, promovendo não apenas a transmissão e compreensão do conteúdo filosófico, mas também o desenvolvimento integral das capacidades críticas, reflexivas e criativas dos estudantes. Ademais, propõe-se explorar as potencialidades dessas teorias no fortalecimento de habilidades socioemocionais, como a empatia e a argumentação ética, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e engajados em sua realidade social. Por meio dessa articulação, o artigo visa oferecer subsídios para a construção de estratégias pedagógicas que valorizem a filosofia como uma prática viva e transformadora, relevante tanto para o contexto escolar quanto para a vida em sociedade.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica, Teoria Histórico-Cultural, problema filosófico, ensino da filosofia escolar, emancipação humana.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Filosofia ocupa um lugar fundamental na formação do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes, promovendo a capacidade de questionar, argumentar e compreender as complexidades da existência humana e social. Contudo, o ensino da Filosofia nas escolas enfrenta desafios históricos e contemporâneos, especialmente no Brasil, onde sua inserção curricular foi marcada por movimentos políticos e pedagógicos que, frequentemente, subestimaram sua importância.

O ensino da Filosofia na escola configura-se como um desafio multifacetado, não apenas pedagógico, mas também filosófico. A pergunta central que orienta esta investigação é: *o que significa ensinar Filosofia na escola?* Tal questionamento revela um paradoxo intrínseco à própria natureza da disciplina: *deve-se ensinar Filosofia como um corpus de conhecimentos consolidados ou como uma prática formativa que habilita o estudante a filosofar?* Esse dilema se acentua em um contexto educacional marcado por limitações estruturais, curriculares, concepções pedagógicas e de desenvolvimento humano reducionistas sobre o papel da Filosofia na formação dos estudantes.

Além disso, a questão do ensino de Filosofia na escola se entrelaça com os debates sobre o papel da educação na formação omnilateral dos sujeitos. No Brasil, historicamente, a presença da Filosofia no currículo foi marcada por disputas políticas e ideológicas que ora a valorizaram como elemento essencial para a formação crítica, ora a relegaram ao segundo plano. Assim, emerge a necessidade de repensar os fundamentos teóricos e as práticas pedagógicas que sustentam o ensino da Filosofia escolar.

Diante desse cenário, as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e da Teoria Histórico-Cultural (THC) oferecem possibilidades instigantes. Ambas as perspectivas dialogam sobre a formação humana em suas dimensões histórico-social e cultural, mas a questão central permanece: *de que maneira essas abordagens podem transformar o ensino da Filosofia em um processo que valorize o pensamento crítico, reflexivo e ético dos estudantes, sem desconsiderar os conteúdos históricos da própria Filosofia?*

Essa questão envolve uma série de problematizações, cuja natureza, fundamenta o trato como um problema filosófico em si e revela a complexificação que o campo de conhecimento Filosofia do Ensino de Filosofia (FEF) imprime em sua constituição: *o que significa "ensinar Filosofia"? Trata-se de transmitir um corpus de conhecimentos filosóficos prontos ou de formar sujeitos capazes de filosofar? Qual é a natureza do problema filosófico no ensino da Filosofia? Como superar a dicotomia entre ensinar Filosofia como conteúdo e ensinar a filosofar? De que forma as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica podem ser incorporadas ao ensino da Filosofia? Quais os impactos dessa abordagem para o desenvolvimento da consciência crítica e do entendimento histórico do pensamento filosófico? Como a Teoria Histórico-Cultural pode auxiliar na compreensão dos processos cognitivos e emocionais envolvidos no aprendizado da Filosofia? Quais são os desafios e as potencialidades dessa teoria na mediação cultural e na formação de capacidades filosóficas? Como integrar de maneira dialética as contribuições da PHC e da THC no ensino da Filosofia? Quais seriam os critérios e estratégias pedagógicas para tal integração? De que modo essas teorias podem promover uma prática pedagógica que oriente o ensino de conteúdos filosóficos com o desenvolvimento das capacidades reflexivas, argumentativas e éticas dos estudantes? Quais inovações pedagógicas podem emergir da articulação entre PHC e THC no ensino de Filosofia? Como essas inovações podem impactar a relevância e a valorização da Filosofia no currículo escolar contemporâneo?*

Esse conjunto de questões exemplificadoras norteia a análise e a reflexão no campo, buscando oferecer subsídios teóricos e práticos para uma reconfiguração significativa do ensino da Filosofia no contexto escolar. Ademais, nos últimos anos, observa-se uma necessidade crescente de repensar a forma como a Filosofia é ensinada, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como formação omnilateral do ser humano. Nesse contexto, as abordagens da PHC e da THC insurgem como propostas relevantes para problematizar e aprofundar a discussão sobre o ensino da Filosofia escolar. Com suas raízes marxistas, enfatizam a relação dialética entre conhecimento e prática social e destacam o papel da mediação cultural dos processos educativos, oferecendo perspectivas potentes para compreender e enfrentar os desafios do ensino da Filosofia.

O presente artigo tem como objetivo investigar o ensino da Filosofia escolar a partir de uma perspectiva filosófica, articulando as contribuições da PHC e da THC. Pretende-se demonstrar como essas teorias podem contribuir para a construção de uma prática pedagógica que valorize tanto o conteúdo filosófico quanto o desenvolvimento das capacidades críticas e reflexivas dos estudantes.

A hipótese com a qual se trabalha é que as interseções entre as contribuições da PHC e da THC podem oferecer caminhos para superar os desafios históricos e contemporâneos do ensino de Filosofia, promovendo uma abordagem mais crítica e significativa.

Ao integrar essas duas abordagens, é possível criar um ambiente de aprendizagem em que os estudantes não apenas se familiarizem com os conceitos e as tradições filosóficas, mas também desenvolvam autonomia intelectual, aprendam a construir argumentos sólidos e reflitam sobre questões ressaltantes ao seu contexto social. Essa união pode ampliar a relevância da Filosofia no currículo escolar, ajudando a formar cidadãos mais críticos, criativos e comprometidos com a transformação social.

A tese que se propõe é que o ensino de Filosofia, compreendido como um problema filosófico, demanda uma abordagem que integre de forma orgânica as dimensões históricas, culturais e sociais do conhecimento. Essa integração ganha força a partir das contribuições da PHC e da THC, pois ambas oferecem ferramentas teóricas para abordar o ensino de Filosofia como um problema filosófico em si. Assim, enfatiza-se a importância de destacar as características essenciais dos problemas filosóficos do ensino da filosofia escolar, analisando-os de maneira a respeitar sua complexidade e relevância no contexto educativo.

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, alicerçada na análise bibliográfica das obras centrais da PHC e da THC. Além disso, contempla uma reflexão filosófica abrangente acerca do significado e dos objetivos do ensino da Filosofia no contexto contemporâneo, considerando tanto a significância dessa disciplina para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, quanto para a formação omnilateral dos sujeitos.

A análise busca evidenciar como a PHC e a THC podem dialogar entre si, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para práticas pedagógicas que promovam a autonomia intelectual, a capacidade argumentativa e a sensibilidade ética nos estudantes. Por meio dessa abordagem, procura-se não apenas compreender as bases epistemológicas dessas teorias, mas também propor articulações que contribuam para inovações no ensino de Filosofia, especialmente em contextos escolares.

2. O ENSINO DA FILOSOFIA COMO PROBLEMA FILOSÓFICO

Problemas filosóficos são questões fundamentais e amplas que surgem a partir de reflexões sobre a existência, o conhecimento, a moralidade, a verdade, a mente, e outros aspectos fundamentais da experiência humana e da realidade. Diferentemente de problemas empíricos ou técnicos, os problemas filosóficos, geralmente, não possuem soluções definitivas ou práticas, mas estimulam o pensar crítico, argumentação e debate contínuos. Williges (2020) distingue os problemas filosóficos em: “problemas filosóficos práticos e problemas filosóficos teóricos”.

Problemas filosóficos práticos são problemas ligados à esfera da ação humana, como a política, a ética e sociedade, onde nossas decisões e ações tem impacto sobre outros seres humanos. A filosofia teórica lida com a natureza da realidade, suas leis fundamentais (causalidade, espaço, tempo, ser, etc.) e também problemas relativos à linguagem, lógica, ciência, conhecimento, mente (Williges, 2020, p. 6).

Proposição da qual não este estudo não compartilha por compreender que se faz dicotômica na relação teoria e prática na formação da consciência, dado que esta é resultado da materialidade social e, em sendo assim, o que Williges aponta como absolutamente teórico, é, na verdade, resultado das interações históricas e sociais do indivíduo no processo de sociabilidade. Todavia, independentemente da direção que apontem os entendimentos sobre os problemas filosóficos, estes apresentam características que lhes distinguem de outros tipos de problemas, como os científicos, religiosos ou empíricos, no que se assinala:

1. *Fundamentais e Gerais*: os problemas filosóficos tratam de questões universais que vão além de situações específicas, como "O que é a verdade?" ou "Qual é o propósito da vida?";
2. *Abstratos e Conceituais*: eles frequentemente envolvem conceitos amplos, como liberdade, justiça, conhecimento, e realidade, e não podem ser resolvidos apenas com observação ou experimentação;
3. *Multidimensionais e Interdisciplinares*: muitas vezes, os problemas filosóficos tocam outras áreas do saber, como a ciência, a política, a psicologia e a arte, mas sempre retornam a perguntas fundamentais e conceituais;
4. *Sem Respostas Definitivas*: ao contrário de problemas científicos ou matemáticos, os problemas filosóficos raramente têm soluções conclusivas. O objetivo não é, necessariamente, resolver, mas aprofundar o entendimento e abrir novas perspectivas.
5. *Dialéticos*: envolvem debate e contraposição de ideias, promovendo o desenvolvimento de argumentos racionais e a exploração de múltiplos pontos de vista;
6. *Relacionados à Condição Humana*: são questões que emergem da experiência humana, como a moralidade, a consciência, o sofrimento e o significado da existência;
7. *Transformativos*: ao refletir sobre problemas filosóficos, as pessoas frequentemente reavaliam suas crenças, valores e pressupostos.

Exemplos de Problemas Filosóficos:

- a) *Metafísica*: O que é real? Existe algo além do mundo físico?
- b) *Epistemologia*: O que podemos conhecer? Como sabemos que algo é verdade?
- c) *Ética*: O que é certo ou errado? Como devemos viver?
- d) *Estética*: O que é beleza? Qual é o valor da arte?
- e) *Filosofia da Mente*: O que é a consciência? A mente é distinta do corpo?
- f) *Filosofia do Ensino da Filosofia*: o que é ensinar filosofia? Qual a natureza do ensino da filosofia?

Os problemas filosóficos são importantes porque ajudam a refletir sobre a natureza do conhecimento, das vidas e da realidade em geral, incentivando um pensamento mais crítico e uma compreensão mais profunda do mundo ao redor. E, partindo dessa perspectiva, o ensino da Filosofia pode ser compreendido como um problema filosófico em si, dado que sua prática suscita questões fundamentais sobre a natureza da própria Filosofia, seus objetivos, métodos e relação com o mundo e a sociedade. Isso sugere examinar sua constituição, alcance, profundidade e abrangência, iluminando sua relevância para o pensamento crítico e a formação humana. Inclui, também, questões fundamentais e conceituais sobre o propósito, a natureza e os impactos da educação, bem como o papel da Filosofia no desenvolvimento humano e na sociedade.

Esse debate não se restringe a aspectos práticos, mas toca em dimensões éticas, epistemológicas e políticas, características de problemas filosóficos. Eticamente, reflete-se sobre as implicações morais de formar cidadãos críticos. Pedagogicamente, discutem-se quais conteúdos, métodos e recursos são mais adequados. Politicamente, avalia-se o papel da Filosofia na formação de sujeitos capazes de questionar estruturas de poder e promover mudanças sociais.

Eis os principais pontos que explicam por que o ensino da Filosofia se configura como tal: *a reflexão sobre o Propósito da Educação, a Natureza e o Valor da Filosofia, a Relação com Outras Disciplinas, a Dimensão Ética e Política, o Problema Epistemológico, a Historicidade do Debate e a Transformação Social*. Assim, como disciplina escolar, o ensino da Filosofia não é apenas um problema pedagógico ou curricular, mas um convite a refletir sobre questões fundamentais da existência, da sociedade e da educação, o que o torna, por sua própria natureza, um problema filosófico.

Ressalte-se que os problemas filosóficos são caracterizados por sua capacidade de questionar. Eles não buscam respostas definitivas, mas, sim, uma compreensão mais aprofundada das questões essenciais que moldam o ser humano e sua relação com o mundo. Nesse sentido, o ensino da Filosofia pode ser visto como um problema filosófico porque envolve perguntas como: *1. Qual é a finalidade de ensinar Filosofia? 2. O que significa filosofar no contexto educativo? 3. É possível ensinar Filosofia ou apenas ensinar a filosofar? 4. Quais são os limites e possibilidades da Filosofia na formação do pensamento crítico?*

Ensinar Filosofia não é apenas transmitir conteúdos históricos ou doutrinas, mas promover uma atitude investigativa. A questão, então, não é apenas *"o que ensinar?"*, mas *"como ensinar?"*, considerando a complexidade do pensamento filosófico e a necessidade de adaptá-lo às diferentes faixas etárias e contextos culturais. A constituição do ensino da Filosofia, como um problema filosófico, repousa sobre a necessidade de compreender o ato de ensinar como algo mais profundo do que a mera transmissão de conteúdos históricos ou doutrinas.

Implica estimular uma atitude investigativa e reflexiva, que capacite os alunos a questionar, argumentar e elaborar respostas para as questões fundamentais da existência humana. Essa perspectiva requer o reconhecimento da Filosofia como uma prática viva, cujo foco está na construção de um pensamento crítico e autônomo, em vez de, simplesmente, reproduzir ideias preexistentes. Assim, o professor de Filosofia deve atuar como um mediador que desperta o interesse e propicia a interação participativa entre os estudantes e os problemas filosóficos.

Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola organiza-se como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos (Saviani, 1999, p.5).

Ao adaptar as metodologias de ensino à realidade dos alunos, o educador pode utilizar estratégias como debates, jogos de perguntas, comunidade de investigação filosófica e análises de histórias, aproximando os alunos das questões filosóficas de forma acessível e envolvente. Além disso, considerar os contextos culturais é essencial para garantir que dialogue com as realidades e os desafios vivenciados pelos estudantes, tornando o aprendizado significativo e relevante em suas vidas.

A Educação Escolar, na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético (MHD), é compreendida como uma prática social inserida nas relações históricas, econômicas e políticas da sociedade. Fundamentada no legado teórico de Karl Marx e Friedrich Engels, essa perspectiva reconhece que a educação é determinada pelas contradições da sociedade capitalista, sendo, simultaneamente, um reflexo e um instrumento de reprodução e transformação social.

Nesse contexto, a escola não é uma instituição neutra, mas um espaço de disputa ideológica que pode tanto reforçar as desigualdades sociais quanto atuar como um espaço de conscientização e emancipação dos sujeitos e deve se efetivar como uma práxis, que compreende “[...] uma prática fundamentada teoricamente. Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer” (Saviani, 2011, p. 120). Essa perspectiva busca compreender a relação entre educação, trabalho e sociedade, destacando que o ensino deve possibilitar aos indivíduos o acesso ao conhecimento científico, histórico e cultural acumulado pela humanidade, como forma de compreender e transformar as condições concretas de sua existência.

A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Conseqüentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalçamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária (Saviani, 2008, p.22).

Os elementos-chave dessa abordagem incluem:

1. *Historicidade*: a educação é entendida dentro de um contexto histórico, determinada pelas relações sociais de produção e suas contradições;

2. *Dialética*: a realidade educacional é analisada como um processo dinâmico, em constante movimento e transformação, mediada pelas relações de conflito entre as classes sociais;
3. *Emancipação Humana*: a educação deve promover o desenvolvimento crítico e consciente dos indivíduos, capacitando-os para atuar na transformação social em busca de uma sociedade mais justa e igualitária;
4. *Papel do Conhecimento*: o conhecimento científico é central, visto como uma ferramenta para desvelar as estruturas opressoras e possibilitar a compreensão da realidade de forma crítica.

Sob essa ótica, a Educação Escolar assume uma função além da simples instrução ou reprodução de habilidades, objetivando formar sujeitos históricos capazes de intervir na sociedade e transformar as relações sociais de exploração e opressão.

No que diz respeito a educação em geral e a educação escolar em particular, um dos desafios que estão postos para uma teoria educacional marxista é da construção de ontologia da educação. Assim, adotando a concepção lukacsiana de que a sociedade é um “complexo de complexos” (Lukács, 1969, p.16), a educação adquire real significado como objeto de reflexão ontológica somente quando analisada como um dos complexos que compõem o ser da sociedade (Saviani; Duarte, 2012, p.38).

A dificuldade de conciliar a liberdade de pensamento, característica essencial da Filosofia, com as exigências de um currículo escolar estruturado e padronizado, representa um desafio significativo no campo educacional. A Filosofia, ao valorizar a reflexão crítica, o questionamento e a autonomia intelectual, contrasta diretamente com currículos muitas vezes rígidos, que priorizam a transmissão de conteúdos pré-estabelecidos e a avaliação de resultados mensuráveis. Esse modelo, focado na padronização, tende a limitar a capacidade dos estudantes de explorarem ideias de forma livre e criativa, reduzindo a Filosofia a um espaço de reprodução de conceitos e autores consagrados, em vez de incentivá-los a problematizar e reinterpretar o conhecimento à luz de suas próprias experiências e contextos.

Além disso, o ambiente escolar, frequentemente, privilegia disciplinas voltadas ao desenvolvimento de competências consideradas práticas ou diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, relegando a Filosofia a um papel secundário. Essa visão utilitarista da educação dificulta a criação de condições para que os estudantes desenvolvam um pensamento autônomo, essencial para a formação cidadã e para a compreensão crítica do mundo. A reconciliação entre a liberdade filosófica e as demandas do currículo requer uma abordagem pedagógica inovadora, que valorize tanto o desenvolvimento cognitivo quanto a dimensão criativa e emocional dos estudantes, promovendo uma educação mais holística e significativa. Isso implica repensar práticas de ensino, priorizar metodologias de ensino participativas e criar espaços em que o pensar livre seja cultivado como uma competência central, e não como uma exceção.

A abrangência do ensino da Filosofia como problema filosófico vai além do ambiente escolar ou acadêmico. Ele se estende às práticas sociais, ao modo como os sujeitos lidam com questões existenciais, éticas e políticas no cotidiano. Enquanto prática educativa, a Filosofia não se limita a uma disciplina, mas se configura como uma abordagem para a vida, influenciando a maneira como as pessoas interpretam e interagem com o mundo.

A outra forma de abordar seria enfatizar as atividades-fim, e nesse sentido examinar mais propriamente como se desenvolve o ensino, que finalidades ele busca atingir, que procedimentos ele adota para atingir suas finalidades, em que medida existe coerência entre finalidades e procedimentos. [...]. pensando que funções políticas esse ensino desempenha. Já que a abordagem é política, vou logo me colocar no coração do político. (Saviani, 2008, p. 29).

Ao situar o ensino da Filosofia como problema filosófico, reconhece-se sua complexidade e importância na formação do ser humano. Trata-se de uma reflexão contínua, que exige um diálogo constante entre a teoria e a prática, a tradição e a inovação. Esse problema não é apenas uma dificuldade a ser resolvida, mas uma oportunidade para enriquecer o entendimento da própria Filosofia e seu papel na educação e na sociedade.

Pensar os fundamentos filosóficos do ensino de filosofia é pensar a própria concepção de Filosofia e a própria atividade filosófica. Sem querer parecer presunçoso, mas ensinar filosofia não é a mesma coisa que ensinar qualquer outra área, disciplina ou saber humano. Existem características no ensino da filosofia que transcendem o modo como outras áreas do conhecimento transmitem seus saberes, e isso faz do ensino de filosofia um ensino único. É por isso, também, que pensar seus fundamentos e o problema do seu ensino no Brasil é fazer uma autorreflexão profunda da qual pode emergir, inclusive, uma recusa por completo do modelo atual de ensino de filosofia (Oliveira, 2022, n.p.).

Como disciplina e prática intelectual, a Filosofia pode ser compreendida como um problema filosófico em si mesma, porque também levanta questões fundamentais sobre sua própria natureza, métodos, objetivos e limites. Essa abordagem reflexiva faz parte de sua essência, já que a Filosofia busca, constantemente, examinar e justificar seus próprios pressupostos.

E aqui nós vamos enfrentar o problema relativo ao descompasso entre o teor da proposta, em sua fundamentação teórica, e o modo como se concebe e se executa o processo de sua implantação. Com efeito, a forma de implantação envolve a problemática organizacional que, por sua vez, tem a ver com a questão entre a prática que nós, educadores, teimosamente tendemos a compreender como polos separados (Saviani, 2011, p.99).

O primeiro desafio filosófico relacionado à Filosofia é a definição de seu objeto. Desde a Antiguidade, os pensadores têm divergido sobre o que constitui a essência da Filosofia. Para Platão, ela representava o amor pela sabedoria; para Aristóteles, a busca pelas causas primeiras; para Kant, uma investigação sobre as condições de possibilidade do conhecimento; para Heidegger, um questionamento sobre o ser. Já Marx, ao romper com as abordagens contemplativas da tradição, definiu a Filosofia como uma prática crítica, voltada para a transformação da realidade, afirmando que "[...] os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo." (Marx, 1888, p.1).

Essa pluralidade de definições levanta a questão: a Filosofia é uma disciplina única ou um conjunto de métodos e abordagens que variam de acordo com o contexto histórico e

cultural? Outro problema central é o método que a Filosofia deve adotar. Diferentes escolas filosóficas sugerem métodos distintos, cada um com suas próprias premissas e implicações para a compreensão da realidade:

O racionalismo enfatiza a razão como a fonte principal de conhecimento. Defende que verdades universais podem ser alcançadas independentemente da experiência sensorial, por meio do pensamento e da lógica. Exemplos incluem os trabalhos de Descartes e Leibniz, que propuseram sistemas filosóficos, baseados na ideia de que a razão humana é capaz de compreender leis fundamentais do universo.

O empirismo sustenta que o conhecimento deriva primariamente da experiência sensorial. Essa abordagem enfatiza a observação e a experiência direta como formas de validação do saber, sendo associada a pensadores como Locke, Berkeley e Hume. O empirismo também influenciou, significativamente, o desenvolvimento do método científico.

A fenomenologia busca descrever as estruturas da experiência vivida, suspendendo pressupostos teóricos para chegar à "essência" dos fenômenos. Husserl, como fundador dessa corrente, propôs a redução fenomenológica, um processo que visa colocar de lado as interpretações cotidianas para investigar a consciência em si mesma e suas relações com o mundo.

A análise linguística concentra-se no esclarecimento dos significados das palavras e nas relações entre linguagem e realidade. Para correntes como o positivismo lógico e a filosofia analítica, a filosofia deveria evitar especulações metafísicas e se focar na análise precisa da linguagem, como defendido por Wittgenstein e outros.

Quando nossos sujeitos adquirem alguma educação e tiveram participação em discussões coletivas de questões sociais importantes, rapidamente, fizeram a transição para o pensamento abstrato. Novas experiências e novas ideias mudam a maneira de as pessoas usarem a linguagem, de forma que as palavras tornam-se o principal agente da abstração e da generalização. Uma vez educadas, as pessoas fazem uso cada vez maior da classificação para expressar ideias acerca da realidade (Vigotski; Leontiev; Luria, 2010, p. 52).

O dialético-materialista, baseado nas ideias Marx e Engels, propõe a análise da realidade em sua dinamicidade e contradição, considerando as bases materiais da existência humana. Diferentemente da abordagem idealista hegeliana, que coloca a ideia como motor da história, enfatiza que são a prática material e as condições concretas que determinam o pensamento e a organização social. Esse método parte da interação entre teoria e prática e busca compreender as transformações históricas e sociais por meio da identificação de contradições internas que impulsionam o desenvolvimento.

Já a filosofia da práxis, tal como Gramsci chamava o marxismo, é justamente a teoria que está empenhada em articular a teoria e a prática, unificando-as na práxis. É um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática. Então, a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. A teoria é derivada. Isso significa que a prática, é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria. A prática, para desenvolver-se e produzir suas

consequências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada. Isso nos remete à questão do método (Saviani, 2011, p. 120).

O pluralismo de métodos reflete a diversidade de abordagens da Filosofia para responder às questões fundamentais sobre a existência, o conhecimento e a realidade. Contudo, o método dialético materialista destaca-se por integrar uma perspectiva histórica e social, oferecendo uma abordagem crítica que vê a sociedade e o conhecimento como produtos de condições concretas em constante transformação. Essa é uma contribuição significativa para pensar a Filosofia como um instrumento para a emancipação humana e a transformação social.

A Filosofia busca a verdade? Ou seria sua função questionar e problematizar todas as certezas, sem chegar a conclusões definitivas? Para alguns, como os céticos, a Filosofia é essencialmente uma atividade crítica, enquanto outros, como os filósofos da tradição sistemática (ex.: Hegel), veem-na como um esforço para construir sistemas abrangentes de pensamento.

Desde a Grécia Antiga, a utilidade da Filosofia tem sido questionada. Aristóteles a defendeu como uma atividade contemplativa superior, enquanto filósofos modernos e contemporâneos, como Marx, exigem que a Filosofia tenha implicações práticas. Isso leva ao dilema: *a Filosofia deve se preocupar com problemas concretos da vida cotidiana ou se restringir à especulação teórica?*

Um dos problemas mais intrigantes é: até onde a Filosofia pode ir? Ela pode abordar todas as questões ou há temas que estão fora de seu alcance? Essa questão se torna ainda mais relevante diante da especialização das ciências, que, tradicionalmente, eram parte do domínio filosófico.

Por fim, como problema filosófico, a Filosofia é inseparável de sua capacidade de autocrítica. Ao contrário de outras disciplinas, a Filosofia não toma por garantido seu próprio *status* ou validade; ela está continuamente se reavaliando e se transformando. Esse aspecto reflexivo faz parte de sua essência, mas também a torna uma disciplina paradoxal, sempre em busca de si mesma. Assim, a Filosofia, enquanto problema filosófico, revela-se como uma investigação incessante sobre sua própria natureza, métodos e propósitos. Essa autorreflexividade é tanto sua força quanto sua fragilidade, fazendo dela um campo único do pensamento humano. Em última análise, talvez o problema da Filosofia seja justamente não ter respostas definitivas, mas abrir espaço para o questionamento contínuo.

Na realidade, o ensino da Filosofia apresenta uma tensão fundamental entre sua natureza como disciplina escolar e sua vocação para a prática reflexiva. Essa contraposição envolve desafios e oportunidades para educadores e estudantes. Como disciplina escolar, a Filosofia é frequentemente inserida em currículos que enfatizam conteúdos históricos e conceituais. Essa abordagem, por vezes, privilegia a memorização de ideias e autores clássicos em detrimento da prática reflexiva e do pensamento crítico. Por outro lado, a Filosofia enquanto prática reflexiva busca instigar os estudantes a questionarem suas próprias pressuposições e a desenvolverem argumentos consistentes. O desafio está em equilibrar a transmissão de conhecimentos filosóficos com a promoção de habilidades analíticas e reflexivas.

A tensão entre essas duas perspectivas reflete uma questão mais ampla: é possível ensinar Filosofia sem comprometer sua essência como prática de questionamento? A própria ideia de "ensinar" Filosofia pode parecer paradoxal, dado que a Filosofia valoriza a

autonomia do pensamento e a resistência às verdades prontas. Portanto, pensar o ensino da Filosofia como problema filosófico exige questionar a própria relação entre ensino, aprendizagem e reflexão. A questão do que significa ensinar Filosofia vai além de definições pedagógicas e curriculares, demandando uma problematização do conceito de ensino em si.

Ensinar Filosofia não é apenas transmitir conhecimentos ou conceitos predefinidos, mas também criar espaços para que os estudantes explorem questões fundamentais por conta própria. Nesse sentido, o ensino da Filosofia se aproxima de um ato dialógico, no qual o professor e os estudantes compartilham a tarefa de investigar questões filosóficas. Isso implica repensar as dinâmicas de poder e autoritarismo que tradicionalmente permeiam o ambiente educacional.

O papel do professor de Filosofia é outro elemento central na problemática do ensino dessa disciplina. *O professor é um transmissor de conhecimento histórico e teórico ou um mediador que auxilia os estudantes a construir seus próprios significados?* Essas funções não são mutuamente excludentes, mas sua articulação exige uma postura pedagógica sensível e aberta ao diálogo. Enquanto transmissor, o professor pode fornecer a base necessária para a reflexão filosófica, mas como mediador, ele promove a autonomia intelectual e a capacidade de questionamento nos estudantes.

Trata-se da conceituação de educação como “uma atividade mediadora no seio da prática social global” (Saviani, 1980^a, p. 129). Daí porque a prática social foi tomada como ponto de partida e ponto de chegada na caracterização dos momentos do método de ensino por mim preconizado. É fácil identificar aí o entendimento da educação como mediação no seio da prática social. Também é fácil perceber de onde retiro o critério de cientificidade do método proposto (Saviani, 1999, p. 59).

A reflexão sobre "ensinar Filosofia" como um problema filosófico convida a considerar os limites e possibilidades dessa prática. Reconhecer as complexidades envolvidas é essencial para transformar o ensino da Filosofia em uma experiência genuinamente significativa e reflexiva.

3. CONTRIBUIÇÕES DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

A **Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)** é uma abordagem pedagógica que se fundamenta em princípios teóricos e práticos voltados para a transformação social e a formação omnilateral dos indivíduos. Desenvolvida no contexto brasileiro por Dermeval Saviani, a PHC tem como base o materialismo histórico e dialético, fundamentando-se em uma compreensão crítica das relações sociais, econômicas e culturais e aponta os conhecimentos historicamente sistematizados como objeto do processo educativo na condição de instrumentos de emancipação do gênero humano.

Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e

concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2011, p. 7).

São Princípios Fundamentais da PHC:

1. *Materialismo Histórico-Dialético*: a PHC adota essa concepção como base filosófica, compreendendo a realidade social como uma totalidade dinâmica e histórica. A educação, nesse contexto, é vista como uma prática social que reflete e contribui para a transformação das condições materiais de existência;
2. *Formação Omnilateral*: visa ao desenvolvimento integral do indivíduo, englobando suas dimensões intelectual, física, emocional e cultural. A PHC busca superar a fragmentação das práticas educativas, promovendo uma formação que capacite os indivíduos para compreender e intervir no mundo;
3. *Superação da Alienação*: um dos objetivos centrais da PHC é promover a emancipação dos indivíduos, rompendo com as condições de alienação e desigualdade reproduzidas pelo sistema educacional tradicional;
4. *Relação entre Educação e Sociedade*: a educação é entendida como mediadora entre os indivíduos e a sociedade. Nessa perspectiva, o conhecimento escolar é um instrumento para que os estudantes compreendam as contradições sociais e atuem na transformação da realidade;
5. *Centralidade do Trabalho e do Conhecimento*: o trabalho é visto como a categoria central para a formação humana, e o conhecimento sistematizado, como meio para o desenvolvimento da consciência crítica e da práxis transformadora.

A metodologia da PHC se organiza em cinco momentos didáticos fundamentais:

1. *Prática Social Inicial*: levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes e análise crítica de sua relação com a realidade;
2. *Problematização*: identificação de contradições e desafios no objeto de estudo, estimulando questionamentos críticos;
3. *Instrumentalização*: sistematização do conhecimento, promovendo o domínio dos conceitos e habilidades necessárias;
4. *Catarse*: síntese do processo educativo, possibilitando uma compreensão aprofundada e crítica do objeto de estudo;
5. *Prática Social Final*: reaplicação dos conhecimentos adquiridos, integrando-os à transformação da realidade social.

Assim, a PHC se constitui uma proposta revolucionária no campo educacional por sua ênfase na formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. “Vejam que toda postura revolucionária é uma postura essencialmente histórica, é uma postura que se coloca na direção do desenvolvimento da história” (Saviani, 1999, p. 32). Ela se diferencia de outras abordagens ao valorizar o papel do professor como mediador do conhecimento e ao propor uma prática pedagógica fundamentada na ciência, na cultura e na transformação social.

O fato de carregar consigo todos os pressupostos e categorias fundamentais do método materialismo histórico dialético, não deixa dúvida quanto ao caráter revolucionário da PHC. Mas o que significa

adotar o materialismo histórico dialético como método? Denota considerar e trabalhar com a materialidade histórica, a realidade concreta, o ser social, tais como são efetivamente e não a partir daquilo que os homens pensam, imaginam, idealizam ou gostariam que fosse (Orso, 2018, p.78).

Essa abordagem continua a influenciar debates sobre a educação pública, a formação docente e a necessidade de currículos que promovam não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a capacidade de transformar a realidade. Isso porque a PHC está profundamente enraizada no pensamento marxista, que propõe a compreensão da sociedade a partir de suas contradições históricas e econômicas. A teoria da práxis, como articulação entre teoria e prática, é essencial para uma educação que não se limite à transmissão de conteúdos, mas que promova a reflexão crítica e a transformação social.

Os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade de conteúdos, que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. Por que esses conteúdos são prioritários? Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação (Saviani, 1999, p. 45).

Essa abordagem coloca o trabalho no centro do processo educativo, entendendo-o como a atividade humana fundamental para a construção da cultura e da história. Por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza e, ao mesmo tempo, a si mesmo, desenvolvendo suas capacidades e compreendendo seu papel como agente histórico.

Por conseguinte, não basta se preocupar com a didática, com a metodologia e nem mesmo com a psicologia. Não basta fazer bem feito o trabalho no interior da sala de aula. É necessário se preocupar com a totalidade que envolve o processo educativo e fazer com que, por meio do trabalho pedagógico que se realiza, possibilite-se aos alunos o acesso ao conhecimento historicamente acumulados para que eles superem suas concepções espontâneas, aparentes, cotidianas, confusas e caóticas, próprias da “escola da vida” e do “aprender com a vida”, adquiram a capacidade de compreender e interpretar o mundo na sua radicalidade, de forma histórica, crítica, sistemática, objetiva e científica, e desenvolvam todas as suas potencialidades (Orso, 2018, p. 81).

No campo do ensino da Filosofia, a PHC apresenta contribuições significativas, especialmente no que diz respeito à formação integral dos estudantes e à relação entre o pensamento filosófico e a realidade social. Deve ser ministrada como uma disciplina fundamental para a formação do estudante, enquanto sujeito crítico e ativo na história. Ao estimular o pensamento reflexivo e a análise crítica, a Filosofia contribui para que o estudante compreenda sua condição histórica e participe conscientemente na transformação da sociedade. “[...]. Constitui-se numa concepção pedagógica

transformadora, embasada no materialismo histórico-dialético, que, por sua práxis revolucionária, se choca frontalmente com as tendências “pós-modernas”, tornando-se um instrumental na superação da unilateralidade humana (Batista; Lima, 2012, p.1).

A abordagem da PHC enfatiza a necessidade de conectar os conteúdos filosóficos às questões sociais concretas. Isso permite que os estudantes não apenas adquiram conhecimento abstrato, mas também desenvolvam uma compreensão mais profunda das relações sociais, econômicas e culturais que estruturam a realidade em que vivem.

Um dos pontos centrais da Pedagogia Histórico-Crítica é a rejeição à pretensa neutralidade no ensino da Filosofia. Para a PHC, toda prática educativa é intrinsecamente política e deve estar orientada para a emancipação dos sujeitos e a transformação da sociedade. A neutralidade é vista como uma forma de perpetuar as desigualdades e as injustiças sociais. Assim, propõe um ensino de Filosofia que não se limite à reprodução do saber existente, mas que questione as estruturas sociais e promova a consciência crítica. Esse ensino deve capacitar os estudantes a compreenderem a dinâmica histórica e a atuarem de forma transformadora em suas comunidades e no mundo.

Com efeito, socializar os meios de produção significa instaurar uma sociedade socialista, com a conseqüente superação da divisão em classes. Ora, considerando-se que o saber, que é o objeto específico do trabalho escolar, é um meio de produção, ele também é atravessado por essa contradição. Conseqüentemente, a expansão da oferta de escolas consistentes que atendam a toda a população significa que o saber deixa de ser propriedade privada para ser socializado. Tal fenômeno entra em contradição com os interesses atualmente dominantes (Saviani, 2011, p. 85).

4. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Lev S. Vygotsky, destaca a importância dos fatores históricos, sociais e culturais no desenvolvimento humano. Suas principais ideias fornecem uma base sólida para compreender como os processos psicológicos são moldados pela interação com o meio.

A partir dessa perspectiva epistemológica, entendemos que Vigotski contribui para a compreensão do desenvolvimento do ser humano, partindo do pressuposto de que o indivíduo se constitui como sujeito por meio de um processo permanente de interações compartilhadas e que seu desenvolvimento é concebido à luz da inter-relações e das circunstâncias culturais, sociais e histórica. É possível identificar, no pensamento desse autor, um movimento de significativas mudanças na concepção de sujeito e no reconhecimento de uma educação que contemple esse sujeito em sua globalidade e complexidade (Tradução: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) (2022, p. 10).

Para Vygotsky, a mediação é um processo central no desenvolvimento humano no qual, Ferramentas Culturais, como a linguagem, são instrumentos mediadores entre o indivíduo e o mundo. Elas permitem que os seres humanos não apenas reajam ao ambiente, mas o transformem participativamente. Para ele, a linguagem desempenha um papel fundamental na formação do pensamento, mas assevera que o pensamento e a linguagem possuem origens distintas, que convergem ao longo do desenvolvimento. A

linguagem interna surge como uma forma de regulação do pensamento, possibilitando abstrações e reflexões mais complexas.

Só com esse modo de estudo, na análise do conteúdo da própria atividade infantil em desenvolvimento, é que podemos compreender de forma adequada o papel condutor da educação e da criação, operando precisamente em sua atividade em sua mente e em sua atitude diante da realidade, e determinando, portanto, sua psique e sua consciência (Vygotsky; Leontiev; Luria, 2010, p.63).

Nessa perspectiva, a aprendizagem é um processo essencialmente social. A interação entre o aluno e os outros, incluindo colegas e educadores, permite a construção de novos conhecimentos. O papel do educador é atuar como mediador, facilitando o acesso a ferramentas culturais e criando condições para que o aluno alcance novos níveis de compreensão. Assim, a THC apresenta implicações significativas para o ensino da Filosofia, promovendo uma compreensão mais profunda e ativa dos conceitos filosóficos.

E destaque-se que a Filosofia é uma área de conhecimento que exige do estudante um pensamento abstrato, teórico e sistemático. Baseando-se na THC, o professor pode utilizar ferramentas culturais para ajudar os alunos a transitarem do pensamento concreto para o pensamento teórico, promovendo análises mais profundas e a compreensão de relações complexas. Elas desempenham um papel central na forma como os indivíduos interagem com o mundo e constroem conhecimento. A Filosofia oferece uma oportunidade única de internalização de conceitos que, embora inicialmente estejam no nível social, podem ser apropriados pelo indivíduo através da mediação pedagógica. Esse processo é essencial para que o aluno desenvolva a autonomia intelectual e a capacidade crítica.

Ao introduzir o conceito de mediação Vigotski, como procuramos evidenciar, não a tomou simplesmente como ponte, elo ou meio entre coisas; tal como muitas vezes referido por seus leitores não marxistas. Para ele, a mediação é interposição que provoca transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento, enfim, uma condição externa que potencializa o ato de trabalho, seja ele prático ou teórico (Martins; Rabatini, 2011, s/p).

A Zona de Desenvolvimento Imediata (ZDI) é um dos conceitos mais influentes da THC. Ela se refere à distância entre aquilo que o aluno consegue realizar sozinho e o que ele pode realizar com ajuda. Esse conceito tem aplicações diretas no ensino da Filosofia.

O que uma criança é capaz de fazer com o auxílio dos adultos chama-se de seu desenvolvimento potencial. Isto significa que, com o auxílio deste método, podemos medir não só o processo de desenvolvimento até o presente momento e os processos que já se produziram, mas também os processos que estão ainda ocorrendo, que só agora estão amadurecendo e desenvolvendo-se (Vygotsky; Leontiev; Luria, 2010, p. 112).

No ensino de Filosofia, o professor desempenha um papel essencial ao identificar a ZDI de seus alunos e propor atividades que desafiem seu nível atual de compreensão. Por meio da mediação, o educador pode orientar os estudantes na exploração de questões filosóficas, ajudando-os a desenvolver um raciocínio mais elaborado e articulado. Ao criar situações de aprendizado colaborativo e participativo, o educador permite que os alunos

atuem como mediadores uns para os outros incluindo-se no processo educativo. Essa dinâmica amplia as possibilidades de compreensão e consolida o aprendizado de maneira coletiva.

Professores e alunos são considerados agentes sociais, chamados a desenvolver uma prática social, centrada não na iniciativa do professor (pedagogia tradicional) ou na atividade do aluno (pedagogia nova), mas no encontro dos seus diferentes níveis de compreensão da realidade por meio da prática social comum a ambos ((Batista; Lima, 2012, p.7).

Essa abordagem transformou a abrangência do desenvolvimento humano ao destacar o papel central da mediação cultural que não pode ser compreendido isoladamente, mas, sim, em constante interação com o ambiente social e cultural. Nesse contexto, refere-se ao processo pelo qual os seres humanos constroem e transformam seu conhecimento e comportamento por meio da interação com ferramentas simbólicas, como a linguagem, os valores e os sistemas de significados de sua cultura.

Na perspectiva sociointeracionista, Vigotski confirma a mediação entre o universo objetivo e o subjetivo. A psicologia social marxiana, como área da educação, dialeticamente, encontra espaço em um lugar que até então era reservado à sociologia e à filosofia; a possibilidade de transformação epistemológica de mentalidades, transformação social via apreensão da realidade, ao tempo em que a práxis encontra também o seu lugar no âmbito da psicologia educacional (Zanolla, 2012, p. 6).

O desenvolvimento humano ocorre por meio de interações mediadas. Diferente de uma visão biologicista, ele enfatiza que as funções psicológicas superiores, como pensamento, memória, linguagem e imaginação, não se desenvolvem de forma espontânea ou isolada, mas são construídas socialmente e internalizadas pelo indivíduo. Isso acontece por meio da mediação cultural, na qual ferramentas simbólicas – sobretudo a linguagem – desempenham um papel fundamental. Nesse processo, a linguagem é o principal instrumento de mediação, pois organiza o pensamento, possibilita a comunicação e promove a internalização de conceitos culturais. Por meio dela, os indivíduos não apenas aprendem o conteúdo cultural, mas também internalizam os modos de pensar e agir de sua comunidade.

A escola é um dos espaços mais ricos para a mediação cultural, pois é nela que os educandos entram em contato com ferramentas simbólicas mais amplas, que vão além do contexto familiar e de outros grupos restritos. A educação, portanto, deve ser vista como um processo cultural, no qual o professor desempenha o papel de mediador ao proporcionar aos jovens sistemas de pensamento e valores que pertencem a sua cultura. Por isso, a prática pedagógica precisa ser flexível e inclusiva, promovendo o diálogo e a colaboração como formas de construir significados compartilhados por metodologia participativas, que incluem em sua elaboração:

1. *Criação de Contextos Significativos*: o professor deve utilizar exemplos e conteúdos que dialoguem com a realidade cultural dos alunos, promovendo o aprendizado contextualizado;
2. *Uso Intencional da Linguagem*: como ferramenta essencial de mediação, a linguagem deve ser usada para promover o pensamento crítico, estimular a reflexão e facilitar a troca de ideias;

3. *Interação e Colaboração*: a sala de aula deve ser um espaço onde os alunos aprendam por meio da interação com colegas e professores, valorizando a aprendizagem colaborativa;
4. *Respeito às Diversidades*: o professor deve reconhecer e valorizar a pluralidade cultural dos alunos, utilizando essa diversidade como recurso para enriquecer o aprendizado.

A perspectiva de Vygotsky sobre a mediação cultural no desenvolvimento humano oferece um arcabouço teórico poderoso para repensar a educação como um processo profundamente enraizado nas interações sociais e culturais. Ao adotarem essa visão, educadores têm a oportunidade de transformar suas práticas pedagógicas, promovendo uma educação que não apenas transmite conhecimentos, mas forma indivíduos capazes de participar ativamente da construção de sua cultura e sociedade.

Outro conceito relevante da teoria de Vygotsky é o da interação social na psicologia, enfatizando-o, com papel central no aprendizado e desenvolvimento cognitivo. Sua perspectiva sociocultural defende que o desenvolvimento humano ocorre, inicialmente, em um nível social, conhecido como *interpsicológico*, antes de ser internalizado no nível individual, chamado *intrapsicológico*.

Nesse entendimento, as habilidades cognitivas são moldadas e aprimoradas por meio da interação com outras pessoas em contextos sociais. Durante essas interações, os indivíduos compartilham ideias, estratégias e conhecimentos que, gradualmente, são assimilados e transformados em processos internos. Esse movimento do social para o individual exemplifica a interdependência entre o ambiente cultural e o desenvolvimento do indivíduo.

O aprendizado, na visão de Vygotsky, é essencialmente *colaborativo e dialógico*. Ele ocorre por meio de trocas dinâmicas e significativas entre os indivíduos, nas quais o conhecimento é construído em conjunto. Essa construção conjunta pode acontecer em diversas formas, como:

1. *Diálogo entre pares*: o intercâmbio de ideias entre colegas promove o desenvolvimento de novos conceitos e a solução de problemas de maneira coletiva;
2. *Mediação de um adulto ou tutor*: a orientação de uma figura mais experiente oferece suporte para que o aprendiz alcance níveis de compreensão que não conseguiria sozinho, um conceito que Vygotsky denominou de Zona de Desenvolvimento Imediata.

Essas ferramentas, segundo Vygotsky, não apenas refletem a cultura, mas também moldam a forma como as pessoas percebem, compreendem e agem no mundo, sendo indispensáveis para o desenvolvimento humano. E, nesse sentido, reitera-se que, para ele, a linguagem desempenha um papel essencial no desenvolvimento cognitivo, sendo um meio fundamental para facilitar o pensamento abstrato e a internalização de conceitos.

O pensamento verbalizado, emerge da interação social e é mediado pela linguagem, mostrando como os processos psicológicos superiores são construídos culturalmente. A linguagem também atua como uma ferramenta mediadora para resolver problemas, organizar ações e refletir sobre experiências, consolidando sua importância na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, o pensamento e a linguagem estão intrinsecamente conectados, influenciando mutuamente o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

O conhecimento não é simplesmente transmitido de uma pessoa para outra de forma passiva; ele é construído de maneira participativa e colaborativa. Esse processo ocorre no contexto das interações sociais, em que alunos e professores desempenham papéis fundamentais na construção de significados e no desenvolvimento do aprendizado. E, no âmbito da educação, o papel do professor vai além de ser uma fonte de informações. Ele atua como um mediador do processo de aprendizagem, criando um ambiente propício para que os alunos explorem, questionem e descubram novos conceitos. Ao oferecer desafios apropriados e suporte necessário, ajuda os alunos a alcançarem níveis mais elevados de compreensão, incentivando a reflexão crítica e o engajamento ativo.

Além disso, a construção social do conhecimento valoriza as trocas entre os próprios alunos, permitindo que aprendam uns com os outros por meio do diálogo, da cooperação e da resolução conjunta de problemas. Esse modelo ressalta a importância de contextos de aprendizagem significativos construídos a partir de conteúdos relevantes e articulados à vivência dos estudantes, em que o aprendizado se torna um instrumento de conhecimento relevante para a vida conectado às suas experiências e interesses.

A interação entre cognição e emoção também desempenha um papel vital nesse processo. Criar um ambiente acolhedor e emocionalmente seguro promove a motivação e a disposição dos alunos para enfrentarem desafios, colaborando assim para o desenvolvimento integral do conhecimento e das habilidades. Em suma, o aprendizado se torna mais profundo e duradouro quando é construído coletivamente, baseado no respeito mútuo e na troca constante de ideias.

Diferente da perspectiva de Piaget, que considerava o desenvolvimento como um pré-requisito para o aprendizado, Lev Vygotsky propôs uma abordagem oposta, defendendo que o aprendizado desempenha um papel central ao desencadear processos de desenvolvimento. Para Vygotsky, o aprendizado cria oportunidades para que os indivíduos alcancem níveis mais elevados de desenvolvimento cognitivo e emocional, ativando funções mentais que ainda estão em fase de maturação. Esse processo é particularmente evidente na interação social, na qual o aprendizado mediado por outros, como professores e colegas, estimula o desenvolvimento por meio da internalização de novas habilidades e conhecimentos.

Desse modo, Vygotsky (1995) evidencia a subordinação dos processos biológicos ao desenvolvimento cultural. Tal relação entre o plano biológico e o plano cultural é delineada em termos de uma diferenciação das funções psicológicas elementares, funções comuns a homens e animais, tais como a atenção e a memória involuntárias, das funções psicológicas superiores, funções exclusivamente humanas que possuem gênese fundamentalmente cultural e não biológica, tais como a atenção voluntária e o pensamento abstrato (Corrêa, 2017, p.382).

A ideia de que o aprendizado precede o desenvolvimento é central em sua teoria da **ZDI**, que descreve o intervalo entre o que a criança já é capaz de fazer sozinha e o que pode realizar com a ajuda de outros. Nessa zona, o aprendizado não apenas reflete as capacidades existentes, mas também promove a emergência de novas competências. Argumenta que, ao contrário de esperar o desenvolvimento "natural" para introduzir o aprendizado, é o engajamento em atividades de aprendizado desafiadoras e mediadas que impulsiona o progresso no desenvolvimento humano.

Esses conceitos são extremamente úteis para professores, pois ajudam a criar estratégias pedagógicas que respeitam e potencializam o desenvolvimento. A integração da THC ao ensino da Filosofia possibilita um processo educacional mais rico, em que o aluno não apenas reproduz informações, mas constrói, reflete e transforma conhecimentos em novas formas de pensar e interagir com o mundo.

5. INTEGRAÇÃO ENTRE PHC E THC NO ENSINO DA FILOSOFIA

A educação, compreendida como um processo histórico e cultural instituído pelas condições materiais que determinam a sociabilidade, evidencia o caráter dinâmico do aprendizado humano, que está intrinsecamente ligado à evolução das sociedades e às práticas sociais. Ambas as abordagens, THC e PHC, compartilham essa visão, destacando a importância do contexto sociocultural na formação do sujeito. Defendem que o desenvolvimento humano é mediado pela relação entre indivíduos e o ambiente, enfatizando a interação como elemento essencial para a construção do conhecimento.

Radicadas nas mesmas bases filosóficas, tanto a pedagogia histórico-crítica quanto a psicologia histórico-cultural afirmam a natureza social do desenvolvimento humano. Sem preterirem a importância do substrato biológico para a formação do homem, estas demonstram que os saltos qualitativos que caracterizam tal desenvolvimento resultam de processos de trabalho – na condição de atividade vital humana pela qual o homem age sobre a natureza transformando-a e, ao mesmo tempo, transformando-se nesse processo (Martins, 2017, p.55).

Enquanto a THC, fundamentada em Vygotsky, valoriza o papel das ferramentas culturais e da linguagem como mediadores do desenvolvimento, a PHC, com base em Saviani, propõe uma abordagem que integra a educação como um ato político e transformador. Ambas as perspectivas convergem na compreensão de que a educação não é um processo neutro, mas sim um espaço de construção de significados que reflete e transforma as condições históricas e culturais.

Tendo por referência o saber objetivo, sua especificidade está voltada a garantir a apropriação histórica a cada indivíduo daquilo que a humanidade já se apropriou de forma coletiva, a PHC (Sic!), Aponta para uma formação crítica e sistemática do ponto de vista filosófico e parte do princípio da realidade social, conduzindo ao conhecimento científico elaborado de forma sistematizada e problematizando os conteúdos relacionados à prática social (Silva, 2018, 29).

A mediação ocupa um lugar central em ambas as teorias. Na THC, a mediação é entendida como o processo pelo qual os indivíduos interagem com o mundo através de ferramentas e signos culturais, que estruturam suas formas de pensar e agir. Já na PHC, a mediação assume um caráter prático e pedagógico, destacando o papel do professor como agente intencional na transmissão dos conhecimentos sistematizados.

O trabalho, como categoria fundante, é também essencial para uma e outra, ele é visto não apenas como atividade econômica, mas como práxis com potencial de transformar tanto o mundo quanto os sujeitos. A educação, nesse sentido, torna-se o espaço privilegiado para a mediação entre o indivíduo e o mundo do trabalho, permitindo que o sujeito não

apenas compreenda, mas também transforme a realidade em que está inserido. Também compartilham pressupostos fundamentais no que diz respeito à compreensão do desenvolvimento humano e à centralidade do trabalho e da educação na formação de sujeitos históricos. Ambas buscam superar práticas educacionais que alienam os indivíduos e perpetuam desigualdades, promovendo uma formação integral, ou omnilateral, que articule o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos estudantes.

A PHC parte do entendimento de que a educação é uma mediação necessária entre os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e os indivíduos em processo de formação. Essa pedagogia valoriza a organização do ensino como um processo sistemático, baseado na exposição dos conteúdos clássicos que são fundamentais para a compreensão crítica da realidade. Oferece a base para um ensino sistemático e organizado, no qual os conteúdos filosóficos são abordados em sua historicidade e profundidade.

A THC complementa essa abordagem ao enfatizar a importância de tornar esses conteúdos significativos para os estudantes, conectando-os a experiências e problemas concretos da vida cotidiana. Enfatiza o papel das interações sociais e culturais no desenvolvimento cognitivo e emocional. Essa teoria destaca que as funções psicológicas superiores se desenvolvem por meio da mediação simbólica, sobretudo da linguagem, em contextos historicamente situados.

Ambas as teorias buscam combater a alienação por meio da educação. A filosofia, como disciplina que problematiza a realidade e estimula a consciência crítica, é um campo privilegiado para promover a compreensão das condições históricas que moldam a sociedade e o papel do indivíduo nela. A formação omnilateral preconizada por essas teorias articula o desenvolvimento intelectual, emocional e social simultaneamente. No ensino da filosofia, isso significa estimular não apenas a compreensão das teorias e filosóficas, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica, argumentativa e ética.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, revisitou-se o problema filosófico do ensino da Filosofia, explorando as tensões e os desafios que permeiam sua prática pedagógica. Argumenta-se que, enquanto disciplina, a Filosofia enfrenta a tarefa complexa de equilibrar sua dimensão teórica com as exigências contemporâneas do ambiente escolar. Este dilema é amplificado pela necessidade de adequar conteúdos profundamente abstratos a contextos educativos que demandam aplicabilidade e relevância.

Neste cenário, foram apresentadas as contribuições da PHC e THC como teorias fundamentais para repensar o ensino da Filosofia. A PHC enfatiza a formação integral do sujeito por meio do acesso ao saber sistematizado, propondo que o ensino da Filosofia deve possibilitar aos estudantes uma compreensão crítica da realidade. Por sua vez, a THC contribui ao destacar a relação entre os processos cognitivos e emocionais no desenvolvimento humano, sugerindo que a aprendizagem filosófica deve considerar as especificidades do sujeito em formação. A intersecção dessas perspectivas permitiu abordar o ensino da Filosofia como uma prática que, além de transmitir conteúdos, deve promover o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas que favoreçam uma formação cidadã e reflexiva, ressignificando a expressão “Ensino de Filosofia”.

Assim, o diálogo entre a PHC e a THC demonstra-se crucial para uma prática pedagógica transformadora no ensino da Filosofia. Ao integrar as contribuições dessas abordagens, os educadores podem superar dicotomias entre teoria e prática, entre racionalidade e emocionalidade, oferecendo uma educação que alia profundidade teórica à compreensão das especificidades dos sujeitos aprendentes. Para efetivar essa integração no ensino da filosofia, propõe-se: planejamento articulado, estratégias dialógicas e participativas, utilização de ferramentas mediadoras e o acompanhamento do desenvolvimento, fundamentalmente, do potencial. Essa integração ao ensino da filosofia oferece um caminho pujante para a formação omnilateral. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam sua própria inserção histórica e social, desenvolvam autonomia intelectual e fortaleçam valores éticos e humanísticos, contribuindo para a transformação social.

A relevância desse diálogo transcende o ensino da Filosofia, podendo inspirar outros campos do saber a repensarem suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras explorem aplicações concretas desse modelo integrador em diferentes contextos escolares, investigando como o ensino da Filosofia pode contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes. Também se destaca a importância de estudos que analisem a relação entre os processos emocionais e a aprendizagem filosófica, a fim de aprofundar a compreensão do papel da Filosofia na formação do pensamento crítico e da autonomia intelectual.

Por fim, reafirma-se que o ensino da Filosofia, fundamentado em abordagens críticas e culturais, tem o potencial de transformar não apenas a experiência educativa, mas também a forma como os sujeitos compreendem e intervêm no mundo. Esse compromisso com uma educação revolucionária reflete a importância de continuar aprofundando as reflexões e práticas no campo da Filosofia e da educação.

Ao reconhecer a interação social como uma peça central no desenvolvimento cognitivo, as teorias de Saviani e Vygotsky convidam a criar ambientes de aprendizado ricos em diálogo, cooperação e troca mútua, onde cada indivíduo contribui para a construção coletiva do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- [1] BATISTA, Eraldo Leme; LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência à prática revolucionária. In: MARSÍLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme **Pedagogia Histórico-Crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Editora: Autores Associados. Campinas, 2012.
- [2] CORRÊA, Crístia Rosineiri Gonçalves Lopes. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicol. Esc. Educ.**, [S.l.], v. 21, n. 3, p.379-36, set./dez, 2017.
- [3] MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.11 n.22, p.345-358, dez. 2011.
- [4] MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1888.
- [5] OLIVEIRA, Thiago. Breve ensaio sobre o problema do ensino de filosofia. **Cad. Nietzsche**, Guarulhos/Porto Seguro, v.43, n.3, p. 105-122, set./nov. 2022.
- [6] ORSO, Paulino José. Uma Teoria Pedagógica Revolucionária. In: MATOS, Neida da Silveira Duarte de; SOUSA, Joceli de Fátima Arruda; SILVA, João Carlos da. (orgs.) **Pedagogia Histórico-Crítica: revolução e formação de professores**. Campinas: Armazém do Ipê, 2018.
- [7] SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva ontológica. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. (orgs.) **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Editora: Autores Associados. Campinas, 2012. p.13-30

- [8] SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- [9] SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2013.
- [10] SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Col. Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.
- [11] SILVA, João Carlos da. **A Pedagogia Histórico-Crítica no Contexto da Luta de Classes**. In: MATOS, Neide da Silveira Duarte de; SOUSA, Joceli de Fátima Arruda; SILVA, João Carlos da. (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica: revolução e formação de professores**. Campinas: Armazém do Ipê, 2018. p. 23 a 36.
- [12] VIGOTSKI, Lev Semionovich. Obras Completas – Tomo Cinco: **Fundamentos de Defectologia**. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022
- [13] VIGOTSKII, L. S.; LEONTIEV, A. N.; LURIA. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2010.
- [14] ZANOLLA, Silvia Rosa da Silva. O conceito de mediação em Vigotski e Adorno. **Psicol. Soc.** [S.l.]. v. 24, n.1, p.5-14, abr. 2012.

Capítulo 3

Princípio da insignificância: sua aplicabilidade jurisprudencial e economicidade aos cofres públicos

Georgette Iara Teixeira Santos

Resumo: O presente artigo objetiva demonstrar o Princípio da Insignificância, sua aplicabilidade no ordenamento jurídico pátrio, bem como a economicidade para os cofres públicos. Para tais fins, são apresentados o entendimento e a aplicabilidade da teoria no Direito brasileiro, assim como as jurisprudências dos tribunais superiores e a divergência de entendimentos nos julgados. Visa afastar a tipicidade material, com o objetivo de evitar a punição da conduta, tendo, como parâmetro, os requisitos: mínima ofensividade da conduta, nenhuma periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Palavras-chave: Princípio da insignificância, requisitos da insignificância, aplicação jurisprudencial, divergências entre tribunais.

1. INTRODUÇÃO

O Princípio da Insignificância é um tema que vem se mostrando sempre atual e de manifesta relevância jurídica, gerando debates doutrinários e jurisprudenciais no cenário jurídico. Embora esse princípio não esteja expresso na legislação brasileira, ele é aplicado quando uma conduta é inicialmente titulada como criminosa, típica, com previsão legal, porém, a sua prática não causa lesão grave ao bem jurídico tutelado. Na definição de crime, um dos requisitos precípuos é a tipicidade material. Caso o ato seja atípico e não preencha os elementares do crime, não existe delito.

Com a evolução dos estudos do direito penal, a tipicidade, que era vista com feição exclusivamente formal, como mera subsunção do fato à norma, passou a ser vista sob outra ótica, abrangendo também o aspecto material, a demandar relevância da lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado.

Destaca-se que um dos objetivos do direito penal é a tutela dos bens jurídicos considerados mais importantes à sociedade, ou seja, nem todas as ações humanas consideradas reprováveis devem ser severamente reprimidas pelo caráter punitivo de tal ramo do direito. A relevância do ato e as consequências, tanto para a vítima, quanto para a sociedade, devem ser levadas em consideração. Outros pontos a serem observados são o da subsidiariedade do direito penal e o da supremacia da lei penal substancial.

Este trabalho tem como objetivo abordar o Princípio da Insignificância, iniciando desde a sua origem histórica, nos países pioneiros, ao conceito de crime no direito penal. Também serão explorados o conceito e requisitos do princípio da bagatela, sua aplicabilidade jurisprudencial brasileira, assim como as divergências dos julgados entre a mesma Corte e entre os Tribunais Superiores.

Serão abordados, ainda, os aspectos econômicos da aplicabilidade do princípio, realizado em um contexto geral referente aos custos de um preso para a Administração Pública, os impactos gerados aos cofres públicos a partir do momento em que o judiciário aplica a lei no seu aspecto formal, desconsiderando a atipicidade material, e a ínfima lesividade do bem jurídico tutelado.

Por fim, será demonstrado o impacto da ausência da aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas decisões judiciais, de crimes insignificantes, no intuito de demonstrar as repercussões da economicidade e eficiência na máquina pública.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A origem do princípio da insignificância ou da bagatela teve sua aplicabilidade inicialmente na Europa, a partir do século XX, em função das consequências deixadas pelas guerras mundiais. Existem controvérsias de que ele tenha surgido em Roma e depois retomado na Alemanha.

Sua evolução acompanha fortemente à do princípio da legalidade, um dos corolários do direito penal, que pugna, em um estado democrático de direito, pela garantia do cidadão, frente a desmandos estatais relativos a ações punitivas. Dessa forma, além de serem puníveis os atos já tipificados na lei penal, há uma imposição de limites, que busca evitar o abuso praticado por autoridades judiciárias.

Assim, com os estudos jus naturalistas iluministas, com destaque ao desenvolvimento do princípio da legalidade, o exame do princípio da insignificância ganhou maior

sistematização. Tanto que um de seus principais expoentes, Cesare Beccaria¹, chegou à afirmação de que “a exata medida do crime é o prejuízo causado à sociedade”.

Como explica Lopes (1997, p. 39), o princípio da legalidade vincula-se à teoria do contrato social, sendo a função precípua do Estado a proteção dos direitos de seus cidadãos, subjugado ao alcance das penas.

O estudo sobre o tema passou a ser realizado em maiores proporções por alguns juristas, porém, foi na década de 1960, devido a inúmeros furtos de valores inexpressivos, praticados contra o patrimônio de pessoa física ou jurídica, em função dos males pós-guerra, que estes tiveram maior evidência.

Enfim, conforme Ackel Filho (1988), o conceito referente ao princípio da insignificância busca demonstrar que, mesmo fatos típicos podem ser considerados irrelevantes, sendo que ações como a bagatela, que excluem o caráter reprovável, dispensam a atuação da ação penal.

2.1. CONCEITO DE CRIME NO DIREITO PENAL

Para alguns penalistas, o delito é perceptível de forma global, porém, seria necessário o estudo de suas características e elementos fundamentais, ou seja, o caminho percorrido pelo crime ou o *iter criminis*.

A definição de crime, como sendo fato típico, ilícito e culpável, permite uma análise minuciosa das fases do crime, o que conduz à aplicação de sanções possivelmente mais justas, atendendo à individualização das medidas penais e das peculiaridades pessoais do agente.

Em verdade, a definição de crime é constituída por meio da qualificativa que classifica as condutas ilícitas em função de interesses próprios, dessa forma, é definido o que deve ou não ser proibido, aplicando-se uma pena em conformidade com o grau de reprovabilidade intitulado pela adequação social.

O conceito de crime não é fixo, pois não há possibilidade de ser reproduzido em laboratório, nem decomposto. Cada crime tem uma história, suas peculiaridades, nunca idênticas, se levarmos em consideração o *iter criminis*.

Vale dizer ainda que crime não se define apenas por uma ação, mas sim, também, por uma omissão, pois, conforme o artigo 13, §2º do Decreto-lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, incluído pela lei 7.209, de 11/7/1984, do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940), há punibilidade ao agente que tem o dever de agir, ou dever de garantidor e que, de maneira consciente e voluntária, recusa-se a agir para impedir o resultado, ou se, culposamente, o agente deixa de agir, incorrendo em negligência, imperícia ou imprudência.

Na conceituação de Zaffaroni (1999):

Delito é uma conduta humana individualizada mediante um dispositivo legal (tipo) que revela sua proibição (típica), que, por não estar permitida por nenhum preceito jurídico (causa de justificação), é contrária ao ordenamento jurídico (antijurídica) e que, por ser exigível do autor que atuasse de outra maneira nessa circunstância, lhe é reprovável (culpável) (Zaffaroni, 1999, p. 37).

¹ Cesare Bonesana, Marquês de Beccaria, um aristocrata milanês, é considerado o principal representante do iluminismo penal

No Brasil, não há uma definição legal de crime. As doutrinas e jurisprudências adotam o conceito analítico de crime, direcionado à não fragmentação, sendo um todo unitário e indivisível. Porém, levam-se em consideração as três notas fundamentais do fato-crime: ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade).

2.2. CONCEITO DO PRINCÍPIO DA BAGATELA

O princípio da bagatela é um mecanismo mediador da saturação do poder judiciário, visando que a justiça não fique tão sobrecarregada de ações de valor diminuto ou desprezível, acarretando a morosidade da máquina pública. O que se busca, dessa forma, é evitar aquilo que Carnelutti (2003) batizou como inflação legislativa, ou seja, a tendência social para a criação de excessivas leis jurídicas, aí incluídas as leis penais, levam à diminuição de sua elaboração de maneira equilibrada e cuidadosa, o que leva à desvalorização das leis e, no que toca à legislação penal, “aviltam a sua eficácia preventiva geral” (Carnelutti, 2003, p.).

As normas penais são editadas com o objetivo de descrever o tipo penal e atribuir uma penalidade para os autores de crimes e contravenções, cujas condutas são reprováveis pela sociedade. Porém, na análise do princípio bagatelar, não se discute se a conduta é crime ou não, e sim, se é desprezível a lesão jurídica provocada ao bem jurídico material e formal tutelado, sendo o caso de excludente de tipicidade do fato.

Apesar de alguns doutrinadores não recepcionarem o princípio bagatelar, pois este seria uma contradição ao princípio da legalidade, há controvérsias na discussão do tema, pois a criminalidade de bagatela possui mínimo grau de reprovabilidade e, em inúmeros casos, os valores referentes à subtração são ínfimos.

Nucci (2009,) defende o que pode ser considerado para a aplicabilidade desse princípio:

A ofensividade ou lesividade deve estar presente no contexto do tipo penal incriminador, para validá-lo ou legitimá-lo, sob pena de se esgotar o Direito Penal em situações inócuas e sem propósito, especialmente quando se contrasta a conduta praticada com o tipo de sanção para ela prevista como regra; ou seja, a pena privativa de liberdade (Nucci, 2009, p. 77).

Já Grego (2009) analisa o princípio da bagatela em sede de tipicidade material, abrangendo o conceito da tipicidade conglobante, na qual, à primeira vista, os fatos estariam afastados do âmbito do direito penal, estando compreendidos pela figura típica, porém, dada a pouca significância e falta de reprovação pela sociedade nos quais se inserem, não merecem atenção do ordenamento jurídico.

Em relação ao princípio da insignificância, conforme STJ (2007), em sede de acórdão proferido em Recurso Especial:

O princípio da insignificância é um instrumento de interpretação restritiva do tipo penal que, de acordo com a dogmática moderna, não deve ser considerado apenas em seu aspecto formal, de subsunção do fato à norma, mas, primordialmente, em seu conteúdo material, de cunho valorativo, no sentido da sua efetiva lesividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal, o que consagra o postulado da fragmentariedade do direito penal (STJ, 2007, p. 363).

Por fim, a explicação de Lopes (1997) destaca os dois aspectos básicos do princípio: o primeiro exclui do sistema tudo aquilo que for considerado irrelevante à sua manutenção; e o segundo impede que algo com repercussão jurídica social ou social ingresse no sistema. Daí a utilização do termo “bagatela”, que significa ninharia, coisa pouco importante.

2.3. REQUISITOS DA BAGATELA

De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, para que seja possível aplicar o princípio, faz-se necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: “(a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada” (STF, 2012).

Esse rol envolve, conforme Lopes (1997), o dever de o Estado ir além da legalidade, buscando, também, a verdadeira aplicação da justiça social material. Para isso, deve manter em destaque a ideia de que, num estado democrático de direito, crime é a ação tipificada, assim como os bens jurídicos tutelados pelo direito penal trazem profundos reflexos sobre a coesão social, logo, devem ter sua valoração estipulada patrimonialmente e funcionalmente, sem excessos.

Dessa forma, a lesão ao patrimônio deve “representar uma repercussão concreta no âmbito da vida de uma pessoa e não como uma diminuição abstrata de valor do seu potencial econômico” (Lopes, 1997, p. 36).

Geralmente, a doutrina costuma classificar o princípio bagatelar em dois tipos: próprio e impróprio. No próprio, a conduta já nasce bagatelar, inexpressiva. Já no impróprio, o fato não nasce inexpressivo, porém, todas as circunstâncias posteriores tornam a pena totalmente desapropriada.

Pontos a serem destacados nesta seção referem-se aos princípios da subsidiariedade da aplicação do direito penal e o da supremacia da lei penal substancial. Nas palavras de Baratta (2003), o princípio da subsidiariedade prega que:

Uma pena pode ser cominada somente se pode provar-se que não existem modos não penais de intervenção aptos para responder a situações nas quais se acham ameaçados os direitos humanos. Não basta, portanto, haver provado a idoneidade da resposta penal; requer-se, também, demonstrar que essa não é substituível por outros modos de intervenção de menor custo social (Baratta, 2003, p. 7).

Já o princípio da supremacia da lei penal substancial assegura o alcance das garantias proporcionadas pelo princípio da legalidade, na medida em que a limitação dos direitos dos cidadãos em situação de cometimento de algum crime não pode ir além daquela limitação expressamente prevista em lei. Conforme Baratta (2003), a aplicação desse princípio impede a imposição de medidas de “fato ou de direito, de medidas restritivas dos direitos do indivíduo, no regramento e na prática dos órgãos de polícia, do processo e da execução, que não sejam estritamente necessárias aos fins da correta e segura aplicação da lei penal substancial” (Baratta, 2003, p. 7).

Exemplo: furto de um notebook. Suponha-se um amigo íntimo tenha incorrido na ação típica do furto, porém, arrepende-se e devolve o fruto do delito, sendo que o agente ficou preso durante alguns dias em função do flagrante. Dessa forma, teve prejuízos financeiros, mas é réu primário e possui bons antecedentes, além, é claro, do arrependimento, o que pode redimi-lo do crime. A devolução do notebook e o ressarcimento pelos aborrecimentos causados podem ser satisfatórios a ambos os lados.

No caso, foi aplicada a medida que Baratta (2003) denomina de “reapropriação dos conflitos, que considera as possibilidades de substituir parcialmente a intervenção penal por meio de formas de direito restitutivo e acordos entre as partes no marco de instâncias públicas e comunitárias de reconciliação” (Baratta, 2003, p. 17).

Do exposto, resta clara a aplicação dos requisitos objetivos do princípio da bagatela (mínima ofensividade da conduta, ausência de lesão social do ato, comportamento com grau reprovável reduzido e lesão jurídica de valor ínfimo) e subjetivos, que se referem às relações entre os agentes, tanto o passivo quanto o ativo.

Nessa situação hipotética, não há necessidade da aplicabilidade da lei penal. Sanções mais severas estariam em desacordo com os princípios basilares da Administração Pública, causando morosidade, ineficiência, gastos desnecessários e desproporcionais, levando-se em consideração a mínima gravidade da lesão.

2.4. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO BAGATELAR PELA JURISPRUDÊNCIA

O princípio bagatelar ou da insignificância vem sendo aplicado pelos Tribunais brasileiros desde 1988, apesar da ausência de preceito jurídico nas leis pátrias.

A primeira decisão do Supremo Tribunal Federal foi no recurso em *habeas corpus* 66.869/PR (STF, 1988), tendo sido afastada a tipicidade de lesões corporais em acidente de trânsito diante da pequena afetação do bem jurídico.

Em relação aos crimes contra a Administração pública, dez anos após o primeiro *habeas corpus* 77.003-4 (STF, 1998), foi proferida uma decisão em que o STF voltou a aplicar o princípio da insignificância, no caso da contratação de servidor sem concurso público por curto período de tempo.

Ainda nos dias atuais há situações em que o princípio em questão é ignorado em todas as instâncias do Poder Judiciário, chegando a Suprema Corte para julgar casos efetivamente desnecessários, por meio de *habeas corpus*, como, por exemplo, furtos de objetos de pequeno valor. Em alguns casos, a 1ª e 2ª turmas do STF têm concedido a ordem para anular o processo. Porém, ao transitar pelas três instâncias, já ocorreram gastos financeiros e morosidade nos trâmites judiciais.

A ausência de pronunciamentos e de legislação a respeito do princípio dificulta a adoção e sua aplicabilidade pelos tribunais, e embora o STF tenha traçado requisitos para aplicação bagatelar, os critérios não são específicos, e sim abrangentes, o que faz com que processos praticamente similares tenham posicionamentos e julgamentos diversificados. O *habeas corpus* nº 84.412/SP (STF, 2004) serve para exemplificar: trata-se do caso referente a um crime de furto, no qual foi aplicado o princípio da bagatela, conforme os pré-requisitos da 1. mínima ofensividade da conduta; 2. reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; 3. ausência de periculosidade social da ação; e 4. inexpressividade da lesão jurídica causada.

2.5. DIVERGÊNCIA DE POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO BAGATELAR

Embora o Superior Tribunal de Justiça tenha sido constituído para um escopo especial, com intuito de aplicar a lei federal e unificar sua interpretação no Brasil, no que se refere à aplicabilidade do princípio da insignificância, há frequentes divergências entre os tribunais.

Em alguns julgados, um caso claro de dissenso no âmbito da mesma Corte em turmas diferentes encontra-se na aplicabilidade do princípio frente o art. 28 da lei 11.343/2006 (Brasil, 2006)².

Em crime envolvendo drogas, o Supremo Tribunal Federal, no *habeas corpus* nº 91.074/SP (STF, 2008), foi aplicado o princípio da insignificância devido a posse de pequena quantidade de maconha encontrada com militar. Foi julgado também que tal atitude não constituía crime militar. Porém, na mesma Corte, ocorreu decisão na qual não foi aplicado o mesmo princípio em caso de delitos de tóxicos, sendo denegado o recurso HC 91.759/MG (STF, 2008-2).

Segue, *in verbis*, a ementa do *habeas corpus* nº 91.759:

PORTE ILEGAL DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ÍNFIMA QUANTIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.

EMENTA: Habeas corpus. Constitucional. Penal Militar e Processual Penal Militar. Porte de substância entorpecente em lugar sujeito à administração militar (art. 290 do CPM). Não-aplicação do princípio da insignificância aos crimes relacionados a entorpecentes. Precedentes. Inconstitucionalidade e revogação tácita do art. 290 do Código Penal Militar. Não-ocorrência. Precedentes. Habeas corpus denegado. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Suprema no sentido de não ser aplicável o princípio da insignificância ou bagatela aos crimes relacionados a entorpecentes, seja qual for a qualidade do condenado. 2. Não há relevância na arguição de inconstitucionalidade considerando o princípio da especialidade, aplicável, no caso, diante da jurisprudência da Corte. 3. Não houve revogação tácita do artigo 290 do Código Penal Militar pela Lei nº 11.343/06, que estabeleceu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, bem como normas de prevenção ao consumo e repressão à produção e ao tráfico de entorpecentes, com destaque para o art. 28, que afasta a imposição de pena privativa de liberdade ao usuário. Aplica-se à espécie o princípio da especialidade, não havendo razão para se cogitar de retroatividade da lei penal mais benéfica. 4. Habeas corpus denegado e liminar cassada (STF, 2008 – 2)³.

² Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

³ Importante destacar que em campo de Repercussão Geral, o STF decidiu que “Não comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância cannabis sativa, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com apreensão da droga e aplicação de sanções de advertência sobre os efeitos dela (artigo 28, I) e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (artigo 28, III); [...] Nos termos do §2º do artigo 28 da Lei 11.343/2006, será presumido usuário quem, para uso próprio, adquirir, guardar, tiver em

Quando se trata do crime de peculato, art. 312 do Código Penal (Brasil, 1940)⁴, há casos em que o STF aplicou o princípio da insignificância, na lesão praticada por militar que realizou benfeitorias em um imóvel funcional e não foi ressarcido. em função disso, o superior hierárquico aconselhou que o militar ficasse com fogão avaliado em R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

A decisão proferida no *habeas corpus* nº 87.478/PA (STF, 2006) foi embasada nas consequências desproporcionais que seriam aplicadas ao militar no âmbito administrativo, além das penais. Segue, *in verbis*, a ementa:

Voto - MIN. GILMAR MENDES

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. PECULATO. BENS AVALIADOS EM R\$ 50.00. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. BEM JURÍDICO TUTELADO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DA 3A. SEÇÃO DO STJ. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA. 1.A 3a. Seção desta Corte possui jurisprudência pacífica sobre a inaplicabilidade do princípio da insignificância nos crimes contra a Administração Pública, pois não se busca resguardar apenas o aspecto patrimonial, mas principalmente a moral administrativa (STF, 2006).

Já o STJ denegou o recurso do *habeas corpus* nº 115.562/SC (STJ, 2010), relativo a um crime de peculato em que os bens foram avaliados em R\$ 50,00 (cinquenta reais), alegando que não se busca apenas resguardar os aspectos patrimoniais e sim a moral administrativa.

No caso julgado pelo STF (2006), os valores foram oito vezes superiores ao caso denegado pelo STJ (2010). Os requisitos analisados para a aplicabilidade do princípio da insignificância não foram considerados pelo Superior Tribunal de Justiça, assim como a razoabilidade, a morosidade e a economicidade não foram relevantes para o julgamento da causa, o que contribuiu para a denegação do recurso.

Quando o crime praticado se trata de descaminho/contrabando, conforme o art. 334 do Código Penal (Brasil, 1940)⁵, os Tribunais Superiores entendem pela aplicabilidade do princípio, somente quando praticado o descaminho, pois o Pretório Excelso considera insignificante quando relacionado aos pequenos excessos na importação de produtos.

O STF tem entendimento de que a importação de mercadorias de procedência estrangeira, com pagamento inferior ao definido no artigo 20 da Lei nº 10.522/2002, é conduta atípica, sendo cabível e aplicável o princípio da insignificância. Porém, o valor deve ser inferior a dez mil e a conduta não poderá ser reiterada, pois isso afirmaria o grau de reprovabilidade do comportamento, sendo inviável a aplicação bagatelar.

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 334 DO CP. DIVERGÊNCIA

depósito, transportar ou trazer consigo até 40 gramas de *cannabis sativa* ou seis plantas fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito". (STF, 2024).

⁴ Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

⁵ Art. 334. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

JURISPRUDENCIAL. TRIBUTO DEVIDO INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL PARA A COBRANÇAFISCAL. ART. 20 DA LEI 10.522/02. PRINCÍPIO INSIGNIFICÂNCIA. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O crime de descaminho deixa de existir ante a incidência do princípio da insignificância, pela atipicidade material da conduta de elidir tributo no valor igual ou inferior a dez mil reais, porquanto a administração não tem interesse em movimentar a máquina para fins de cobrança do referido valor. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

3. ANÁLISE ECONÔMICA DA APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA OU BAGATELAR

O princípio da proporcionalidade concreta ou de adequação do custo social atua em conformidade com o da insignificância na medida em que, segundo Baratta (2003), refere-se aos elevados valores e custos sociais, que se referem não apenas ao fator econômico, mas aos prejuízos morais e psicológicos impostos àqueles que são encarcerados, assim como às suas famílias e à sociedade como um todo.

Dele deriva a exigência de introduzir, por razões de justiça, no regramento das sanções e dos benefícios, critérios dirigidos a compensar e a limitar as desigualdades dos efeitos da pena nos condenados e em seu ambiente social, como, por exemplo, a suspensão condicional, a semiliberdade, a liberdade condicional e as medidas alternativas (Baratta, 2003, p. 10).

A Audiência de custódia é o momento obrigatório no qual o preso em flagrante é apresentado à autoridade judicial, no prazo de 24 horas, para que seja avaliada a necessidade e legalidade da manutenção da prisão. Esse direito encontra-se amparado em tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Com efeito, o art. 7º, 5, do Pacto de São Jose da Costa Rica ou Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Brasil, 1992) reza:

Toda pessoa presa, detida, ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo (BRASIL, 1992).

Os custos gastos pela máquina pública no intuito de aplicar a lei são desproporcionais, caso se leve em consideração a tipicidade material do delito bagatelar, pois, de acordo com o projeto de Audiência de Custódia, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)⁶, cada preso custa em média cerca de R\$3 mil reais para o erário.

O Brasil possui, hoje, a quarta maior população carcerária do planeta. A cultura do encarceramento não prima pelos princípios da Administração, pois, atualmente, a população carcerária é de 600 mil presos, sendo que 40% deles, ou 240 mil pessoas,

⁶ Mais sobre o assunto, acessar <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia>

jamais chegaram a estar na presença de um juiz e ficam, por vezes, meses ou anos, em franca oposição ao princípio da presunção da inocência.

Após a implementação do projeto, ocorreu uma economia de aproximadamente R\$ 400 milhões aos cofres públicos. O montante representa a aplicabilidade do princípio da economicidade e razoabilidade decorrente das liberdades provisórias concedidas nas audiências de custódia.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça, esses presos, além de onerarem a máquina pública, pelos custos da sua prisão, quando soltos, são inocentados. Suas penas promulgadas em regime fechado poderiam ter sido cumpridas em regime semiaberto ou aberto, ou substituídas para prestação de serviços à comunidade ou outra qualquer permitida no nosso sistema processual penal.

3.1. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM ÚLTIMA INSTÂNCIA

Há casos na justiça brasileira em que os agentes foram detidos por praticarem crimes bagatelares e não tiveram a oportunidade de responder em liberdade. Alguns casos são julgados pelas três instâncias, chegando à Corte Maior para ocorrer a absolvição.

Como o caso do furto de queijo minas que, por ser o acusado reincidente, foi negada a aplicação do princípio bagatelar por uma das instâncias, chegando ao STF para julgamento e alvará de soltura, conforme o que se denota do seguinte exemplo contido no *habeas corpus* nº 155.920 (STF, 2018), *in verbis*:

Em 27/04/2018: “Sendo assim, em face das razões expostas e na linha de anteriores votos por mim proferidos nesta Corte (HC 111.016/MG – RHC 115.226/MG, v.g.), defiro o pedido de 'habeas corpus', para invalidar a condenação penal que foi imposta à ora paciente pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Juiz de Fora/MG (Processo-crime nº 0526507-37.2012.8.13.0145), por ausência de tipicidade material da conduta que lhe foi imputada, considerado, para esse efeito, o princípio da insignificância. Em razão do deferimento deste 'writ', a ora paciente fica absolvida, nos termos do art. 386, III, Código de Processo Penal, da imputação penal que se lhe fez nos autos do Processo-crime nº 0526507-37.2012.8.13.0145 (Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Juiz de Fora/MG), expedindo-se, de imediato, o pertinente alvará de soltura, se por al referida paciente não estiver presa.” (STF, 2018).

Em alguns casos, o acusado tem a possibilidade de responder em liberdade, como ocorreu em um julgado sobre furto de salame. O acusado furtou uma peça de salame que estava avaliado em R\$ 18,11 (dezoito reais e onze centavos). Levando-se em consideração a média de custo do processo, percebe-se que o estado gastou cerca de 92 vezes mais que o preço da peça de salame.

O acusado, quando foi detido, alegou passar fome, pois estava a 20 dias morando na rua. Entretanto, mesmo nessas circunstâncias, ele passou 4 meses encarcerado. No referido caso, o acusado foi condenado a 3 anos e 6 meses em regime fechado.

Houve a impetração de recurso, porém, na segunda instância, foi solicitado o reconhecimento do princípio bagatelar, mas somente ocorreu a diminuição da pena. Quando o caso chegou ao âmbito do Superior Tribunal de Justiça, foi determinado o

trancamento do processo criminal com entendimento de que furto de alimento de pouco valor para consumo próprio é insignificante (STJ, 2018).

Nota-se, do exposto, que foi necessário passar por três instâncias, movimentar o judiciário, custear um preso por 4 meses, onerar a máquina pública, para julgar crime falimentar de valor considerado indescritível pelo STJ.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme este estudo, nota-se que não há um consenso para a aplicabilidade do princípio da insignificância pelos tribunais, pois os critérios de aplicação estipulados pelo Supremo Tribunal Federal são subjetivos e abrangentes, de modo que as Cortes concedem ou denegam *habeas corpus*, deferem ou indeferem pedidos utilizando parâmetros divergentes.

O fato de não haver legislação no ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema com o intuito de nortear as decisões dificulta a aplicabilidade do princípio da insignificância. Assim, devem-se ponderar as ações a serem julgadas, levando-se em consideração os princípios que norteiam a Administração Pública, conforme o artigo 37 caput da Constituição Federal (Brasil, 1988)⁷.

Deve-se ter em mente que, apesar de não regulamentado na legislação brasileira, o princípio da insignificância não se encontra em situação extralegal: sua juridicidade tem amparo no princípio da legalidade – este sim, princípio expresso na Constituição Federal – e que demonstra a subsidiariedade da aplicação do direito penal.

Também devem ser levados em consideração os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, como critérios para aplicar ou não o princípio da insignificância, pois o que seria mais viável: absolver, levando-se em consideração a mínima ofensividade, com inexistência de periculosidade social, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada; ou condenar e encarcerar uma pessoa por um crime, cuja materialidade é de caráter desprezível, onerando os cofres públicos desnecessariamente?.

A aplicação dos demais princípios elencados neste artigo (da insignificância, da legalidade, da subsidiariedade da aplicação do direito penal, da supremacia da lei penal substancial e da proporcionalidade concreta ou de adequação do custo social) demonstra ser possível e desejável a mudança de paradigmas na resolução alternativa de conflitos e atos que sejam considerados de menor potencial ofensivo.

Há casos no Brasil em que as ações chegam até a terceira instância. Esses episódios, além de saturarem o judiciário com ações insignificantes, também oneram os cofres públicos.

Deve haver uma modificação cultural, no que tange ao encarceramento nos país, visando à economicidade dos gastos públicos, pois a manutenção de uma pessoa na prisão é de aproximadamente R\$ 3.000,00 (três mil reais), dependendo do estado da federação em que se situa o presídio. Em diversos casos, esses presos são inocentados ou cumprirão a pena em regime fechado, sendo que, pela gravidade do crime em concreto, poderiam

⁷ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

cumprir em regime aberto ou por meio de penas restritivas de direito, servindo à comunidade.

Nota-se, nos casos concretos, ser imprescindível a aplicação do princípio da insignificância ou da bagatela, com a resolução de processos por meios alternativos, pois, dessa forma, torna-se possível a retirada, da esfera penal, daquelas ações cuja substância tenha destaque mínimo que justifique tal atuação, o que, por sua vez, evita a excessiva e onerosa utilização de tribunais e agentes penais.

Deve-se afastar a utilização do direito penal para todo e qualquer evento típico que ocorra, elevando seu caráter subsidiário a uma regra de efetiva utilização, o que desmobilizará, dessa forma, a utilização desenfreada da máquina pública, com gastos desnecessários e penas desproporcionais.

O ideal seria a realização de efetivas políticas públicas que, além de investirem em educação e melhoria de condições sociais, também efetivassem alternativas de controle social. A importância não estaria apenas na repressão e punição aplicadas aos perpetradores de atos ilícitos, mas na prevenção para que tais atos não aconteçam. Para isso, uma cultura de valorização dos direitos humanos, por meio de ações eficazes voltadas ao bem estar dos cidadãos, deve ser prontamente posta em ação.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de uma análise concreta e completa de cada caso, considerado individualmente, assim como um exame do contexto geral em que cada infração ocorre, visto serem diversas variáveis que concorrem para que um crime ocorra.

Entretanto, apesar de tantos argumentos em favor de sua aplicação, não se pode olvidar de algumas críticas necessárias à aplicação do princípio da insignificância ou bagatela: deve-se ter em mente a possibilidade da insegurança jurídica que a realização do princípio pode gerar na sociedade.

Como já tipificados, os delitos de menor potencial ofensivo possuem, inclusive, juizados especiais para seu julgamento previstos na Constituição. Como proceder em caso de consideração de antijuridicidade de tais ações? Outro ponto é a dificuldade de valoração de cada lesão proporcionada por cada infração, visto ser a lesão ou o perigo de lesão fatores que devem ser levados em conta.

Frente a todo o exame deste artigo, incluindo-se as críticas aqui levantadas, conclui-se que o princípio da insignificância não deve ser utilizado de maneira irrestrita, mas efetuando-se questionamentos que motivem o seu não uso, ponderando sempre pela eficiência, agilidade do judiciário, proporcionalidade e economicidade da máquina pública, devendo ser aplicado em todas as instâncias e por todos os órgãos do direito penal brasileiro, adequando-se cada ocorrência à realidade social.

REFERÊNCIAS

- [1] ACKEL FILHO, D. **O Princípio da Insignificância no Direito Penal**. Revista Jurisprudencial do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, p. 73, abr-Jun/1988.
- [2] BARATTA, A. **Princípios do direito penal mínimo**. Para uma teoria dos direitos humanos como objeto e limite da lei penal. Trad. Francisco Bissoli Filho. Florianópolis, Santa Catarina, 2003. Disponível em <http://danielaefelix.com.br/doc/ALESSANDRO%20BARATTA%20Principios%20de%20direito%20penal%20minimo.pdf> Acesso em 18 jun. 2018.
- [3] BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Audiência de custódia. Brasília: CNJ, 2016 em <http://www.cnj.jus.br>

- [4] _____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 9 jun. 2018.
- [5] _____. **Decreto nº 678**, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm Acesso em 7 jun. 2018.
- [6] _____. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em 6 jun. 2018.
- [7] _____. **Lei nº 10.522**, de 19 de julho de 2002. Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10522.htm Acesso em 7 jun. 2018.
- [8] _____. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm Acesso em: 6 jun. 2018.
- [9] CARNELUTTI, F. **A Morte do direito**. Tradução Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003, p. 9.
- [10] GREGO, R. **Código Penal Comentado**/Niterói, RJ 2ºed.Impetus, 2009.
- [11] LOPES, M. A. R. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**: Análise à luz das Leis 9.099/95 - Juizados Especiais Criminais e da jurisprudência atual.. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1997.
- [12] NUCCI, G. de S. **Manual de Direito Penal**: parte geral: parte especial/4ºed.rev.,atual e ampl.3.tir.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- [13] STF. **Habeas Corpus nº 77.003**, julgado em 16.6.1998 Relator: Ministro Marco Aurélio. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/740703/habeas-corpus-hc-77003-pe?ref=serp> Acesso em 9 jun. 2018.
- [14] STF. **Habeas Corpus nº 87478** PA Relator: Ministro Eros Grau, Data de Julgamento: 29/08/2006, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 23-2-2007 PP-00025 EMENT VOL-02265-02 PP-00283.
- [15] _____. **Habeas Corpus nº 91074** SP. Relator: Ministro Joaquim Barbosa, Data de Julgamento: 19/08/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-241 DIVULG 18-12-2008 PUBLIC 19-12-2008 EMENT VOL-02346-03 PP-00767
- [16] _____. **Habeas Corpus nº 93.822** MC Relator: Ministro Celso de Mello, julgado em 20/02/2008, publicado em DJe-033 DIVULG 25/02/2008 PUBLIC 26/02/2008(2)
- [17] _____. **Habeas Corpus nº 155.920**. Minas Gerais. Relator: Ministro Celso de Mello. DJE: 23/4/2018. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5443963> Acesso em 8 jun. 2018.
- [18] _____. **Medida Cautelar em Habeas Corpus nº 84.412** São Paulo, Relator: Ministro Celso de Mello. DJ: 19/11/2004. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=63002> Acesso em: 5 jun. 2018.
- [19] _____. **Recurso em habeas corpus nº 66869** PR, Relator: ALDIR PASSARINHO, Data de Julgamento: 06/12/1988, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 28-04-1989 PP-06295 EMENT VOL-01539-02 PP-00187
- [20] _____. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 635.659** – SP. Relator: MINISTRO GILMAR MENDES. Data de julgamento: 26/06/2024. TRIBUNAL PLENO.
- [21] STJ. **Recurso especial nº 1455086** RS 2014/0118895-2, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Publicação: DJ 22/02/2018.
- [22] _____. **Recurso Especial nº 849035**. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ: 7/5/2007. Jus Brasil, 2007. Disponível em <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/45139/recurso-especial-resp-556653-mg-2003-0094700-7?ref=juris-tabs#!> Acesso em: 5 jun. 2018.
- [23] _____. **Habeas Corpus nº 115562** SC 2008/0202786-2, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES

MAIA FILHO, Data de Julgamento: 20/05/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/06/2010

[24] ZAFFARONI, E. R. **Manual de direito penal brasileiro - Parte Geral** . 2ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Capítulo 4

Direito e literatura: a violação dos direitos humanos e o silenciamento da individualidade artístico-literária em Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus

Roseli de Farias Bohn

Kaiomi de Souza Oliveira Cavalli

Sônia Mara Nita

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, de forma dialética, a relação entre Literatura e Direito, por meio de um diálogo entre fontes da doutrina jurídica sobre Direitos Humanos e Fundamentais e a obra de Carolina Maria de Jesus "Quarto de Despejo: diário de uma favelada", nesse sentido a pesquisa será qualitativa e de cunho bibliográfico. Dessa forma, verifica-se como as violações dos direitos humanos sofridas pela escritora, em uma sociedade de desigualdades sociais como a brasileira, afetaram a recepção de sua obra, contribuindo para o silenciamento de sua voz e questionando consequentemente a autenticidade de sua escrita.

Palavras-chave: Direitos Humanos e Fundamentais, Literatura, Quarto de Despejo.

1. INTRODUÇÃO

Na noite de 10 de dezembro de 1948, durante a terceira sessão ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu preâmbulo, a Declaração traz como princípio a dignidade humana, a igualdade de direitos e o progresso social, reafirmando o compromisso dos países-membros em respeitar e proteger as liberdades e os direitos fundamentais de todas as pessoas. Esse marco histórico resultou das tragédias vividas em duas guerras mundiais, destacando a necessidade urgente de legislações estatais que assegurassem a paz e a proteção dos direitos humanos em escala mundial.

No início da década de 1960, doze anos após a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil foi impactado pelo diário de uma mulher negra, semianalfabeta, mãe solteira de três filhos e favelada. *Quarto de Despejo, Diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus, revelou de forma contundente que, na realidade brasileira, os direitos elencados na Declaração da ONU estavam longe de ser alcançados. Mesmo que, agora em 2025, passados quase 76 anos, é evidente que, embora a dignidade da pessoa humana seja um princípio fundamental na Constituição Federal do Brasil, o acesso a esses direitos é uma construção diária.

Como afirma Flores (2009, p. 19):

[...] a luta pela dignidade humana é a razão e a consequência da luta pela democracia e pela justiça. Não estamos diante de privilégios, meras declarações de boas intenções ou postulados metafísicos que exponham uma definição da natureza humana isolada das situações vitais. Pelo contrário, os direitos humanos constituem a afirmação da luta do ser humano para ver cumpridos seus desejos e necessidades nos contextos vitais em que está situado.

Assim, não é possível falar em Direitos Humanos sem discutir o construído histórico antes da normatização e depois dela, pois a luta para o reconhecimento da dignidade humana como norma fundamental não se dissocia da luta para sua efetivação. Não há direito sem luta, como afirma Ihering (2002, p. 23): “A ideia do direito encerra uma antítese que se origina nesta ideia, da qual jamais se pode, absolutamente, separar: a luta e a paz; a paz é o termo do direito, a luta é o meio de obtê-lo”.

É fato, que para alguns, os marginalizados, tal qual Carolina Maria de Jesus, a luta por dignidade humana, em todos os aspectos que este termo engloba, será sempre mais intensa e a conquista mais lenta. Os danos causados pela violação dos direitos humanos e fundamentais são maiores do que a escassez do mínimo necessário para a vida, e isso Carolina o sabe muito bem.

Em *Quarto de Despejo*, Carolina narra o cotidiano da favela do Canindé, em São Paulo, colocando-se como narradora/protagonista de sua própria história. A forma literária que escolheu é profundamente subjetiva: o diário. A percepção de Carolina conduz o leitor a um universo de violações diárias da dignidade humana, marcado pela fome constante e pela luta incansável para prover o sustento de seus três filhos. A fome, que Carolina chama de “fome amarela”, é o principal elemento do dia a dia na favela, onde frequentemente falta o essencial. Cada dia parece uma repetição do anterior, com pequenas variações que raramente trazem alento. A escrita, quase que diária de Carolina Maria de Jesus, em seus cadernos sujos coletados no lixo, é responsável por momentos de liberdade e identificação da escritora que habita no *Quarto de Despejo*.

Este artigo propõe um paralelo entre as violações dos direitos fundamentais e o silenciamento da criatividade literária de Carolina Maria de Jesus, explorando como *Quarto de Despejo* evidencia a violação da dignidade e a negação do direito à arte e à literatura às populações marginalizadas.

2. CAROLINA, A ESCRITORA

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário (Jesus, 2014, p. 184).

Mineira de Sacramento, Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, filha de negros que migraram para a cidade com o intuito de trabalhar nas atividades rurais, principalmente a pecuária. Ela teve acesso à educação básica no Colégio Alan Kardec, onde estudou por apenas dois anos. Após a morte da mãe, em 1937, Carolina migra para São Paulo, onde trabalha como doméstica até engravidar de seu primeiro filho, João José de Jesus. Como não conseguia mais emprego em casas de família devido à maternidade, mudou-se para a Favela do Canindé tornando-se catadora de papel, lá tem mais dois filhos: José Carlos e Vera Eunice (Vogt, 1983).

Apesar de toda miserabilidade e o limitado conhecimento acadêmico que possuía, Carolina cultivava duas paixões: a escrita e a leitura, como ela mesma relatou em seu diário: “Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário. — Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler (Jesus, 2014, p. 23)”.

Em outro trecho afirma: “Li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem (Jesus, 2014, p. 22)”. Esse antagonismo entre as mazelas vivenciadas pela autora e seu amor pelos livros, mostra que a arte como uma necessidade humana é também um direito fundamental.

A vida da escritora mudou quando o jornalista Audálio Dantas, enquanto fazia uma reportagem na favela do Canindé, ouviu Carolina ameaçar colocar em seu “livro” o nome de algumas pessoas que estavam vandalizando um parquinho recém-inaugurado. Curioso, Dantas se interessou por aquela mulher negra que se intitulava escritora, e ela lhe apresentou seu tesouro em forma de 20 cadernos sujos. Como ele relatou no prefácio de *Quarto de Despejo*: “A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela” (Jesus, 2014, p. 7).

Audálio foi o responsável pela edição dos 20 cadernos e pela publicação em 1960 da obra. Como o próprio editor afirma (Jesus, 2014, prefácio) ninguém mais poderia escrever *Quarto de despejo*, além da mulher negra e pobre que a sociedade do país na década 1960 não soube reconhecer como voz literária feminina.

3. ENTRE A SALA DE VISITA E O QUARTO DE DESPEJO: UM ABISMO

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 33).¹

Oh! São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela (Jesus, 2014, p. 37).

A percepção das diferenças sociais na obra de Carolina Maria de Jesus, especialmente entre a cidade de São Paulo (representada pela "sala de visita" "rainha") e a favela do Canindé (simbolizada pelo "quarto de despejo", "meias de algodão"), revela uma divisão profunda e estruturante entre esses dois ambientes, e, conseqüentemente, entre os indivíduos que neles habitam. Nesse contexto, os moradores da "sala de visita" se encontram em uma posição mais próxima de acessar os direitos fundamentais à dignidade humana, enquanto os habitantes do "quarto de despejo" se veem distantes desse acesso, chegando a internalizar a sensação de indignidade. Como Carolina expressa em suas palavras, "tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo" (2014, p. 33). Esse sentimento reflete não apenas a exclusão social, mas também a desumanização imposta pelas condições precárias de vida enfrentadas pelos desfavorecidos.

Não há maior ingenuidade do que acreditar que todos têm igualdade no acesso aos direitos fundamentais. Embora a lei seja teoricamente universal, seu acesso é profundamente estratificado, refletindo as desigualdades estruturais da sociedade. Não se pode sequer imaginar que exista igualdade de acesso entre homens e mulheres do próprio quarto de despejo. Carolina, por exemplo, carrega consigo uma série de fatores de exclusão: é mulher, negra, pobre, semiletrada e mãe solteira em uma sociedade patriarcal, na qual o espaço público e acadêmico é predominantemente ocupado pelos homens.

Nesse sentido, Flores (2009, p. 30) argumenta que:

O acesso aos bens, sempre e em todo momento, insere-se num processo mais amplo que faz com que uns tenham mais facilidade para obtê-los e que a outros seja mais difícil ou, até mesmo, impossível de obter. Falamos, por conseguinte, dos processos de divisão social, sexual, étnica e territorial do fazer humano. Segundo a "posição" que ocupemos em tais marcos de divisão do fazer humano, teremos uma maior ou uma menor facilidade para ter acesso à educação, à moradia, à saúde, à expressão, ao meio ambiente, etc. Ocupam a mesma posição nos referidos sistemas de divisão do fazer humano os habitantes da Noruega e os que nasceram na Somália? Algo ocorre para que isso não seja assim. Começamos a lutar pelos direitos, porque consideramos injustos e desiguais tais processos de divisão do fazer humano.

¹ As citações das obras de Maria Carolina de Jesus foram transcritas sem correções gramaticais ou ortográficas, respeitando a escrita da autora.

Em *Quarto de Despejo*, é visível e latente a divisão do fazer humano abordado por Herrera, estarecido o leitor depara-se com relatos desumanos, onde homens como bichos, vasculham o lixo em busca de alimento (Bandeira, 1993, p. 12). Aliás, a escassez de comida é uma constante na vida de Carolina Maria de Jesus, que se vê obrigada a procurar no lixo restos de alimentos descartados, muitos já em estado de deterioração. Ela descreve a “fome amarela” como uma companheira diária, uma presença inevitável que define sua luta pela sobrevivência. Para Carolina, o pouco que consegue ganhar com o trabalho é insuficiente, servindo apenas para suprir de forma precária as necessidades mais básicas de cada dia, quando há feijão, falta gordura, se há carne não tem arroz. Entretanto, há os dias mais atrozés quando nada se tem para suprir a fome. Como bem se observa nos trechos abaixo:

Havia jogado muitas linguças no lixo. Separei as que não estava estragadas.[...] Eu não quero enfraquecer e não posso comprar. E tenho um apetite de Leão. Então recorro ao lixo (Jesus, 2014, p. 85).

Um operario perguntou-me: —E verdade que você come o que encontra no lixo? — O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animaes (Jesus, 2014, p. 103).

Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome (Jesus, 2014, p. 151).

No dia 13 de maio a escritora faz um paralelo crítico entre a abolição da escravatura e a escravidão da fome: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual — a fome!” (Jesus, 2014, p. 28). A fome escraviza tanto quanto outras formas de poder e a autora não é alheia a isso.

Entretanto, entre as inúmeras passagens que descrevem as condições sub-humanas vivenciadas pelos marginalizados de São Paulo, a mais estarecedora é, sem dúvida, a relatada no dia 21 de maio de 1958:

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. Um dia eu ia vender ferro quando parei na Avenida Bom Jardim. No Lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E de escolhia uns pedaços: Disse-me: — Leva, Carolina. Dá para comer. Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencêlo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruidos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. (...) No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome (Jesus, 2014, p. 36).

Essa citação reflete o contexto da obra de Carolina de Jesus, evidenciando a distância entre os direitos fundamentais elencados na Declaração de Direitos do Homem e a realidade

que vivencia. *Quarto de Despejo* documenta as necessidades concretas dos habitantes da favela, revelando as violações que enfrentam para acessar e exercer seus direitos humanos mais elementares, como o alimento e a personalidade, afinal: marginal não tem nome.

O Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 em seu Capítulo II trata dos Direitos da Personalidade como intransmissíveis e irrenunciáveis, um dos direitos fundamentais da personalidade está elencado no Art. 16: “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome”. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) em seu Art. 6 declara que: “Todos os indivíduos têm o direito de ser, em todos os lugares, reconhecidos como pessoa perante a lei”.

Embora a Lei assegure o reconhecimento da personalidade jurídica, princípio fundamental da dignidade humana, constata-se na obra de Carolina que este direito é usurpado daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade em uma sociedade excludente e desigual. A contradição entre a Legislação e a realidade social é evidente em *Quarto de Despejo*, onde o direito ao nome e ao reconhecimento legal não se traduzem, necessariamente, em pertencimento e respeito na vida cotidiana.

4. ENTRE VOZ E SILÊNCIO

Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais (Jesus, 2014, p. 42).

A crítica literária pós-colonialista Spivak, em seu livro *Pode o Subalterno falar?* (2014) analisa as estruturas de poder e as dificuldades que os subalternos encontram em expressar suas vozes, mediadas por sistemas ocidentais de poder que os representam, especialmente as populações oprimidas pelo colonialismo. Spivak discute, particularmente, se os subalternos, em especial as mulheres pobres dos países subdesenvolvidos, conseguem ter voz e se, quando falam, são de fato ouvidas por outras classes e culturas. Nesse sentido, a autora expressa: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2014, p. 85). “O subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (2014, p. 163). Crítica aos movimentos pós-coloniais e aos intelectuais do Ocidente, que embora aleguem dar voz aos subalternos, acabam falando em nome deles, perpetuando as relações de poder e tomando-lhes a palavra.

Dessa maneira, também observa Perrot (2005, p. 317), “a voz das mulheres é um modo de expressão e uma forma de regulação das sociedades tradicionais, onde predomina a oralidade. Porém, sua palavra pertence ao domínio do privado, à ordem do coletivo e do informal; ela se manifesta no boca-a-boca da conversa familiar”. A voz feminina, segundo a autora, foi silenciada ao longo dos séculos, sendo excluídas da esfera pública e confinadas aos espaços domésticos. Em sua Antologia Pessoal, organizada por José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), encontra-se uma poesia de Carolina que retrata bem esse espaço doméstico reservado à fala das mulheres, especialmente as negras.

Eu disse: o meu sonho é escrever!

Responde o branco: ela é louca.

O que as negras devem fazer...

É ir pro tanque lavar roupa... (Jesus, 1996, p. 197).

Na literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX, as mulheres também não tinham espaço no rol dos literatos, as poucas que ousavam escrever frequentemente recorriam a pseudônimos, amedrontadas com a opinião masculina. As vozes femininas que emergiram no contexto do modernismo – uma corrente com raízes europeias, mas adaptada à realidade brasileira – ainda estavam longe de representar um movimento inclusivo. Embora as manifestações artísticas buscassem a liberdade, a literatura moderna continuava, de maneira significativa, a ser elitista, restrita às mulheres cultas, na maioria distantes das camadas populares.

Carolina Maria de Jesus, é então, neste contexto, uma escritora ímpar, ela ousa falar/escrever e deseja ser lida mesmo estando à margem do que se convencionou ser boa literatura, como uma semiletrada ela escreve e denuncia as violações que sofre porque: “as misérias são reais”. A mulher negra, pobre e semiletrada não se encaixa no universo elitizado dos literatos, não tem acesso aos direitos fundamentais que dentro das estruturas de poder também são elitistas e por escrever é discriminada pelos seus iguais, os marginalizados, como afirma: “Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: — Está escrevendo, negra fidida!” (Jesus, 2014, p. 24).

Mas ela não aceita o silêncio, insiste em falar, porque tem muito a dizer: “Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (Jesus, 2014, p. 20).

A escrita é sua arma e seu refúgio, e sua história deve ser contada e sua Voz ouvida.

5. A LITERATURA: UM DIREITO

Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2014, p. 54).

O universo fabulado, ficcional e literário é uma necessidade de Carolina, a autora precisa criar um ambiente onírico para esquecer temporariamente as privações que suporta juntamente com seus três filhos, no quarto de despejo. O crítico literário brasileiro Antonio Candido (2004), em seu ensaio *O Direito à Literatura*, defende que a Literatura não é apenas uma forma de arte ou de lazer, mas um direito essencial ao desenvolvimento integral do ser humano. A literatura exerce uma função social e humanizadora capaz de formar a consciência crítica dos indivíduos, ampliando-lhe a compreensão de si e dos outros. Candido (2004, p. 182) afirma:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura

desenvolve em nós a quota de humanidade na medida que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.

Quarto de Despejo embora proporcione aos leitores exatamente esse “exercício de reflexão, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, mesmo em um universo deplorável, a percepção da complexidade do mundo e dos seres” (Candido, 2004), não foi aceito como Literatura pela maioria dos críticos literários da época, no máximo um relato da favela dito por um de seus favelados. A obra foi um sucesso instantâneo, os 10 mil exemplares esgotaram na primeira semana, com mais três tiragens posteriores chegando rapidamente a 100 mil cópias, algo incomum para a época. Traduzido para 13 idiomas, vendido em mais de 40 países, alcançando já a considerável marca de 1 milhão de exemplares vendidos (Villela, 2024). Apesar do sucesso repentino da obra, *Quarto de Despejo* logo foi relegado ao esquecimento, provavelmente muito mais pela momentânea curiosidade do público, do que pelo valor literário que a obra possui.

Ademais, fora *Quarto de despejo* (15% apenas do que Carolina escreveu nos diários), toda a vasta produção literária da escritora foi desconsiderada, até mesmo os demais livros que foram publicados depois como: Casa de Alvenaria, Diário de Bitita (publicado postumamente), Provérbios, Pedacos de fome, conforme relata a pesquisadora Verônica Flor em entrevista ao ICL Notícia em 15 de outubro de 2024. Segundo a pesquisadora, ao comparar o Livro com os originais verificou-se que: “Existe uma negação intelectual dela. Naquela época não existiam as marcações para perceber e colocar a autoria negra em lugar de prestígio. Até hoje existe isso, alguns entraves de quem domina a Literatura, os espaços de poder” (Flor, 2024).²

Em um trecho inédito dos diários de Carolina sobre o dia 04 de junho de 1958, suprimido do livro pelo editor, a autora demonstra que vive e conhece bem os espaços de poder que invisibilizam os marginalizados no universo literário, principalmente o pobre e preto (Flor, 2024)³:

04 de junho de 1958:

O escritor deve pensar em um livro e escrever. Vai escrevendo banalidade até escrever uma obra digna de menção honrosa. Quem escreve não deve ter preguiça. Deve relatar na escrita tudo o que sente. Ser sincero.

Os livros registram e as gerações vindouras vão tomando conhecimento. Por isso é melhor sermos bons. Creio que o jovem que quer escrever não vai encontrar obstáculo igual a mim que sou pobre, preta e feia. Ele tem um trator que lhe abre as estradas. —O dinheiro! Mas eu tenho lido tantas banalidades que os ricos escrevem. Quem é rico pensa e concretiza o seu sonho. Para os escritores ricos, que pagam os nossos editores, não há falta de papel. Só há falta de papel para o pobre, para o preto. Negro não deve ter vocação. Vocação de negro é beber pinga e lavar roupas da sinhá.

Eu gosto muito de livros. Quando alguém me diz que vai escrever, o futuro escritor fica morando no meu cérebro. Se eu fosse rica, eu já teria escrito muitos livros porque o dinheiro afasta os abrolho.

² Documento extraído da internet sem paginação.

³ Documento extraído da internet sem paginação.

Os esforços para silenciar a criatividade literária de Carolina Maria de Jesus e a autenticidade de suas criações contribuíram para que nada da escritora fosse publicado após 1964, embora a escritora estivesse escrevendo de forma bastante profícua, mas lhe faltava o “trator que abra as estradas – O dinheiro”. É visível, que os fatores de marginalização como a pobreza, o gênero, a cor e a falta de formação acadêmica contribuíram para que a escritora não fosse reconhecida, pois sua voz desafia os padrões da cultura elitista e contraria as classes de poder dominantes de qualquer época.

Por fim, percebe-se que a fala de Antonio Candido sobre a relação da Literatura com os Direitos Humanos é o grito de *Quarto de Despejo*:

Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e a visão do mundo, ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou da negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível como no outro, ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos (Jesus, 2011, p. 188).

Pensar em Direitos Humanos obriga a questionar as convicções, pois o que se considera essencial para si deve o ser também para o outro e essa proposição exige um grande esforço de empatia e educação (Candido, 2011).

A arte da escrita humaniza Carolina, e na mesma proporção desmascara a violação dos direitos humanos que as populações marginalizadas sofrem. Tentaram mutilar a humanidade de Carolina e de sua arte, mas como resistência seu *Quarto de Despejo* humaniza.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *“Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”*, de Carolina Maria de Jesus, coloca em evidência as tensões entre Direitos Humanos, Literatura e desigualdades sociais no Brasil. Por meio de sua escrita, Carolina nos apresenta um testemunho agudo sobre a violação da dignidade humana e a luta pela sobrevivência em uma sociedade estruturalmente excludente. Sua obra é, ao mesmo tempo, uma denúncia e uma afirmação da sua criatividade literária.

Apesar do sucesso comercial, sua obra não foi capaz de evitar a marginalização de Carolina como escritora, mas expôs as dinâmicas de poder que historicamente silenciaram vozes femininas como a dela. A resistência enfrentada por sua obra, não decorre da sua ausência de autenticidade e qualidade literária, mas da inaptidão de uma sociedade elitista e patriarcal de reconhecer a voz e o valor artístico da obra de uma mulher negra, pobre e semiletrada.

Carolina vence o silêncio imposto aos marginalizados e afirma a importância do direito à Literatura como um direito fundamental do ser humano. Assim, a escritora rompe o contexto de extrema adversidade e reivindica o espaço à literatura para aqueles historicamente subalternos e relegados ao esquecimento.

Com *Quarto de Despejo* aprende-se que não basta ter direitos aos Direitos Humanos, é preciso lutar por eles, porque o acesso infelizmente não é igual para todos, como prescreve a lei. Fala Carolina!

REFERÊNCIAS

- [1] BANDEIRA, M. **Estrela da Vida Inteira**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- [2] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2024.
- [3] BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.
- [4] CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.
- [5] FLOR, V. In: VILLELLA, H. **O Tesouro Desconhecido de Carolina Maria de Jesus**. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/trechos-carolina-maria-jesus-nao-publicados/>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- [6] FLORES, J. H. **A (re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- [7] IHERING, R. V. **A Luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- [8] JESUS, M. C. **Antologia Pessoal**. Org. José Carlos Sebe Bom Meihy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- [9] JESUS, M. C. **Casa de Alvenaria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- [10] JESUS, M. C. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- [11] JESUS, M. C. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.
- [12] ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- [13] PERROT, M.. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.
- [14] SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- [15] VILLELLA, H. **O Tesouro Desconhecido de Carolina Maria de Jesus**. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/trechos-carolina-maria-jesus-nao-publicados/>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- [16] VOGT, C. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual: O quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. In: SCHWARZ, Roberto (org.). **Os pobres na Literatura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Capítulo 5

Jornalismo e os paradigmas positivista e construtivista: o discurso monológico e a mediação intersubjetiva da comunidade de comunicação

Heitor Costa Lima da Rocha

Anabela Maria Gradim Alves

Resumo: Este capítulo propõe uma reflexão sobre as consequências da aplicação empírica das concepções epistemológicas positivista e construtivista na prática da cobertura jornalística, desde a compreensão da realidade até a influência política, ética e ideológica resultante da produção noticiosa. No caso da concepção positivista de jornalismo objetivista, identifica-se a fundamentação na teoria da correspondência perfeita da representação da realidade com a própria realidade (jornalismo como espelho da realidade), acarretando a constituição de um discurso jornalístico monológico e autoritário caracterizado pela pretensão de se auto validar como possuidor de um conhecimento perfeito através da verificação da distinção absoluta entre fato e opinião. No caso da concepção construtivista de jornalismo, fundamentada na teoria consensual da verdade, pelo contrário, podemos verificar o compromisso de o jornalismo representar a diversidade significativa das interpretações existentes sobre os problemas concretos vivenciados pela sociedade, sempre de forma provisória e passível de revisão de acordo com as mudanças vivenciadas pela comunidade de comunicação. Desta maneira, a reflexão infere que o discurso monológico e autoritário do jornalismo objetivista promove um enquadramento que desempodera a cognição interpretativa do jornalista e do público, para reprodução da ideologia hegemônica e dos interesses da estrutura de poder, enquanto a notícia multiperspectiva (Gans, 2003; Park, 2008) da concepção construtivista contribui para a conscientização dos cidadãos e transformação da estrutura social, acenando com a possibilidade da superação gradativa dos mecanismos de dominação e conquista de uma vida social menos ameaçada.

Palavras-chave: jornalismo; positivismo; construtivismo; democracia deliberativa.

1. INTRODUÇÃO

A autoridade epistêmica de definição da situação da realidade social é concebida de forma contrastante e diametralmente oposta nas perspectivas positivista ou construtivista. No primeiro caso, a concepção positivista de jornalismo objetivista, baseada na teoria da correspondência da representação com a realidade, evidencia a constituição num discurso jornalístico monológico e autoritário caracterizado pela pretensão de se auto validar como possuidor de um conhecimento perfeito através da verificação da distinção absoluta entre fato e opinião. No segundo caso, a concepção construtivista de jornalismo, fundamentada na teoria consensual da verdade, pelo contrário, identifica o compromisso de o jornalismo representar a diversidade significativa das interpretações existentes sobre os problemas concretos vivenciados pela sociedade, sempre de forma provisória e passível de revisão de acordo com as mudanças vivenciadas pela comunidade de comunicação.

Subjacente à questão epistemológica sobre as duas formas de apreensão da realidade, é relevante questionar o papel desempenhado pelo jornalismo no sentido da reconstrução da ordem institucional estabelecida para satisfação dos interesses da estrutura de poder dos controladores do aparelho de estado e das corporações do mercado ou, no sentido contrário incluindo no debate público os posicionamentos dissensuais resistentes de classes, etnias, gêneros e orientações contra hegemônicas para conferir maior representatividade ao contrato social.

No embate ideológico vivenciado pelo enquadramento jornalístico na arena simbólica da deliberação política, é necessário problematizar a questão para esclarecer sobre a forma de que se reveste a influência nos casos dos distintos paradigmas positivista ou construtivista. No primeiro caso, evidencia-se o desempoderamento da cognição interpretativa do profissional, quando sua atuação restringe-se a espelhar o significado inerente à própria natureza dos acontecimentos de maneira inquestionável, distinguindo fato e opinião/juízo de valor. No segundo caso, autores como Herbert Gans (2003) e Robert Park (2008) defendem a necessidade de o jornalista poder, depois de rigoroso processo de apuração, investigação e inquirição, emitir, com transparência, juízos de valor sobre os responsáveis pelas ações reportadas e convocar as pessoas da comunidade de comunicação a deliberar sobre as questões públicas.

Assim, é possível questionar se a prerrogativa do jornalista de encerrar o assunto com uma atribuição de sentido sobre um assunto seria uma contradição, no âmbito da filosofia pragmática da comunicação, com as concepções de Charles Peirce do processo de semiose ilimitada e do falibilismo, ou haveria, na verdade, compatibilidade e complementariedade nas duas posições, tendo em vista a sempre existente perspectiva de revisão nas mudanças do intérprete e do interpretante na comunidade de comunicação.

2. A IDEOLOGIA EPISTÊMICA POSITIVISTA DA OBJETIVIDADE

A análise do significado da concepção positivista da objetividade no jornalismo implica necessariamente na avaliação de seus efeitos para as liberdades de ação individuais do sujeito privado e a possibilidade de protagonismo do cidadão junto ao Estado. Neste sentido, também se faz necessário a avaliação do desempenho jornalístico adequado para subsidiar este exercício autônomo da cidadania e, conseqüentemente, a autoridade do público na afirmação dos interesses da coletividade diante das ameaças da estrutura de

poder dos grupos que controlam o aparelho de Estado e as grandes corporações do mercado.

Seguida por muitos teóricos e, sobretudo, infelizmente ainda adotada nas redações sob a influência da ideologia positivista da objetividade (Piaget; Garcia, 2012), prevalece a consideração de que a distorção ideológica na produção noticiosa acontece exclusivamente quando o jornalista deixa transparecer suas crenças no enquadramento das notícias. Nesta postura epistêmica obscurantista, deixa-se de levar em conta nas deliberações políticas a distorção sistemática da comunicação pelos interesses da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as organizações empresariais, menosprezando a mediação dos jornalistas e os oprimindo a se conformarem aos limites da política editorial dos veículos, além de disseminar uma visão naturalizada da realidade para ocultar o fato de que se trata de uma construção social, para desautorizar a consciência pública e o exercício da cidadania.

Para Adorno, a autonomia de indivíduos independentes, não tutelados, é a condição imprescindível para o advento de uma sociedade democrática. No entanto, na sua reflexão não fica claro como pode se dar a superação da reificação e a emancipação das tutelas necessárias para que os cidadãos possam viabilizar o surgimento de uma sociedade democrática.

O efeito de conjunto da indústria cultural é de uma anti-desmitificação, a de um anti-iluminismo (...); nela a desmistificação, a *Aufklärung*, a saber a dominação técnica progressiva, se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática, que não se poderia salvaguardar e desabrochar senão através de homens não tutelados (Adorno, 1987, p. 295).

Desta maneira, Adorno estende a denúncia do intuito de dominação da indústria cultural ao ideal iluminista da autonomia como “engodo das massas”, por confundi-la com o uso que faz dela o monopólio do grande capital na mídia hegemônica, seguindo uma interpretação da racionalização social “em termos de *reificação da consciência*”, cujos paradoxos “revelam que esse tema não pode ser trabalhado satisfatoriamente por quem utiliza os conceitos da filosofia da consciência” (Habermas, 2012, p. 3-4). Segundo Habermas, a problemática da “racionalização” e da “reificação” caracterizam uma linha de pensamento social tipicamente alemã, iniciada por Kant e Hegel e, posteriormente; seguida por Marx, Lukács e a Teoria Crítica.

As limitações da filosofia da consciência, nesta abordagem, podem ser superadas através da destranscendentalização para o paradigma construtivista fundamentado na filosofia da linguagem. Com a teoria da comunicação de George Mead (1992) tem início esta mudança de paradigma, representando a passagem da atividade teleológica para a comunicativa e a libertação das aporias oriundas da filosofia da consciência. No que se convencionou chamar de “guinada linguística/pragmática”, foi superada a fonte de legitimação que a filosofia clássica atribuía a qualquer fenômeno da consciência: a autoconsciência.

Assim, a filosofia da linguagem exigiu que o acesso direto que a filosofia da consciência pretendia em relação aos fenômenos, às representações, fosse substituído por seu

exame indireto, através da análise das expressões linguísticas que utilizamos para transmitir pensamentos. Segundo essa perspectiva, pode-se observar nas frases que sua forma é determinada por razões sintáticas, que há uma lógica inerente, e, conseqüentemente, é possível reconstruir racionalmente as regras gramaticais ali empregadas. “Por este expediente, podemos inferir a existência de uma estrutura racional da linguagem, que usamos inconscientemente. A linguagem passa a ser vista, portanto, como instrumento de racionalidade que permite comunicar o conteúdo dos pensamentos.” (Aragão, 2002, p. 92).

Neste sentido Habermas (2002, p. 4) pondera que as ideias de liberdade e de conciliação, que Adorno delineia nos limites de uma dialética negativa, carecem de esclarecimento, o que pode ser realizado com o auxílio do conceito de “racionalidade comunicativa que emerge sutilmente das reflexões adornianas”.

Tal utopia visa à reconstrução de uma intersubjetividade invulnerada que abre a possibilidade do entendimento não coagido dos indivíduos entre si e da identidade de um indivíduo que se entende livremente consigo mesmo. Ora, os limites dessa teoria da comunicação são patentes! Afinal, a reprodução da sociedade enquanto totalidade não pode ser explicada satisfatoriamente quando nos limitamos às condições da racionalidade comunicativa. No entanto, esta pode ser tomada, mesmo assim, para explorar a partir de dentro a reprodução simbólica do mundo da vida de grupos sociais. (Habermas, 2002, p. 4).

Na reflexão de Kant (1724-1804), fundador da filosofia moderna no sentido de ter reformulado a questão da relação entre a razão humana e a experiência (o mundo empírico), foi aberto o caminho para uma compreensão construtivista do conhecimento (Morrow; Torres, 2002, p. 20).

Com Kant inaugura-se a época da modernidade. Desde o instante em que se rompe o selo metafísico que garantia a correspondência entre linguagem e mundo, a própria função de representação própria da linguagem torna-se um problema: o sujeito da representação deve se transformar em objeto para aclarar a si mesmo o processo problemático da representação. (Habermas, 2000, p. 365).

Neste sentido, a autêntica autonomia do indivíduo, vinculada à exigência da comunicação como condição da maioridade, já estava presente em Kant quando entendia por uso público da própria razão aquele que qualquer uma dela faz na interação comunicativa com o público, com os demais integrantes da comunidade humana, conforme a sua resposta à pergunta sobre o que é o Iluminismo:

O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (Kant, 1993, p. 11).

A partir da problematização da questão da importância da comunicação, especialmente na sua configuração sistematicamente distorcida pela indústria cultural, fica patente que, na sua estreita relação de interdependência, as liberdades de ação individuais do sujeito privado e a autonomia pública do cidadão ligado ao Estado possibilitam-se reciprocamente. É a serviço dessa convicção que se põe a ideia de que as pessoas só podem ser autônomas à medida que lhes seja permitido, no exercício de seus direitos civis, compreender-se como autores dos direitos aos quais devem prestar obediência, constituindo-se em co-legisladores das leis do Estado de direito.

Então, tanto a autonomia do sujeito privado quanto a autonomia pública do cidadão do Estado tornam-se comprometidas pela publicidade manipulativa do jornalismo objetivista, que, com a sua maquinaria ideológica, oprime e desautoriza a soberania que o legislador confere ao jornalista ao exigir que toda publicação tenha a chancela de um profissional registrado, atribuindo-lhe o papel de curador da notícia de excelência, com a incumbência de garantir a qualidade da informação oferecida à sociedade (Cornu, 1999).

O ideal da objetividade, ainda seguido em muitas redações, significa a crença ingênua de que a imparcialidade e neutralidade da notícia só podem ser atingidas quando o jornalista se restringe, exclusivamente, a relatar os fatos sem quaisquer interferência de sua experiência histórica social, como se fossem aspectos do próprio mundo, conforme a concepção da teoria da verdade como correspondência absoluta entre a representação e a própria realidade, que caracteriza a perspectiva do paradigma positivista. O mito da objetividade, que distingue fato de opinião/juízo de valor, foi desconstruído por Michael Schudson (2010, p. 16), ao observar que “fatos” são “declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente” que se distinguem das influências distorcidas de quaisquer preferências pessoais, enquanto os valores são tidos como “as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo”.

Depois de considerar que o homem, como animal cultural, só pode conhecer, ver e escutar “o mundo através de filtros socialmente construídos”, Schudson (2010) assume uma perspectiva construtivista, assegurando que o ser humano, individual e coletivamente, constrói a realidade com a qual ele se relaciona. Neste sentido, pondera que a crença na objetividade, não só no campo de estudos do jornalismo, mas também em outras áreas, ao contrário da alardeada neutralidade e imparcialidade,

não é somente uma afirmação sobre que tipo de conhecimento é fidedigno. É também uma filosofia moral, uma declaração sobre com que tipo de pensamento cada um deveria comprometer-se ao tomar decisões morais. É, além disso, um compromisso político, pois fornece uma direção sobre que grupos cada um deveria reconhecer como público apropriado para julgar seus próprios pensamentos e atos. (Schudson, 2010, p. 18-19).

O ideal da objetividade oferece, ao se apresentar como um antídoto para a parcialidade, uma camuflagem que dissimula a capitulação do jornalismo à estrutura de poder, pois, na verdade, é “a parcialidade mais insidiosa, dentre todas”, uma vez que reproduz uma visão da realidade social que se recusa “a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio”. (Schudson, 2010, p. 188).

A refutação de forma categórica da epistemologia positivista da objetividade como instrumento para verificar a distinção entre a opinião e o fato, cuja essência seria inerente à sua própria natureza, portanto, inquestionável, porque independente de qualquer interpretação, pode ser encontrada em Karl Popper, ao descartar como impossíveis a avaloratividade científica e a neutralidade axiológica.

(...) é, praticamente, impossível conseguir a eliminação dos valores extra-científicos da atividade científica. A situação é semelhante com respeito à objetividade; não podemos roubar o partidarismo de um cientista sem também roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e como cientista. Nossos motivos e até nossos ideais puramente científicos, inclusive o ideal de uma desinteressada busca da verdade, estão profundamente enraizados em valorações extra-científicas e, em parte, religiosas. Portanto, o cientista "objetivo" ou "isento de valores" é, dificilmente, o cientista ideal. Sem paixão não se consegue nada - certamente não em ciência pura. A frase "a paixão pela verdade" não é uma mera metáfora (Popper, 2004, p. 25).

Para atestar a perfeita aplicabilidade da concepção de Popper sobre o cientista social à atividade profissional do jornalista, Herbert Gans (1979, p. 81) argumenta que o que está em jogo no equilíbrio contraditório e instável, que configura o "cabo de guerra" entre fontes, jornalistas e público, é "o poder sobre a interpretação da realidade", concepção que evidencia a dimensão simbólica da democracia deliberativa, pois este poder pode ser exercido por todos os atores da discussão pública, muito embora sofra a influência privilegiada da organização empresarial dos veículos noticiosos.

Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, "o exercício do poder sobre a interpretação da realidade". O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade. (Gans, 1979, p. 82).

Neste sentido, apesar da margem de disputa pela interpretação da realidade a ser reconhecida como de transcendência social, as desigualdades estruturais são especialmente potencializadas pela hegemonia da epistemologia positivista da objetividade, com a noção estratégica da distinção entre fato e opinião, como referência imposta aos jornalistas na produção das notícias, acarretando um acentuado desempoderamento do jornalista e do público.

Para Gans, com a manutenção dos padrões de referência da objetividade e compromisso comercial incondicional com o lucro na produção das notícias, os jornalistas, enquanto não conquistarem outras maneiras de produzir suas notícias, continuarão com uma margem de manobra cada vez menor.

Notícias governamentais de cima para baixo têm muitas consequências problemáticas. Por um lado, reflete a perspectiva dos que estão no topo, que tendem a ver a massa da população como constituintes e

sua sociedade como um mundo que eles conhecem principalmente por meio de suas capacidades oficiais e visitam principalmente em época de eleições. Além disso, os jornalistas respeitam suas fontes oficiais, relatando o que essas fontes lhes dizem. Eles podem ser críticos do que lhes é dito e das próprias fontes, mas as fontes geralmente têm a primeira palavra, colocando assim os críticos em uma posição reativa e inferior. (Gans, 2003, p. 46).

No entendimento de Gans (2003: 67), as organizações políticas e econômicas poderosas são boas em privar os cidadãos - assim como os jornalistas - de informações que podem reduzir seu próprio poder, o que implica a dificuldade dos profissionais para reorganizar a linha de montagem jornalística de modo a reduzir a ênfase nas notícias de cima para baixo e a divulgação dos pontos de vista dos poderosos. Por isso, ele defende que os veículos jornalísticos devem incluir nas notícias “mais opiniões. As opiniões são desejáveis quando jornalistas que fizeram muito trabalho braçal desenvolvem opiniões informadas, e essas devem ser compartilhadas com o público das notícias” (Gans, 2003: 100).

Por isso, lamenta que a opinião jornalística ainda seja reprimida, pois os jornalistas:

(...) geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante. (Gans, 2003, p. 100).

Desta maneira, a possibilidade de os jornalistas complementarem histórias diretas com opinião ofereceria mais diversidade e pressionaria “as organizações de notícias a corrigirem os atuais desequilíbrios de raça, classe e outras características na lista de jornalistas.” (Gans, 2003, p. 101).

As diferenças de opinião são frequentemente o resultado de ver o mesmo fenômeno de várias perspectivas. A mesma observação se aplica às notícias, exigindo o que anteriormente chamei de notícias e mídia de notícias “multiperspectivas”. Idealmente, notícias multiperspectivas englobam fatos e opiniões refletindo todas as perspectivas possíveis. Na prática, significa dar lugar às notícias para pontos de vista não representados, fatos não relatados e partes da população não representadas ou raramente relatadas. Em outras palavras, as notícias multiperspectivas são o corretivo de baixo para cima para as perspectivas principalmente de cima para baixo da mídia de notícias (...). No entanto, embora o topo possa ser pequeno, não existe uma única perspectiva de baixo para cima. O país é composto de muitos fundos, ou públicos, cada um com sua própria concepção das formas adequadas de olhar o mundo, sobre o que são os fatos e quais fatos são relevantes para uma história ou assunto. A primeira prioridade, e agora uma antiga, é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciados apenas quando dão

as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes. (Gans, 2003, p. 103).

Estas reflexões críticas sobre a forma como tradicionalmente o jornalismo vem atuando tornam evidente como a epistemologia positivista da objetividade conspira para elaboração de enquadramento de notícias monológicas com a interpretação exclusiva da ideologia dominante sobre o fato como sendo a própria realidade, censurando a autonomia relativa dos jornalistas e a diversidade de versões sociais significativas, com certeza, fatores imprescindíveis para a vida democrática.

Em síntese, três críticas são dirigidas à noção de objetividade no jornalismo: a falta de questionamento sobre a validade dos pressupostos políticos substantivos em que se baseiam as notícias (1); o formato tendencioso do conteúdo das notícias para reforçar as estruturas de poder estabelecidas (2); e a tendência de enfatizar eventos e pseudoeventos para controlá-los e manipulá-los, em detrimento dos movimentos reformadores que exploram a orientação para questões, incorrendo numa forma intensamente condicionada pelas rotinas de captação de notícias (3).

3. O JOGO DE LINGUAGEM MORAL E O CONTEÚDO COGNITIVO/EPISTÊMICO

Com o seu enquadramento naturalizador e cético em relação à capacidade das pessoas de conferir sentido ao seu mundo da vida e participar da construção social da realidade, o jornalismo objetivista obscurece a evidência de um conteúdo epistêmico, um saber compartilhado intersubjetivamente, nos juízos morais, assim como a percepção de que o consenso existente na ordem do discurso, ao atribuir valor às diversas identidades existentes na sociedade, não se dá de forma tranquila, líquida e certa, pois persiste ocasionalmente uma disputa, uma controvérsia moral sobre as contradições sociais. A noção de objetividade no jornalismo implica a adoção de um enquadramento que se pretende lastrear na facticidade da ordem estabelecida, usurpando a consciência do cidadão como co-legislador na definição da situação da realidade e membro de uma comunidade moral.

Outra constatação quase imediata no jornalismo objetivista, especialmente na sua vertente mais comum do sensacionalismo e da espetacularização, é o menosprezo pela capacidade de discernimento e racionalidade das pessoas que compõem a sua audiência. Neste caminho, não se pode imaginar que os cidadãos que integram o público possam atingir um nível de consciência de sua interdependência para se constituir em comunidade moral baseada no mesmo respeito por todos e na responsabilidade solidária geral de cada um pelo outro, assumindo um universalismo com marcada sensibilidade para as diferenças.

Assim, perde-se a noção de que as manifestações morais, quando fundamentadas, têm um teor cognitivo/epistêmico que expressa um saber compartilhado intersubjetivamente nas interações cotidianas do mundo vivido com capacidade de se revestir de um caráter de vinculação obrigatória capaz de levar os atores ao comportamento prescrito.

(...) nós pronunciamos frases que têm o sentido de exigir dos outros determinado comportamento (ou seja, de reclamar o cumprimento de uma obrigação), de fixar uma forma de agir para nós mesmos (ou seja, de assumirmos uma obrigação), de admoestar outros ou nós mesmos, de reconhecer erros, de apresentar desculpas, de oferecer indenizações etc.

Nesse primeiro nível, as declarações morais servem para coordenar os atos de diversos atores de um modo obrigatório. É claro que essa “obrigação” pressupõe o reconhecimento intersubjetivo de normas morais ou de práticas habituais, que fixam para uma comunidade, de modo convincente, as obrigações dos atores, assim como aquilo que cada um deles pode esperar do outro. “De modo convincente” quer dizer que, toda vez que a coordenação das ações fracassa no primeiro nível, os membros de uma comunidade moral invocam essas normas e apresentam-nas como “motivos” presumivelmente convincentes para justificar suas reivindicações e críticas. As manifestações morais trazem consigo um potencial de motivos que pode ser atualizado a cada disputa moral. (Habermas, 2002, p. 11-12).

Uma observação atenta à ordem institucional estabelecida poderá perceber, abaixo da aparente homogeneidade do consenso, não a unanimidade da facticidade naturalizada no pano de fundo cultural, mas um acirrado embate de contradições inconciliáveis, não só de classe como pretendia a percepção de uma visão economicista e produtivista, mas também de clivagens ideológicas de classe, gênero, étnicas/raciais, nacionais/regionais, de orientação religiosa, sexual, cultural etc., que se tornam ruidosamente perceptíveis quando as crenças que as sustentam se tornam mal sucedidas e se constituem em conflitos que precisam ser tematizados e dramatizados na esfera pública articulada pela jornalismo, para se buscar resoluções para esses problemas.

Portanto, fica evidente nesses momentos que as regras morais, além de operarem comprometendo a vontade dos atores, funcionam regulando os posicionamentos em casos de conflito, pois a moral não coordena apenas o comportamento dos membros da comunidade, uma vez que, simultaneamente, disponibiliza os motivos para dirimir consensualmente esses respectivos conflitos de ação.

Fazem parte do jogo da linguagem moral as discussões, as quais, do ponto de vista dos participantes, podem ser resolvidas convincentemente com ajuda de um potencial de fundamentações igualmente acessível a todos. Devido a essa relação íntima com a branda força de convencimento inerente aos motivos, os deveres morais recomendam-se (...) como alternativa a outras espécies de solução de conflitos, não orientadas pelo acordo mútuo. Dito de outra forma, se a moral carecesse de um teor cognitivo crível, ela não seria superior às formas mais dispendiosas de coordenação da ação (como o uso direto da violência ou a influência sobre a ameaça de sanções ou a promessa de recompensas). (Habermas, 2002, p. 12).

Nas discussões morais temos de incluir as reações provindas dos sentimentos na classe das manifestações morais, pois o conceito central do dever já não se refere apenas ao teor dos mandamentos morais, já que também envolve o caráter peculiar da validação do dever ser, que se reflete também no sentimento de assumir uma obrigação. Nesse sentido vinculante das obrigações morais, podem-se identificar posicionamentos críticos e autocríticos diante de infrações que se manifestam em sentimentos sob diversas perspectivas: como repulsa, indignação e desprezo, do ponto de vista de terceiros; como sentimento de humilhação ou de ressentimento, do ponto de vista do atingido, diante de seu próximo; como vergonha e culpa, do ponto de vista da primeira pessoa.

Como esses sentimentos que assumem posição exprimem implicitamente juízos com valorações morais correspondentes, também revelam a pretensão de que os juízos morais possam ser fundamentados, uma vez que são compostos por deveres racionalmente exigíveis. Assim, não podem ser entendidos como expressão de sensações e preferências meramente subjetivas, pois carecem de validação intersubjetiva da comunidade de comunicação.

4. A “PÓS-VERDADE” E O CETICISMO

Os princípios da filosofia moral desenvolvidos na modernidade procuram entender o saber moral utilizado intuitivamente pelos participantes das comunidades, analisando reconstrutivamente, através da hermenêutica, os elementos do conteúdo cognitivo das nossas intuições morais cotidianas. Neste esforço teórico pode-se identificar, na base dos posicionamentos envolvidos na temática da “pós-verdade”, um não-cognitivismo severo (ceticismo radical), que pretende desmascarar o conteúdo cognitivo da linguagem moral como sendo apenas e completamente ilusão, acreditando que, “por trás das manifestações que para os participantes parecem juízos e posicionamentos morais passíveis de justificação, se escondem apenas sentimentos, posicionamentos ou decisões de origem subjetiva” (Habermas, 2002, p.14).

Um tipo de não cognitivismo atenuado (ceticismo moderado) pode ser reconhecido no utilitarismo, que vê nas preferências a origem do sentido “obrigatório” das orientações de valor e dos deveres, substituindo a autoconsciência moral irrefletida dos participantes, como a imaginada pelo não-cognitivismo severo, por um cálculo de benefícios feito a partir da perspectiva do observador e, nessa medida, oferece uma fundamentação que parte da teoria moral para o jogo moral de linguagem.

Assim, na concepção do contratualismo, o aspecto da solidariedade é deixado de lado porque vincula a questão da fundamentação normativa de um sistema de justiça imediatamente aos interesses do indivíduo e com isso desloca a moral dos deveres para os direitos, configurando uma estratégia de fundamentação que opera com motivos pragmáticos e que se orienta pela pergunta sobre ser ou não racional que o indivíduo subordine sua vontade a um sistema de regras.

No entanto, na perspectiva dos próprios interesses, não é possível fundamentar um respeito equânime para com todos, ou seja, não é possível fundamentar uma moral universalista, pois somente àqueles que têm interesse numa interação regrada apresenta-se como racional a assunção de obrigações mútuas. Assim, o conjunto dos detentores de direitos só pode abranger pessoas das quais, pelo fato de quererem ou deverem cooperar, é possível esperar uma contrapartida, pois um acordo de interesses não pode *per se* fundamentar obrigações. (Habermas, 2002, p. 25-26).

Do ponto de vista funcional, toda moral resolve problemas da coordenação dos atos entre seres que dependem da interação social, podendo a consciência moral ser considerada expressão das legítimas reivindicações que os membros cooperativos de um grupo social podem fazer reciprocamente. E a língua funciona como o mais importante meio de coordenação das ações, através de juízos e posicionamentos morais baseados em normas internalizadas que se exprimem numa linguagem carregada de emoções. Quando o consenso normativo de fundo desmorona e novas formas precisam ser elaboradas, faz-se necessária outra forma de comunicação. Nessas circunstâncias, os participantes precisam confiar na força orientadora dos discursos normativos.

Um proponente que procura angariar consentimento para uma norma que, de seu ponto de vista, é digna de reconhecimento, nada pode fazer além de exprimir com sinceridade o estado subjetivo que o leva, ele mesmo, a sentir a norma como vinculatória. Se ele consegue fazer isso com autenticidade, pode “contagiar” seus interlocutores, ou seja, induzir neles estados de ânimo semelhantes. (...) Essas condições de comunicação são praticamente idênticas aos pressupostos pragmáticos de uma busca cooperativa da verdade. Portanto, não causa surpresa o fato de que as normas que ganham aceitação sob essas condições (ideais de fala) resultam, no fim, numa moral da responsabilidade igual para todos. (Habermas, 2002, p. 30-31).

No âmbito da ética é possível reconhecer que não pode haver um bem viver fora de uma comunidade moral, uma vez que as únicas razões que se devem contar dentro do jogo moral de linguagem perdem seu sentido ilocutório, que é o de serem razões para reivindicações incondicionais, porque um agir moral “por respeito à lei” é incompatível com a objeção ética que exige o exame permanente da práxis, se ela se justifica ou não, como um todo, a partir da perspectiva do projeto de vida de cada um. Por isso, o sentido categórico das obrigações morais só pode permanecer intacto na medida em que não é possível ao destinatário pretender, mesmo virtualmente, retirar-se da comunidade moral para, de fora, avaliar as vantagens e desvantagens de ser membro dessa comunidade.

Após a perda da base tradicional da validação de sua moral em comum, os participantes têm de refletir juntos a respeito de exatamente sobre quais normas morais eles deveriam se pôr de acordo. O contrato social não tinha conseguido dar uma resposta satisfatória ao desafio dessa situação, porque a partir de um acordo orientado pelos interesses entre parceiros contratuais só pode surgir, no melhor das hipóteses, um controle de comportamento social imposto de fora para dentro, mas não uma concepção vinculatória a respeito de um bem comum, nem muito menos a concepção de um bem concebido de forma universal.

Depois da religião e da metafísica, restou a intersubjetividade como o único recurso possível para a fundamentação de uma moral de consideração igual para todos. Dessa forma, identifica-se o princípio kantiano da generalização a partir das condições simétricas da situação de partida, na qual se confrontam as partes, destituídas de todos os privilégios e que, nessa medida, estão em igualdade de condições para entrar num acordo sobre as normas fundamentais, que podem ser aceitas racionalmente por todos os participantes. Mediante o recurso metódico à intersubjetividade possível do entendimento mútuo, os fundamentos pragmáticos ganham um sentido epistêmico e com isso transcendem-se as cancelas da razão instrumental. Um princípio de generalização, que não pode ser fundamentado a partir da perspectiva dos interesses próprios, serve como base para a validade da moral racional. O plano pragmático para a fundamentação abre caminho para um conceito epistêmico de verdade que tem por tarefa oferecer uma saída à teoria das correspondências. Com o predicado de verdade é estabelecida a intersubjetividade do consenso da comunidade de comunicação construído no jogo de linguagem da justificação, ou seja, da resolução pública das reivindicações de validação.

5. O JUÍZO MORAL NO JORNALISMO E A FILOSOFIA DE PEIRCE

Argumenta-se neste trabalho que não há contradição, mas antes uma relação de complementaridade entre a avaliação ética e moral dos temas tratados pelo jornalismo e as noções filosóficas de Peirce quando propõe o deferimento do significado e mesmo, no que às ciências diz respeito, o acordo da comunidade de todos os que investigam e estudam (comunidade de comunicação) como base para o estabelecimento provisório dos factos que precisam ser aceitos pela comunidade.

O princípio da semiose ilimitada peirceano estabelece que, sendo todo o interpretante (a ideia que o signo gera no seu intérprete) um signo, deve ele próprio possuir um interpretante que, sendo signo, gera novo interpretante. Este é o esboço do processo de semiose, que é tendencialmente ilimitado, mas que se detém quando o sujeito atinge o estado de satisfação motivado pela crença (Peirce & Fidalgo, 1993). Este processo tendencialmente ilimitado que ocorre na semiose, conhece depois um nível de generalidade mais elevado em epistemologia, dado que tal como na interpretação do signo, também no estabelecimento do que conta como ciência e como verdade é o diálogo entre a comunidade que irá gerar a respectiva crença.

O mesmo estatuto podemos reclamar para o conhecimento produzido pela actividade do jornalismo. Para ser coerente com as bases filosóficas peirceanas da teoria consensual da verdade, o discurso jornalístico precisa, na realidade, de fazer um juízo moral definindo o significado dos problemas abordados, mas sem abrir mão da consciência falibilista de apresentar esta posição como mais um posicionamento que se coloca para o escrutínio da comunidade de comunicação que, idealmente, abarca toda a sociedade. Este posicionamento reforça a importância da pluralidade de meios e órgãos de comunicação social, e dá alento aos quadros legais-jurídicos que proíbem a concentração de meios, precisamente por se considerar que esta mina a autoridade do público ao impor, tendencialmente, visões unidimensionais dos fenômenos.

6. AUTONOMIA DO JORNALISTA E A AUTORIDADE DO PÚBLICO

Ao contrário da estigmatização realizada pelo jornalismo objetivista contra o papel do jornalista, ao acusá-lo de distorção ideológica quando expressa suas crenças, Robert Park (2008) assegura que, quando a instituição do Jornalismo, no desempenho da sua função social de articulação e mediação da discussão pública, deixa de cumprir suas obrigações de apurar, investigar, interpretar e cobrar a responsabilidade diante dos valores morais e éticos vigentes na sociedade, como pretende a ideologia epistêmica positivista, impede a formação do tribunal da opinião pública e, por conseguinte, o funcionamento pleno das instituições democráticas, tornando-se refém dos grupos que dominam o poder do aparelho de Estado e o dinheiro das corporações do mercado.

Para Park, a imprensa tem o poder e o dever de influenciar a “formação de opinião pública mobilizando a comunidade para a ação política” (Park, 2008, p. 71). Portanto, o papel da imprensa não é apenas orientar o público a respeito das questões envolvidas, uma vez que, além disso, precisa “criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder da imprensa” (Park, 2008, p. 72). Evidentemente, na perspectiva pragmática, este processo de construção de um posicionamento crítico de formulação de juízo de valor pelo jornalista precisa assumir a humildade da consciência falibilista de não se

fechar à permanente incompletude do processo de semiose, concebido como ilimitado por Chales Pierce, exigindo que a discussão nunca seja encerrada, o que demonstra a complementariedade das duas posições, ao comprometer o profissional com as novas interpretações que o público, como comunidade de comunicação, pode acrescentar ao debate.

Também inserido na tradição da filosofia pragmática da comunicação e do interacionismo simbólico, Herbert Blumer (1987, p. 185) observa que os esforços dos grupos de interesse para manipular a opinião pública “subvertem a discussão pública inteligente.”

(...) a qualidade da opinião pública depende em larga medida da vigência da discussão pública. Por sua vez, esta vigência depende da disponibilidade e flexibilidade das agências de comunicação pública, como a imprensa, o rádio e os encontros públicos. A possibilidade de discussão livre constitui um elemento básico para a utilização efetiva desses meios. Se algumas das posições em conflito não têm acesso a canais de expressão adequados de modo a tingir o público desinteressado, ou caso sofram discriminação quanto à possibilidade de as suas ideias serem discutidas diante desse público, então está ocorrendo interferência na discussão pública efetiva. (...) os objetivos dos grupos de interesse levam esses grupos a realizar esforços de manipulação da opinião pública. Isso é verdade particularmente nos dias de hoje quando as questões públicas são muitas e as oportunidades para uma discussão profunda são limitadas”. (Blumer, 1987, p.186).

Na análise das barreiras que a estrutura de poder político e econômico coloca para excluir da discussão pública os intelectuais, artistas, movimentos sociais e todas as pessoas que se contrapõem à ideologia dominante, Habermas identifica dois modelos (de acesso interno e de mobilização) em que a deliberação fica atrelada aos interesses das elites. Porém, na descrição do modelo de iniciativa externa, diz que, nos momentos de crise em que um grupo que se localiza na periferia da estrutura de poder articula uma demanda, conquista o interesse e a solidariedade de outros grupos da população nessa questão, consegue “ganhar espaço na agenda pública, o que permite uma pressão suficiente nos que têm poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal, para que seja tratada seriamente”. (Habermas, 1997, p. 113-114).

Exemplos concretos deste modelo de iniciativa externa, como as leis Afonso Arinos e Maria da Penha no Brasil, comprovam a existência da autocompreensão normativa dos meios de comunicação, que impede os veículos de, na transparência do espaço público, contrariar o interesse coletivo e o bem-comum.

(...) a influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos. (...) O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública. (Habermas, 1997, p. 95-96).

Para atestar a possibilidade desta autoridade do público, Habermas chama a atenção para o fato de que argumentos que são lançados na discussão pública graças ao uso não declarado de dinheiro ou poder organizacional “perdem sua credibilidade, tão logo essas

fontes de poder social se tornam públicas. Pois as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas à força”. (Habermas, 1997, p. 96-97).

Este entendimento da autoridade do público é compartilhado por Warren Breed, ao ponderar que não é automática a aceitação pelos jornalistas das posições dos donos dos veículos, devido às normas éticas da ideologia profissional do jornalismo, que prescrevem aos veículos uma auto-compreensão normativa comprometida com a autoridade do público, o que geralmente é, de forma dissimulada, descumprida, mas que, por causa deste “tabu ético”, o proprietário não pode obrigar abertamente seus subordinados a seguirem a sua orientação, sob pena de desmoralizar a imagem do veículo e comprometer a sua credibilidade junto ao público. (Breed, 2016, p. 152).

Portanto, no espaço da mediação jornalística verifica-se uma tensão ideológica entre a pressão dos meios de controle sistêmicos para impor enquadramentos favoráveis aos interesses das elites e à ideologia dominante, com um discurso naturalizador e autoritário que pretende se auto validar através da alienação da cidadania, por um lado, e, de outro, o esforço de jornalistas pelo esclarecimento da sociedade e a mobilização dos intelectuais, artistas, movimentos sociais e demais pessoas comprometidas com a emancipação das opressões e a mudança social.

Neste sentido, o exercício autônomo do jornalista envolve necessariamente uma dimensão educativa com o intuito de ampliar a compreensão das pessoas sobre os seus problemas e as formas de enfrentá-los, o que se constitui em significativo contributo para viabilização da autoridade do público, ao interpelar e convocar o cidadão que compõe a audiência para conquistar a posição de co-legislador das leis do Estado de direito, inclusive como condição para pretender alcançar a autonomia individual.

REFERÊNCIAS

- [1] Adorno, Theodor. (1987). Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- [2] Aragão, Lúcia. (2002). *Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- [3] Blumer, Herbert. (1987). A massa, o público e a opinião pública. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- [4] Breed, Warren. (2016). Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular.
- [5] Cornu, Daniel. (1999). *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- [6] Gans, Herbert (1979). *Deciding what’s news: a study of Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books.
- [7] (2003). *Democracy and the news*. New York: Oxford University Press.
- [8] Habermas, J. (2002). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo. Edições Loyola.
- [9] (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- [10] (2000). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- [11] (2012). *Teoria do agir comunicativo, v. 2: sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

- [12] Kant, I. (1993). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- [13] Mead, George. (1992). *Mind, Self & Society*. Chicago: The University of Chicago Press. Morrow, Raymond; Torres, Carlos Alberto (2002). *Reading Freire and Habermas: critical pedagogy and transformative social change*. Nova York: Teachers College Press / Columbia University.
- [14] Park, Robert. (2008). Notícia e poder da imprensa. In: Berger, Christa; Marocco, Beatriz (Orgs). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, volume 2. Porto Alegre: Sulina.
- [15] Peirce, C. S., & Fidalgo, A. t. (1993). *Como tornar as nossas ideias claras*. Covilhã:<http://www.bocc.ubi.pt>.
- [16] Popper, Karl. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

Capítulo 6

No Ponto de Encontro: análise da "trisexualidade" de uma revista paranaense

José Carlos Fernandes

Monique Ryba Portela

André Luiz Justus Czovny

Resumo: A revista *Ponto de Encontro* é um dos 68 títulos da Grafipar, editora curitibana centrada na produção de Histórias em Quadrinhos, fotonovelas e magazines eróticas durante a ditadura civil-militar, no Brasil. A particularidade do produto em estudo está em sua estratégia: as pautas eram retiradas das 1,5 mil cartas mensais que a empresa recebia, voltadas ora para classificados amorosos, ora com perguntas a especialistas sobre impasses comportamentais. Em meio aos então chamados "nus artísticos", uma rede de intelectuais, algumas vezes de forma anônima, orientava essas produções impressas, num claro combate ao obscurantismo da época. Tal modelo coloca a revista num epicentro, no qual dialoga com a tradição da imprensa missivista e com os estudos de recepção (Braga, 2006) e se soma às investigações em torno da reação ao autoritarismo por meio dos discursos do corpo (Quinalha, 2021). Preliminar, este artigo faz uso da hermenêutica para interpretar e mapear oito dos 18 números da publicação, de modo a apontar categorias que ali emergem em torno das identidades sexuais.

Palavras-chave: Imprensa missivista, erotismo e jornalismo, Grafipar.

1. INTRODUÇÃO

A editora Grafipar – que funcionou em Curitiba, Paraná, entre as décadas de 1960 e 1980 – figura entre aqueles capítulos pouco estudados do mercado editorial brasileiro. O interesse ainda restrito pela Grafipar – à revelia de suas 68 publicações e 1,5 milhão de exemplares mensais, no auge da produção, nos anos 1970 – pode ser explicado por uma série de razões evidentes. A editora se desenvolveu fora do eixo Rio-São Paulo, circuito sobre o qual se concentra a historiografia dos impressos (Danton, 2012), daí o baixo interesse provocado em pesquisadores no geral. Esse fenômeno se aplica, por ironia, à própria historiografia da imprensa paranaense. Com base no senso comum de que os “jornalões” locais – à exceção honrosa do jornal *O Estado do Paraná* – foi cordial ao regime instalado em 1964, ignorou-se, de forma metódica, que jornalistas e intelectuais visados pelos governo e com registros profissionais cassados encontraram espaço de expressão em dois polos: o jornal *Voz do Paraná*, ligado à Cúria Metropolitana, mais próximo dos temas sociais da esquerda católica; e as revistas da Grafipar, que emulavam o chamado “desbunde” (Trevisan, 2007; Green, 2018), aqui entendido como um enfrentamento do reacionarismo da esquerda tradicional no campo dos costumes. A favor desse argumento, basta citar que o poeta Paulo Leminski (2015), e sua então companheira e também poeta Alice Ruiz, atuaram como jornalistas e roteiristas de quadrinhos na Grafipar. Em relato ao lançamento em livro dos quadrinhos eróticos *Afrodite*, Alice reforça que os roteiros feitos por ela e parceiras tinham teor feminista e buscavam quebrar a naturalidade com que o machismo era tratado nos anos 1970 – durante a ditadura – e também na obra do escritor paranaense mais celebrado, Dalton Trevisan (Leminski; Ruiz, 2015).

Apesar das evidências de haver um movimento de recusa à ordem moral e política vigente, nos bastidores da Grafipar, o episódio padece de um localismo exacerbado, que tende a se diluir diante das narrativas mais globalizantes em torno da imprensa, mercado editorial e ditadura militar (Green; Quinalha, 2014). Some-se a publicadora ter operado na divisa entre a pornografia e o erotismo, campo que desperta interesse entre estudiosos, mas que apenas a partir de meados dos anos 2000 vai ser associado, no Brasil, à resistência e ao despiste à repressão imposta pelo regime militar – período em que a Grafipar atuou. Trata-se de um território de ambiguidades e, logo, de ciladas, já que tanto quanto “produto da ditadura”, a pornografia em tempos de repressão traduz uma espécie de “revolução sexual à brasileira” (Abreu, 2012).

Por fim, uma editora de revistas eróticas, volta e meia com nus frontais, apinhada de temas tabus e uma liberdade temática que causa mal-estar à correção política, por vezes mais parece associada ao conservadorismo do que à recusa da ditadura. Um dos corolários da associação bipolar entre autoritarismo e erotismo foram, à época, os motéis. Esses espaços para encontros sexuais – quase que uma particularidade da vida brasileira – se multiplicaram no período ditatorial, ora como sinal de falência nos costumes, ora como afirmação da masculinidade que emanava dos coturnos, sendo por eles, não raro, patrocinados (Guedes; Melo, 2021).

Tamanha ambiguidade também vai ser o calcanhar-de-aquiles da Grafipar, questão que só se ajusta a partir do contato com o conteúdo de algumas das principais publicações da casa, a exemplo da revista *Peteca*. Tal contato, a propósito, é uma dificuldade singular. Não há exemplares das revistas da Grafipar na maior hemeroteca brasileira, a Biblioteca Nacional, apesar de o centro de documentação contemplar uma vasta coleção de publicações eróticas. Censura, dificuldades logísticas ou mesmo desinteresse podem ter causado esse hiato na coleção, em geral sensível a praças para além de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte ou Recife. Ao pesquisar a chamada “literatura de sensação”,

formada por romances eróticos do final do século XIX e década de 1920, a historiadora Alessandra El Far (2004) se deparou, igualmente, com o apagamento da literatura erótica nos grandes acervos bibliográficos.

A Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, do mesmo modo, não guarda nenhum exemplar da Grafipar, por considerá-los sem interesse. A família El Khatib – dona da editora – não formou um acervo na ocasião. É provável que as revistinhas ou “catecismos”, como eram chamadas, tenham ganhado o lixo ao longo de cinco décadas. Alguns exemplares caíram nas mãos de colecionadores, como o cartunista paranaense José Aguiar. E o acervo mais robusto pertence ao jornalista e escritor carioca Nelson Padrella, radicado em Curitiba e que trabalhou como roteirista de HQs na publicadora em todo o período áureo.

O contato com as revistinhas – no diminutivo, pois eram majoritariamente no formato “de bolso”, e porque esse tratamento era um eufemismo, à época (Gonçalo Jr, 2018) – tende a revelar um cenário de alta complexidade, resistente a verdades sedimentadas em torno de temas como erotismo, reação democrática e política.

O impasse desse debate, portanto, é de que existe uma aproximação insidiosa. Ao mesmo tempo em que as produções eróticas reafirmavam valores da direita no poder, expressavam os desejos íntimos das minorias, uma potência, a partir de dentro do sistema, difícil de ser ignorada, apesar de sua complexidade. A tradição com a qual o momento flerta é o dos libertinos, que viam na afirmação da sexualidade livre uma libertação do pensamento (Darnton, 1996). Mas é também uma concessão burguesa. Homossexuais com maior poder aquisitivo, naquele momento, agiam de forma livre, em detrimento dos mais empobrecidos, sujeitos à repressão das ruas (Quinalha, 2021; Green; Quinalha, 2014). Daí a insistência de entender a pornochanchada, os catecismos, as fotonovelas, os *comics* eróticos e as demais revistas como parte do quadro de reação à ditadura militar e não apenas como face de uma subversão comportamental consentida às natas sociais.

2. A GRAFIPAR NA LINHA DO TEMPO

A cúpula editorial da Grafipar – resumida à família El Khatib, sua proprietária, de origem muçulmana – estava mais interessada num nicho de mercado, os “catecismos”, cuja maior expressão era Carlos Zéfiro, do que em fazer oposição por meio do erotismo, ainda que o maior expoente do clã, Faruk El Khatib, alimentasse um discurso próprio a respeito. Para Faruk El Khatib havia na Grafipar um sentido erótico-educativo, em voga no Brasil dos anos 1970 e expresso nas enciclopédias, que se popularizavam nas bancas de revista. O caráter educativo também servia de justificativa para a direção da publicadora, quando acusada de imoral e de ter abandonado as produções histórico-didáticas (Fernandes, 2017). É, contudo, do próprio Faruk, em parceria com o jornalista que o ladeava na editoração, Nelson Faria, que nasce uma estratégia que aproxima a Grafipar da resistência: convidar – de forma anônima – intelectuais a responderem dúvidas dos leitores sobre sexualidade.

De acordo com depoimento de El Khatib, a Grafipar chegava a receber 1,5 mil cartas mensais, com temas que iam dos previsíveis adultério e homossexualidade, chegando a questões como atração por adolescentes, travestialidade e *swing*. Muitas dessas dúvidas escapavam à capacidade operacional e mesmo aos conhecimentos da equipe da casa. Paulatinamente, fiel a uma tradição da imprensa em torno das cartas, as mensagens

passam a ser respondidas por personalidades como a tradutora e feminista Alzeli Bassetti e pelo então jovem escritor catarinense Paulo Venturelli (Portela, 2021; Fernandes, 2018). O corpo de colaboradores não se resume aos dois, mas sinaliza que os consultores missivistas da Grafipar vinham de setores descontentes com o regime militar, da mesma maneira que se dava, já, entre os roteiristas, formados por nomes como os poetas Paulo Leminski, Alice Ruiz, o fotógrafo José Augusto Iwersen, o multitalentoso Nelson Padrella, e designers como Luiz Retamozzo, Luiz Solda, Claudio Seto, Flávio Collin; e os irmãos Luiz e Toninho Stinghen.

O alinhavo nada tranquilo que amarra repressão política, repressão sexual e pornografia como expressão ambígua, tanto do libertário quanto do reacionário, é, sem dúvida, o desafio mais estimulante no chamado “caso” Grafipar. Numa leitura imediatista, pode-se adotar a tese de que o erotismo, em tempos de ditadura, tal e qual um filme de pornochanchada, produzido em zonas de meretrício, como a Boca do Lixo (Godinho; Moura, 2012), meca desse tipo de produção, em São Paulo, serve para reafirmar valor autoritários. Machismo, falocentrismo, submissão e objetificação feminina, violência de gênero, homofobia, entre outros, emergem das primeiras camadas dos gibis e catecismos. Ainda que a censura controlasse nas produções editoriais e fílmicas se havia amostra de peitos femininos com bico, pelos púbicos, nu frontal ou uma nádega inteira, assim como histórias sugerindo homossexualidade no clero ou nas Forças Armadas, de resto, o cenário era não só libertino como incentivava a afirmação a sexualidade como poder, um bônus aos que nasceram com o sexo masculino.

Mostrar “partes” do corpo era permitido e em toda e qualquer produção da época – do jornal *Pasquim*, passando por Zéfiro e pelas pornochanchadas –, ficava a impressão de que o censor tinha “dormido no ponto”. Ou era amigo dos editores. Tal como aconteceu com o *Pasquim*, cujo censor era o pai da Garota de Ipanema, Helô Pinheiro. As revistas da Grafipar, por sua vez, tinham um policial federal pouco exigente como avaliador. As revistas não precisavam passar pelo Departamento de Censura, em Brasília, e isso explica os nus frontais de uma das revistas da casa, a subestimada *Rose*, criada para brindar o público feminino com fotos de homens nus, mas que pode ter se antecipado ao jornal *O Lampião* no posto de primeira revista de massa para o público homossexual brasileiro, que teve entre seus criadores o ativista João Silvério Trevisan e o jornalista e novelista Aguinaldo Silva. Trata-se de uma curiosidade, posto que *Lampião* desfruta de notável superioridade em meio a pelo menos duas dezenas de publicações para este público e que circulavam de forma clandestina no país, a partir de década de 1960, não raro com caráter restrito e notadamente ingênuo (Simões Jr., 2013; Rodrigues, 2018).

Por esse raciocínio, chega-se ao que pode ter sido a maior contribuição da Grafipar: as respostas tidas como científicas às perguntas dos leitores sobre sexualidade. Assim, a partir do uso da hermenêutica, este artigo interpreta e mapeia oito dos 18 números da *Ponto de Encontro*, de modo a apontar categorias que ali emergem em torno das identidades sexuais, na coluna “Encontro da Informação”. Afinal, era um fenômeno mundial, o amor gay saía das raias dos controles eclesiais e políticos (Trevisan, 2007) e desembarcava num dos mais jornalísticos dos gêneros, as cartas de leitores.

3. PONTO DE ENCONTRO COM OS LEITORES

A afirmativa sobre a revista depende das fontes orais e de pistas vagas deixadas nos editoriais da publicação. Seu surgimento, em tese, esteve sujeito à dinâmica própria da Grafipar Edições. Fazia-se o lançamento, caso a proposta fosse boa. Se houvesse retorno

de público no primeiro número, as edições continuavam, até apresentar declínio, o que indicava necessidade de abastecer o mercado com novidades, numa espécie de círculo vicioso, cujo maior exemplo era a gigante do gênero revista, a Editora Abril, que chegou a imprimir 600 milhões de exemplares em 2004, num crescente que vinha da década de 1950.

A rapidez com que a Grafipar lançava e interrompia circulações se reflete nos expedientes das revistas, repletos de erros – quando não ausências – de datas. A imprecisão não era um privilégio da editora curitibana, sendo comum encontrar descontinuidade de número de páginas e edições em qualquer veículo impresso dos tempos dos *past-ups* e *offsets*, técnicas que dependiam de manejo e atenção, sujeitos a falhas em meio ao movimento apressado das redações.

A coleção utilizada neste artigo pertence ao jornalista Nelson Padrella e indica a circulação de 18 números, a partir de 1978, portanto com um ano e meio de passagem pelas bancas. Tanto Padrella quanto o editor Faruk El-Khatib creditam o nascimento da *Ponto de Encontro* a uma iniciativa de um dos chefes da redação, o também jornalista Nelson Faria (Fernandes, 2017). A motivação teria sido o grande volume de cartas de leitores enviadas à redação – tanto para classificados amorosos quanto para tira-dúvidas –, extrapolando a capacidade de um dos produtos mais aclamados da publicadora, a coluna “Sexyterapia”, da revista *Peteca*, cuja tiragem teria chegado a 80 mil exemplares, quase a mesma tiragem da revista *Playboy* (Fernandes, 2017). Uma revista exclusiva para consórcios amorosos e perguntas sexuais poderia ampliar esse lastro. Assim pode ter nascido a *Ponto de Encontro*.

A Editora Abril não se notabilizava apenas pela edição em massa do *Pato Donald*, no Brasil e na Argentina, seu melhor desempenho. Tinha um sucesso que se tornou ainda maior – a revista *Idílio*, iniciada em 1948, e chegou a vender, no país vizinho, mais do que o gibi, algo na casa dos 350 mil exemplares (Maranhão, 2016).

Além da seção de fotonovelas – que fariam escola também no Brasil, inclusive na Grafipar, e cujo gênero ajudava a incluir os menos letrados –, entre os grandes trunfos da *Idílio* estava uma sofisticada seção de cartas, dividida em temas e em duas categorias: *Confidencias* e *El psicoanálisis le ayudará* (Scarzanella, 2016). Há grande probabilidade de que a experiência de um diálogo sentimental com o público, mas também científico, de uma revista de tamanho porte, com um braço no Brasil, fosse de conhecimento dos profissionais do ramo. A diferença é que provavelmente uma leitora não confessaria à *Idílio* sua atração por uma mulher, mas o faria às revistinhas da Grafipar, duas décadas depois — o que aconteceu de fato.

A contar pela historiografia disponível, a imprensa responsiva ou missivista, no Brasil sai da fase primária com o surgimento do jornal *Última Hora*, em 1951. Samuel Wainer (2005) vai entender o relacionamento com o público como um trunfo, abrindo fogo à cultura vigente, que era a de desdenhar do leitor, que não raro recebia respostas assinadas por homens com codinome de mulher, jocosas, ou forjadas, o que denotavam uma certa descrença de que as missivas pudessem dar alguma contribuição real ao jornalismo (Santos, 2006). A tática ganha oficialidade na fase de profissionalização da imprensa brasileira, a partir de 1970 (Abreu, 2002). A Grafipar, na figura de Nelson Faria, estava, em tese, conectada a uma tendência.

A revolução dos costumes experimentada no pós-Guerra vitaminava toda sorte de dúvidas na população, pela velocidade com que temas tais como pílula anticoncepcional, amor livre, minissaia, homossexualidade se impunham à audiência tanto quanto a corrida

espacial e a Guerra Fria. A seção de cartas da revista *Realidade* é a expressão mais evidente dessa demanda – com a marca de 200 cartas por mês (Moraes, 2007), mas também encontrou corolários em veículos da imprensa alternativa. O leitor queria saber coisas que nem a escola, nem a Igreja, nem a família, nem os militares saberiam responder. Restava recorrer à imprensa, o que faz dessas sessões – cujos registros sobreviveram apenas nas cartas publicadas – saber quem eram os leitores e o que pensavam, por meio do que perguntavam.

4. LEITURAS EM TRÊS ESPAÇOS

Para apreciação das missivas de leitores na *Ponto de Encontro* foram criados três “compartimentos” de análise: Ela, Ele e Elo¹ – sendo os dois primeiros autoexplicativos e o último, “Elo”, formado por cartas destinadas ao público homossexual, masculino e feminino. Os títulos escolhidos derivam das próprias repartições da revista, criadas, então, que delimitavam espaços de hétero e homoafetividade, nas quais eram publicadas classificados amorosos – busca de parceiros(as) –, perguntas sobre intimidade e dadas respostas na forma de artigos assinados com pseudônimo.

Foram analisadas cerca de 440 páginas digitalizadas, de uma coleção privada, impressas originalmente em formato de bolso (15 X 20 cm), com capa e cadernos de fotos coloridos. O material era classificado como “impróprio para menores de 18 anos”. Do ponto de vista de gêneros discursivos praticados na imprensa, as mensagens que abastecem o editorial da revista são entendidas como “cartas de leitores”, enviadas em sua maioria por via postal à Rua Jordânia, 411, Vila Centenário, Curitiba, Paraná, nos anos de 1978 e 1979.

A chamada “imprensa missivista” entendida por Braga como gênero jornalístico (2006) se traduz, para o autor, como “resposta social” à informação profissional. Ainda que a história da imprensa se ocupe pouco da interação dos leitores com os veículos, registros esparsos desta prática permitem reconstituir marcos da relação redatores-leitores. Esses marcos editoriais, preservados de forma tímida, permitem criar elos com o momento da convergência midiática, acelerada pela internet, momento em que a interferência da opinião do público quebra a hierarquia jornalística. Escassas, frágeis, distantes, em processos raramente documentados, essas “arqueologias de interatividade” devem ser estudadas assumindo-se a distorção de raiz que comportam. São quantitativamente débeis, restando aproximar-se delas por meio dos testemunhos orais, das análises qualitativas, das análises de conteúdo e do discurso, da sociologia da cultura ou por meio da hermenêutica.

Destacamos, neste estágio, a importância de adotar como método uma postura interpretativa, uma vez que a hermenêutica aproxima o tema dos leitores missivistas de

¹Reportagens da *Ponto de Encontro* (1978-1979) consultadas, todas sem data: CONTI, Camila de. **Sexo: antes ou depois do casamento?** edição 8. **O grande debate: relações sexuais antes do casamento**, edição 9. **A sífilis - o terror do amor**, edição 13. **As outras doenças do amor**, edição 14. **O mito da liberdade sexual**, edição 15. **Aborto: prós e contras**, edição 18.

FOCK, Nina. **Qual o melhor afrodisíaco?**, edição 8. **Sexo oral é uma aberração?**, edição 9, sem data B. **Cuide da saúde e higiene do pênis**, edição 13. **Sexo descontraído e sem preconceito**, edição 14. **O que é normal ou anormal?**, edição 15.

Sem autor. **Que sabe você sobre as doenças venéreas?**, edição 11. **Cinco lances para a conquista sexual**, edição 11. **Sexo oral e conjunção anal**, edição 15. **Amor homossexual: impossível?**, edição 8. **Existe violência homossexual?**, edição 9. **Os homossexuais & a eleição de Ronald Reagan**, edição 11. **Homossexual também sofre de timidez?**, edição 13. **A ditadura da bissexualidade**, edição 14. **Preconceito sobre preconceito**, edição 15. **Em busca de leis de apoio ao homossexualismo**, edição 18.

todos os outros instrumentos necessários para investigá-los em profundidade, anteriormente elencados. A postura exegética instiga a desconstruir saberes consolidados – sujeitos a preconceitos – e provoca uma análise fenomenológica, ocupada de reunir o mais variado número de elementos, capazes de mostrar “o que estava acontecendo” e não apenas “o que aconteceu”, tendo como ponto de partida a linguagem. “A compreensão é histórica e a linguagem é ontológica” (Bastos, Porto, 2011, p. 317). De modo que estão no interior das próprias cartas, e seus sentidos, os sinalizadores do mundo e das pessoas que o habitavam no tempo das publicações. O princípio da ação intelectual é, portanto, dialógica, pondo para conversar as razões expressas e as razões secretas que rondam o objeto de estudo (Ricoeur, 2018) – no sentido de que a hermenêutica pode ser filosofia e pode ser método.

Nesse processo, só resta entendê-las no plano simbólico – “formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, *por serem* construções significativas, podem ser compreendidas” (Thompson, 2002). A palavra expressa pelo leitor o significa nos classificados de *Ponto de Encontro*. Perceber esses dizeres é uma forma de rearticular uma experiência histórica.

4.1. ELA

O espaço voltado às mulheres heterossexuais é a primeira seção da revista. Um local estratégico, como se para evitar que as “damas” precisassem topar com o conteúdo mais explícito no caminho para acessar o material informativo. Em todas as edições analisadas, as imagens coloridas, de página inteira, que exibem homens e mulheres em nus frontais, só começam depois desta seção. A coluna “Ela - Encontro da Informação” contava também com mais espaço do que as demais, voltadas aos homens hétero e homossexuais. Assinadas por Camila de Conti, pseudônimo de Alzeli Sardenberg Bassetti, tradutora curitibana abertamente feminista, a coluna ocupava três páginas e conversava diretamente com a mulher heterossexual, que foi responsável não apenas pela redação dos textos desta coluna, mas também pela tradução das pesquisas estrangeiras citadas nas reportagens das colunas “Ele - Encontro da Informação”, “Elo - Encontro da Informação” e demais revistas da Grafipar que tinham a mesma abordagem, como a “Sexyterapia”, veiculada na revista “Peteca” (Portela, 2021).

Como aponta Schwaab (2007), a ideia que se faz do leitor está sempre contida no texto jornalístico e pode ser identificada através da análise do texto. Chamada de “garota de 80”, a leitora da *Ponto de Encontro* busca estar a par da modernização dos costumes e dos debates recentes que impactam a vida sexual da mulher moderna.

Quem é que disse que você com sua personalidade de garota de 80, com a visão que tem da presença da mulher no mundo, conhecedora profunda de seus direitos de mulher, sem esquecer é claro os seus deveres, não obterá êxito? (Conti, p. 9, sem data A).

Não se concebe, menina de 80, nos dias que hoje correm, um relacionamento — qualquer que ele seja — sem incluir a liberdade da mulher como ponto de partida. Acredito que nenhuma garota atualmente não esteja em busca dela, porque é acima de tudo uma obrigação feminina. (Conti, p. 9, sem data B).

Informada e consciente, a nova mocinha dos anos 80 quer estar por dentro do que seja LIBERDADE e deseja pô-la em prática em sua vida rotineira, da qual a satisfação sexual é parte integrante. (conti, p. 9, sem data E).

Alguns marcos da história da mulher brasileira colaboram para inferir quem seria a "garota de 80" projetada pela revistinha. Entre eles, destacamos o aumento expressivo de mulheres nas universidades brasileiras, que triplicou entre os anos 1970 e 1975, atingindo proporção de paridade aos homens. A "garota de 80" era, portanto, uma mulher mais instruída. Ela também ocupava novos espaços: entre 1970 e 1976, a força de trabalho feminina praticamente dobrou (Muraro, 1983). Em 1975 também surgem os primeiros grupos feministas organizados no Brasil — que nos anos 1980 já superavam a marca de 180 espalhados pelo Brasil (Gandino et al, 1986). Na época, o movimento feminista havia começado a incorporar as pautas internacionais, trazidas por mulheres brasileiras que, com a promulgação da anistia política em 1979, voltavam do exterior. Elas traziam consigo lemas da chamada Segunda Onda do feminismo internacional, como "o pessoal é político" e "nosso corpo nos pertence" (Ávila, 2019; Barsted, 2019). Por fim, a "garota de 80" também usufruía do impacto da pílula anticoncepcional, que apesar comercializada desde 1962, popularizou-se nos anos 1980. Tanto que em 1970, foram vendidas 6,8 milhões de cartelas de pílulas anticoncepcionais. Já em 1980, este número sobe para 40,9 milhões, o que demonstra que a adesão das mulheres brasileiras ao método se deu quase 20 anos depois da sua liberação em território nacional (Pedro, 2003). Assim, quem estava no centro dessas mudanças sociais eram as mulheres da classe média urbana liberal e intelectualizada, mais próximas dos debates internacionais (Chauí, 1984).

Com a "garota de 80" em mente, as edições analisadas apontam para a prevalência de **temas de caráter social**. O comportamento feminino está sempre associado a um contexto mais amplo, situado na esfera coletiva. Mudam as convenções sociais, mudam as regras em relação ao comportamento da mulher.

Minha Garota:

Sei que as mudanças nos costumes e nas convenções sociais verificadas nos últimos anos foram tão rápidas que grande parte dos adolescentes como você têm que decidir por si próprios qual a resposta que deverão dar a esta pergunta inevitável: e eu devo e posso ter relações sexuais antes do casamento? (Conti, p. 9, sem data B).

Entre os temas sociais abordados nas reportagens estão **relações sexuais antes do casamento, liberdade sexual feminina e aborto** — assuntos em consonância aos debates feministas da época. E o que se vê na análise dessas reportagens é um movimento de modernização conservadora. Identificada por Ribeiro (2016), essa estratégia era usada por diversos periódicos pornográficos que buscavam incorporar valores progressistas, sem impactar, contudo, "a tradição e o conservadorismo da sociedade brasileira" (p. 51).

Por um lado, os textos promovem a modernização dos costumes pautada, sobretudo, por uma perspectiva feminista. A publicação usa abertamente a palavra "machismo" para falar sobre o comportamento dos homens e "patriarcal" para falar sobre valores sociais; condena a submissão feminina e incentiva o conhecimento da mulher sobre seu próprio corpo e sobre os temas que lhe dizem respeito, como o aborto. Ao mesmo tempo, a coluna se posiciona a favor da instituição marital, exalta o sexo afetivo sobre o sexo casual, além

de promover uma visão que abranda o impacto do feminismo enquanto movimento de emancipação, firmando ser impossível a existência de uma luta que promova a libertação de "uma minoria", sem antes promover a libertação do todo. "Antes de tudo, a liberdade humana" (Conti, p. 9, sem data E).

O segundo tema mais frequente nas reportagens analisadas diz respeito às **doenças venéreas**. Sendo a "garota de 80" uma mulher que deve buscar, acima de tudo, a informação, é necessário que ela saiba lidar com o que a revista chama de "as doenças do amor" — uma perspectiva que está alinhada à segunda onda da sexologia no Brasil, que busca substituir a **coerção** pela **informação correta**, em uma postura pedagógico-profilática (Chauí, 1984). Mas mesmo essa temática é abordada a partir de uma perspectiva social — configura-se, afirma a coluna, como um problema de saúde pública, que implica ações não apenas de caráter pessoal e privado. "Vamos aguardar as providências que as nossas autoridades têm obrigação de tomar quanto à prevenção e acompanhamento das doenças venéreas", afirma Conti, "porque elas são, acima de tudo, um problema social. E em sendo assim, envolvem a todos nós, não é mesmo?" (p. 10, sem data, D).

4.2. ELE

Voltado exclusivamente ao universo masculino heterossexual, a seção contemplava a segunda parte da revista *Ponto de Encontro*, concentrada no centro do ritmo editorial, o "miolo nobre" (ALI, 2008). O espaço era dividido pelo Horóscopo Unissex, com traços de personalidade e a previsão de acontecimentos da vida dos leitores, e uma sequência de registros fotográficos com mulheres e homens nus ou seminus.

A coluna "Ele - Encontro da Informação" contava com duas páginas que mesclavam um único conteúdo com imagens eróticas de casais. Assinadas por Nina Fock, pseudônimo de Nelson Faria, jornalista e diretor de redação, o espaço era dedicado a sanar dúvidas de leitores heterossexuais. Tanto na edição n.º 9 quanto na n.º 14 é possível perceber isto ao ler que "muitas são as cartas com indagações sobre essa prática" (Fock, p. 28, sem data B) e "muitos rapazes escrevem se queixando dos preconceitos das garotas" (Fock, p. 28, sem data D), nos textos "Sexo oral é uma aberração?" e "Sexo descontraído e sem preconceito".

Era comum nas revistas brasileiras populares masculinas perceber o famoso mito do Don Juan, que incentivava a sedução da mulher, sem nenhuma preocupação com os sentimentos da apaixonada (Babo, 2002; Jaboski, 2002). Além de um tom humorístico, muitas vezes o sexo aparecia desassociado de uma relação amorosa nestes casos, uma vez que o foco estava na sedução e no "uso de técnicas para não deixar que a mulher se instalasse na vida do 'incauto leitor'" (Babo, 2002; Jaboski, 2002).

Entretanto, percebe-se que, no recorte feito da *Ponto de Encontro*, há um movimento contrário, que apresenta um outro perfil de leitor masculino, um indivíduo preocupado na valorização do relacionamento amoroso e do papel do homem, com dicas e informações que visam fortalecer os laços de um relacionamento, principalmente, a partir do ato prelúdio, a introdução ao ato sexual.

As edições indicam na maioria para a prevalência de temas de **caráter comportamental**. Neste caso, destacam-se dicas para melhorar o desempenho sexual, apontando também as necessidades sexuais femininas durante o sexo, como "as garotas também têm necessidade do orgasmo e não querem ser subjugadas por um rapaz que simplesmente chegue, coloque e goze" (Ponto de Encontro, p. 28-29).

Desse modo, os temas comportamentais mais abordados nas reportagens são as práticas fora do roteiro pênis-vagina, como **sexo oral**, ou questões de saúde e de corpo, como **higiene do pênis**.

Durante o banho, tire para fora toda a glândula (cabeça do pênis), ensaboe-a e enxágue várias vezes. Em alguns casos, há uma grande sensibilidade inicial na exposição da glândula. Com o hábito, esse mal estar irá desaparecendo, permitindo assim que haja completa higiene ao redor da glândula, evitando o acúmulo do esmegma (aquela substância cremosa, leitosa), cujo mau cheiro é detestado pelas mulheres e, aliás, por todo mundo (Fock, p. 29, sem data C).

Neste caso, percebe-se que o homem sabia pouco sobre seu próprio corpo, mas estava interessado nesses assuntos. Como não era algo comum em outras revistas masculinas, tornou-se uma pauta interessante a ser explorada, considerando que já era uma dinâmica habitual das revistas voltadas ao público feminino, sobre entender e conhecer o seu corpo.

Curiosamente, quando o assunto era sexo oral, não havia exclusividade em tratar o tema apenas acerca da prática da felação — estimulação bucolingual do órgão masculino, mas da mesma forma aproximar da prática cunilíngua — "aplicação da boca nas partes genitais femininas, especialmente no clitóris" (p. 28). Se destacava a importância do prazer feminino, visto que "essa forma de erotização não só é a melhor preparação para o orgasmo feminino como, na prática em si, conduz a um orgasmo muito mais rápido e mais satisfatório, muitas vezes, do que simples penetração vaginal" (Fock, p. 29, sem data).

Assim, a coluna conversa com um homem heterossexual comunicativo, sensível e com muitas dúvidas, um possível resultado dos questionamentos abertos pelo movimento de emancipação feminina daquele período. "Conte à sua parceira todas as suas preocupações, divida com ela a tensão e a responsabilidade pelo prazer" (p. 29), aconselha Fock, tirando o fardo dos ombros masculinos e estereotipados, que compara os padrões de comportamento que qualificam os homens com os que se aproximam dos exigidos para as máquinas (Nolasco, 1995).

4.3. ELO

Finalizando o quebra-cabeça da revista "trisexual", a última seção era direcionada ao público homossexual, tanto masculino quanto feminino. Nesta parte, o direcionamento para homens e mulheres é reforçado a partir da seção ELA-ELA (dela para ela) e ELE-ELE (dele para ele), espaço destinado à troca de correspondência, uma "versão analógica dos aplicativos de relacionamento" (Portela, 2021). Apesar de ser um sinônimo de conexão, podendo ser entendido como união de duas ou mais partes, a seção levava o nome de uma proposta linguística do que seria um gênero gramatical neutro, equivalente aos pronomes femininos e masculinos existentes na língua portuguesa.

A coluna "Elo - Encontro da Informação" era formada por duas páginas de conteúdo que, na maioria das vezes, contavam com imagens eróticas de rapazes, sem nudez explícita. Neste espaço, nenhum texto possui autoria, nem mesmo um possível pseudônimo aceita assumir os poucos parágrafos.

Ainda assim, a partir do que é destacado no texto, é possível identificar o leitor desta coluna (Schwaab, 2007). Com o título "Existe violência homossexual?", o escritor misterioso destaca que o "homossexual é apontado como um **maldito cancro da**

sociedade" (Ponto de Encontro, p. 36). Esse cenário não é nenhuma novidade, as práticas chamadas de homossexuais constituíam em objeto de preocupações morais e religiosas na época. O leitor era mais uma das figuras marginalizadas pouco suportáveis da sociedade, ao lado da prostituta e da travesti.

Sentindo-se como um marginalizado, que é, pela própria conjuntura social, o homossexual tem uma preocupação constante e até obsessiva em ser uma pessoa dentro da lei. Ninguém mais do que ele teme as represálias da lei e procura ajustar-se à sociedade e conquistar seu espaço e lugar ao sol à custa de seus próprios valores. Valores que ele procura desenvolver como ninguém para conseguir equilibrar essa tremenda carga do preconceito que, sabe, deverá conduzir até o fim dos seus dias. Nessa cangalha, ele sabe muito bem, não pode se dar ao "luxo" de carregar defeitos que nos heterossexuais podem até ser consideradas virtudes. (Ponto de Encontro, p. 37, sem data E).

Trevisan (2017) ilustra um cenário que, quando era preciso mostrar serviço, a polícia realizava batidas e humilhava as pessoas em lugares públicos e privados. "Criavam-se razões indiretas ('atentado ao pudor', 'vadiagem' ou 'consumo de drogas') para deflagrar uma repressão que se devia ao autoritarismo básico da organização social brasileira" ao lado do machismo e da hipocrisia. Assim, com pautas de caráter social, a revistinha vai combatendo um regime de silêncio e mutismo às práticas homossexuais, comum na cultura ocidental que tentava banir essas formas de sexualidade da vida social.

Entre os temas sociais abordados nas reportagens estão relacionamento homossexual, preconceito e política. Com parágrafos simples, os textos tratam de assuntos que abordavam as dúvidas daquele leitor marginalizado, com uma linguagem mais séria e apoiada algumas vezes em uma base científica, como os estudos do psicólogo norte-americano Martin Hoffman.

Por um lado, mesmo sem uma autoria, os textos promoviam uma variedade temática dentro do universo homossexual, que buscavam propor uma discussão sobre os sentidos das experiências daqueles indivíduos que desejam e se relacionavam com outros do mesmo sexo. Ao mesmo tempo, a coluna deixa em segundo plano os aspectos sexuais ao falar principalmente sobre perspectivas sociais, como a relação do grupo com a eleição dos EUA.

Um importante fator em seu desempenho nas urnas é que os gays se sentem historicamente perseguidos e discriminados. Dessa forma, como a maioria das pessoas nestas condições (judeus são outro exemplo) tendem a comparecer com mais assiduidade às urnas para votar a favor ou contra um candidato que ajude ou prejudique sua causa. (Ponto de Encontro, p. 36, sem data F).

Assim, "ELO" permite ser um porta-voz de palavras de afirmação ao reforçar que "gostar de si mesmo é o primeiro passo para criar uma porta aberta ao convívio com as demais pessoas" (Ponto de Encontro, p. 37, sem data G), mostrando que homossexuais não devem mais ser associados à imagem de malditos, mas sim de indivíduos bem informados.

5. CONSIDERAÇÕES

O que as páginas da *Ponto de Encontro* revelam é um exemplo da estratégia comercial que permeou a maioria das publicações da Grafipar - a proximidade com o leitor. "Se não consigo vender espaço comercial tenho que me apoiar no leitor, nas vendas em bancas. Por isso, faço um produto que conversa muito com o leitor, dá conselhos, estabelece intimidade com ele", afirmou Faruk, referindo-se à *Peteca* em entrevista ao *Boletim Intercom* (1980, p. 9).

E se essa intimidade é construída em um gesto dialógico, é também conformado a partir de uma série de fatores que constituem o gesto jornalístico. Some o contexto repressivo ao corpo de colaboradores, formado por articulistas claramente posicionados contra o regime militar, e também ao discurso científico dominante na época, a segunda onda da sexologia brasileira, cujos olhos estavam voltados à sexualidade normativa, circunscrita ao casal cis-heterossexual (Russo, 2013), e o que temos é um movimento de modernização conservadora, estratégia na qual as ideias progressistas são integradas lentamente, "de modo a não afetar a tradição e o conservadorismo da sociedade brasileira" (Ribeiro, 2016, p. 51).

Parte da importância da *Ponto de Encontro* reside na representação. Por seu formato, deu permanência a cartas que, na engrenagem da imprensa, desaparecem quase que em sua maioria, sobrevivendo por amostragem, à custa de cortes severos para caber em espaços editoriais exíguos, sendo vistas historicamente como um estorvo e não como benefício (Wainer, 2005. Santos, 2006). Por sua natureza, as informações e validades contidas no corpo editorial da revista "trisexual" - e num sem número de revistas adultas brasileiras surgidas na esteira do regime civil-militar instalado no Brasil em 1964 - permanecem em suspenso, vistas mais como curiosidade e exotismo do que como platô do qual se pode enxergar o período. Fenômenos editoriais como a Grafipar Edições são estranhos à historiografia e às sociologias, tanto quanto à linha do tempo da imprensa (Gonçalo Jr, 2010). Pertencem aos gabinetes de curiosidades. Aqui, explorou-se a contribuição de uma das revistas da casa para sondar as relações responsivas com o público. Mas a malícia é que essa contribuição se aproxima - e tomara seja bastante perto - das teias que unem erotismo e pornografia à repressão, conservadorismo e espírito libertário, uma mistura que pode ser tudo, menos casual.

REFERÊNCIAS

- [1] ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- [2] ABREU, N. **O olhar pornô: a representação do obsceno no cinema e no vídeo**. 2.^a ed. São Paulo: Alameda, 2012.
- [3] ALI, F. **A Arte de editar revistas**. Companhia de Editora Nacional, São Paulo, 2008.
- [4] ÁVILA, M. B. **Modernidade e cidadania reprodutiva**. In: HOLLANDA, H. B (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (pp. 163-178). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- [5] BABO, T. JABLONSKI, B. **Folheando o amor contemporâneo nas revistas femininas e masculinas**. Alceu. Rio de Janeiro: PUCRJ, v. 2, n. 4, p. 36-53, 2002.
- [6] BARSTED, L. L. **Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista**. p. 179 - 212. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (pp. 163-178). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
- [7] BASTOS, F. PORTO, S. D. **Análise hermenêutica**. In: DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- [8] BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- [9] CHAUI, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des)conhecida. 6 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.
- [10] DANTON, G. **Grafipar**: a editora que saiu do eixo. São Paulo: Kalaco, 2012.
- [11] DARTON, R. Sexo dá o que pensar. In: NOVAES, Adauto (org.). **Libertinos e libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- [12] FERNANDES, J. C. Alzeli Bassetti, em carne viva, em cores. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 set. 2018. <Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/jose-carlos-fernandes/alzeli-bassetti-em-carne-viva-em-cores/> >. Acesso em: 31 jul 2022.
- [13] FERNANDES, J. C. Desejos impressos. **Helena**. Curitiba, set. 2017, n.º 6. Biblioteca Pública do Paraná.
- [14] GANDINO, A. **Macho, masculino, homem**: a sexualidade, o machismo e a crise de identidade do homem brasileiro. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- [15] GONÇALO JR. **O deus da sacanagem**: a vida e o tempo de Carlos Zéfiro. São Paulo: Noir, 2018.
- [16] GONÇALO JR. **A guerra dos gibis 2**: Maria Erótica e o clamor do sexo: imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar - 1964-1985. São Paulo: Peixe Grande/Editoractiva, 2010.
- [17] GREEN, J. N. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel, pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- [18] GREEN, J. N. QUINALHA, R. (orgs). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos (SP): Ed. UFSCar, 2014.
- [19] LOBO, L. A morte e a morte da Senhor. In: CASTRO, R. MELLO, M.A. **Uma senhora revista**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.
- [20] MARANHÃO, C. **Roberto Civita**: o dono da banca. A vida e as ideias do editor de Veja e da Abril. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- [21] MORAES, L. N. **Leituras da revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007).
- [22] MURARO, R. M. **Sexualidade da mulher brasileira** - corpo e classe social no Brasil. Editora Vozes, São Paulo, 1983.
- [23] NOLASCO, S. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- [24] PORTELA, M. R. **"Ela também tem direito ao orgasmo"**: uma análise discursiva da coluna Sexyterapia da revista Peteca (1976-1982). Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, 2021. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/72767?show=full>
- [25] QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes**: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- [26] RIBEIRO, A. F. **Desnudando a ditadura militar**: As revistas erótico-pornográficas e a construção da(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985). Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2016.
- [27] RICOUER, P. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- [28] RODRIGUES, J.. Imprensa gay no Brasil In: GREEN, J.N. QUINALHA, R. CAETANO, M. FERNANDES, M. (orgs). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- [29] SANTOS, J. F. **Um homem chamado Maria**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- [30] SCARZANELLA, E. **Uma editora italiana na América Latina**: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970). Campinas: Ed. Unicamp, 2016.
- [31] SCHWAAB, R. T.; ZAMIN, A. **Para ler de perto o jornalismo**: uma abordagem por meio de dispositivos da análise do discurso. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 11-23, jan/jun, 2007.

- [32] THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6.^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- [33] TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6.^a ed. revista e ampliada. São Paulo: Record, 2007.
- [34] WAINER, S. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo: Planeta, 2005.

Capítulo 7

A transculturação no tom e no ritmo da Música Perdida

Wenderson Pinto Farias

Resumo: Este trabalho se propõe analisar evidências e consequências do processo de transculturação contributivas na formação identitária de José Joaquim de Mendanha protagonista da obra *Música Perdida* de Luiz Antônio de Assis Brasil. Esse romance configura-se no tema transculturação, mas para que haja esse processo identitário devemos observar outra temática, no caso a chegada, no século XIX, de um viajante brasileiro, ao Sul do Brasil, especificamente ao Rio Grande do Sul. Este é o viés por nós escolhido para efetivarmos a leitura crítica do romance.

Palavras-chave: transculturação, identidade, viajante.

1. OS ACORDES INICIAIS SÃO EXECUTADOS

Este trabalho pretende analisar evidências e consequências do processo de transculturação contributivas na formação identitária de José Joaquim de Mendanha em *Música Perdida*.

Luiz Antonio de Assis Brasil, autor do romance, situa a narrativa em um tempo bastante determinado, abordando aspectos da vida social e cultural de diversos espaços, e explorando as vivências das personagens migrantes relacionadas com o contexto oitocentista e com os espaços de trânsito, dentre os quais se destaca Vila Rica, Rio de Janeiro e o estado do Rio Grande do Sul (naquele momento ficcional ainda província).

Este artigo está dividido em três momentos intencionais: teórico, analítico e conclusivo. O primeiro momento (teórico) tem duas sessões intituladas “A soprano cultura e a contralto identidade em harmonia com os grupos sociais” e “Fernando Ortiz e Ángel Rama, os compositores da transculturação”. Ambas buscam recuperar um pouco da crítica acerca da cultura e transculturação, partindo de nomes como Reis (2010), Canclini (2008), Burke (2003), Cucho (2002), Woodward (2000), Ortiz (1983).

O segundo momento (analítico), “O maestro Mendanha construindo sua música chamada processos transculturais”, busca por evidências e consequências do processo de transculturação contributivas na formação identitária de José Joaquim de Mendanha em *Música Perdida*. Ajudam nesta análise pesquisadores, tais como: Farias (2023), Bernd (2013), Rama (2008), Brasil (2006). O terceiro momento (conclusivo), “A canção “Evidências e Consequências” é cantada enfim”, tem como objetivo de resgatar os principais pontos contributivos para o entendimento do processo transcultural do protagonista José Joaquim de Mendanha em *Música Perdida*.

Portanto, o presente artigo acerca do estudo da transculturação no âmbito literário é um vasto campo transdisciplinar; requer que se adote uma perspectiva remetendo à ultrapassagem, ao “ir além”. Isto nos impulsionou a confeccionar um artigo contributivo não só à literatura produzida na América do Sul, mas também à história das Américas, sugerindo, assim, parâmetros de aproximação entre o campo de estudo da transculturação e a literatura nas Américas.

2. A SOPRANO CULTURA E A CONTRALTO IDENTIDADE EM HARMONIA COM OS GRUPOS SOCIAIS

Mesmo sabendo que cultura tinha o significado de “agricultura” na Roma Antiga, no sentido de labuta e fartura mantido até hoje em determinados contextos, e que ao longo dos anos foi ganhando significados dogmáticos como vemos na Idade Média ou influenciando no progresso de grande valor para o desenvolvimento da Humanidade sob as ideias filosóficas, políticas e artísticas desenvolvidas no Movimento Iluminista, observamos que para entendermos as mais diversas manifestações da cultura atualmente, devemos, primeiramente, suscitar duas concepções discutidas no final do século XVIII e início do XX: a bipolaridade conceitual de cultura entre alemães e franceses.

O rol intelectual alemão entre o século XIX e o início do século XX distingue o termo cultura vinculando-o diretamente à busca do nacionalismo, no então fragmentado espaço alemão, frente a outras nações já constituídas, como por exemplo, França e Inglaterra. Por sua vez, na França, ainda no século XIX, ‘cultura’ e ‘civilização’ seriam usadas como sinônimos: reflexo de unidade e de concretização da política francesa.

Dessa bipolaridade conceitual de cultura surgem discussões sobre grupos sociais, nos quais há outra percepção importante que se dá por meio de um processo: o contato entre grupos, segundo Cuche (2002). Primeiramente, este autor leva em consideração o tempo e o espaço no seio dos grupos; depois caracteriza esses grupos sob uma estruturação em vista das aproximações culturais; e, por fim, observa um possível aspecto relacional entre pessoas, cultura e espaço-tempo diferenciados. Esse processo dá à cultura status de um “todo coerente, constituído pelos modos de vida e pensamento que regulam as relações dos grupos e seres humanos entre si e com a natureza” (Cuche, 2002, p.11).

O contato entre grupos sociais por meio das aproximações culturais influencia na mudança dinâmica da formação das identidades e das manifestações culturais de determinado contexto. Isso ocorre porque o contato entre os grupos envolvidos não possui semelhantes condições, ou seja, ocorrem diferenças significativas no momento do contato entre eles, tais como: desenvolvimento intelectual, contingente demográfico, gestão política, autonomias econômica e religiosa.

Nesse fenômeno, ainda, acontecem fatos que devem ser assinalados: a anulação, aparentemente ou temporariamente, das manifestações culturais de um dos grupos envolvidos no contato; a observação do grupo de uma posição vantajosa que pode impor sua cultura e sua identidade como prática de dominação; a vantagem do grupo elaborador de sua história e a partir dela reconhece os referenciais para a definição de sua identidade; além da história verbal dos grupos que utilizam todos os elementos de sua cultura que possam funcionar como símbolos; por fim, a identidade um aspecto essencialmente na questão de representação, que:

[...] inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (Woodward, 2000, p.17).

A partir desse breve panorama notamos que cultura está ligada às mudanças dinâmicas do dia a dia dos grupos sociais, os quais se modificam, se alteram, ou seja, estão sempre em processo de mutação, tanto por movimentos internos, quanto pelos contatos com outras culturas.

A cultura, portanto, passa a ser vista como algo dinâmico, sujeita a alterações, assimilações, influências, ao longo do tempo. Esta concepção do processo cultural está vinculada à maneira de se enxergar as relações culturais pelo contato entre os grupos e à discussão que toma formas pontuais: o hibridismo cultural.

Ao tratar de hibridismo cultural, Burke (2003, p.16) utiliza uma definição na qual apresenta a cultura como “atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações”.

Segundo Canclini (2008), a hibridação é um processo sociocultural a partir do qual estruturas ou práticas de determinados indivíduos, ou grupos de indivíduos, que existem de forma separada e autônoma, se combinam para gerar novas estruturas e práticas. Esse procedimento pode ocorrer de maneira planejada ou imprevista, por vezes, surgindo da criatividade individual ou coletiva, e não está limitado às artes, fazendo-se presente em diversos campos das relações humanas e da vida cotidiana, como a economia e o desenvolvimento tecnológico, por exemplo.

Tal processo não é infecundo ou nocivo (como se acreditava no século XIX, sobretudo no que diz respeito à mestiçagem racial, que seria um tipo de hibridação que prejudicaria o desenvolvimento das sociedades).

Canclini defende inclusive que esse processo de misturas se dá a partir de ciclos de hibridação, dentro dos quais é impossível identificar práticas originárias, genuinamente puras. Como exemplo, ele cita a formação do *spanglish*, espécie de dialeto híbrido utilizado nos Estados Unidos em locais onde há comunidades de imigrantes e descendentes de países latino-americanos que misturam palavras e fonemas das línguas inglesa e espanhola. Essas duas línguas, por sua vez, não são, em última instância, idiomas “puros”, pois descendem de outras línguas, que por sua vez surgiram da fusão de idiomas e dialetos ainda mais antigos, e assim por diante.

Aliás, o autor não está interessado em identificar e categorizar as estruturas em híbridadas ou puras simplesmente. Seu intuito, na verdade, é entender como se dão os processos de formação e os repertórios de apropriação e de interpretação que os indivíduos fazem deles, ou seja, Canclini quer caracterizar as relações de sentido que se constroem a partir dos processos de mistura.

Nesse sentido, Canclini parece entender a hibridação como um espaço que possibilita o surgimento de diálogo e negociação entre culturas diferentes, dando origem a cenários onde há mais tolerância às diferenças culturais. Portanto, a hibridação assume, na perspectiva do autor, um caráter positivo, pois a mistura não apenas gera novas práticas culturais e renova as culturas. Ela permite a grupos de indivíduos produzirem novos sentidos para as suas práticas e repensarem as suas posições frente a desigualdades e relações assimétricas de poder.

Cuche (2002, p.31), por sua vez, fala que é juntamente com essa discussão que irão surgir outras formas de pensar mais profundamente os estudos das relações culturais entre grupos sociais, como por exemplo as relações transculturais, ou simplesmente a transculturação.

Essas relações culturais entre grupos sociais não estão isoladas do contato entre si. Dentro do grupo, elas se manifestam em locais e com recursos específicos, com maior ou menor poder de disseminação, como mais à frente iremos mostrar brevemente por meio das marcas dos processos de transculturação em *Música perdida*¹ de Luiz Antônio de Assis Brasil.

3. FERNANDO ORTIZ E ÁNGEL RAMA, OS COMPOSITORES DA TRANSCULTURAÇÃO

No ano de 1940, Fernando Ortiz escreve sua obra mais importante *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*: basicamente consistia em um ensaio de interpretação geral a respeito da formação histórica de Cuba e discutia a noção de aculturação com base no estudo dos contatos culturais da colonialidade americana.

O antropólogo percebeu a necessidade de confeccionar um novo conceito que fosse capaz de abranger e significar um “[...] processo sempre em movimento [...] encontro dos povos e de suas culturas” (Reis, 2010, p.467), para contribuir ao debate sobre contatos culturais.

¹ Vale lembrar que esse romance, nosso objeto de análise, compõe juntamente com *O pintor de retratos* (2001), *A margem imóvel do rio* (2003) e *Figura na sombra* (2012) a série *Viajantes ao Sul* composta pelo autor.

Surge nesse momento o conceito de transculturação elaborado por Ortiz, que segundo o ponto de vista de Reis (2010, p.468) ultrapassa “[...] a visão limitada de mestiçagem racial, para significar o movimento que subjaz ao encontro de culturas [...], deve-se, ainda, ressaltar a extrema contemporaneidade da reflexão de Ortiz em um trabalho produzido em 1940”, além de propor como conceito substituto para o de aculturação.

Na obra *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar* há um ensaio intitulado *Do fenômeno social da transculturação e de sua importância em Cuba*, além de propor e advogar o uso do termo teórico transculturação é, dentro do conjunto do livro, aquele mais preocupado com as questões relativas às ciências sociais. Ao traçar uma arqueologia da formação do povo cubano, o autor, com todo o vigor e ao mesmo tempo a leveza de sua retórica, visita os diversos grupos que se mesclaram e resultaram no que hoje chamamos de cubanos. Desde as origens pré-históricas, marcadas pela presença de diversos povos indígenas, nativos da ilha, em diferentes graus de desenvolvimento, até a chegada dos europeus com seu "furacão cultural" e, por último, dos negros, oriundos de várias etnias africanas, a história de Cuba foi a história do encontro múltiplo e variado, não apenas de povos, etnias, raças, mas sobretudo de culturas e economias distintas, em choque permanente.

O ponto primordial e a razão pela qual Ortiz advoga a criação e o uso de um novo vocábulo é, segundo sua própria argumentação, a inexistência de um termo que possa abarcar e significar este processo sempre em movimento, que é o encontro dos povos e de suas culturas. O vocábulo proposto, transculturação, designa simbiose de culturas, "fases do processo de transição de uma cultura à outra, porque este processo não consiste somente em adquirir uma cultura diferente" (ORTIZ,1983, p.90), como sugere o sentido estreito do vocábulo anglo-saxão, aculturação. O sentido que Ortiz atribui ao neologismo transculturação implica na criação de novos fenômenos culturais, o que chama de neoculturação. Todas as fases do processo, em seu conjunto, é transculturação.

Este ensaio de Ortiz, bem como grande parte de sua obra, teve como inspiração o interesse pela cultura negra que, transplantada da África, floresceu em Cuba, gerando muitos fenômenos culturais e idiossincrasias da cultura cubana ou da cubanidade. Já sobre o neologismo proposto é vital, pois não há nenhum outro fenômeno de maior transcendência na formação histórico- social do povo cubano que a mestiçagem, e esta não pode ser entendida sem um conceito teórico que lhe dê sustentação.

O autor foi pioneiro entre os pensadores que, ao longo do século, vêm buscando entender e explicar os paradoxos culturais que fazem parte de nossa origem e formação, sempre buscando uma forma de ver o homem americano na sua multiplicidade. Sua reflexão permanece, na medida em que ainda é uma maneira atual e vigorosa de dirigirmos nosso olhar para nós mesmos. O conceito de transculturação continua básico para qualquer reflexão identitária, não apenas em Cuba, mas em toda a América.

No momento em que os estudos literários e sociais se aproximam; em que o interdisciplinar se torna transdisciplinar; quando constatamos que somos produto de culturas híbridas que convivem a partir de sua heterogeneidade multicultural, o sentido de transculturação cunhado por Ortiz pode ser visto como grau zero, em uma possível escala dos estudos culturais latino americanos.

A partir desse conceito, o escritor e crítico uruguaio Ángel Rama se apropriou das ideias do cubano em relação à transculturação para analisar as narrativas latino-americanas do século XX, surgindo, assim, a ideia de transculturação narrativa.

Nessa nova perspectiva, é possível fazer reflexões entre a “nossa” cultura e a cultura do “outro” para que a transculturação seja constituída, observando semelhanças ou mesmo diferenças.

É preciso ainda negar estereótipos, ou seja, formas que privilegiam certas culturas em detrimento de outras, por questões políticas, econômicas, sociais, culturais.

Transculturação narrativa pensada e analisada por Rama vai além da simples percepção de grupos culturais amplamente diversos; ultrapassa muros estabelecidos, tanto geográficas como culturais, em meio a outras; tem forte repercussão na formação identitária de grupos sociais, pois é um fenômeno operacional relacionado às transferências culturais.

Portanto, é uma proposta terminológica que considera a formação cultural a partir do híbrido, das misturas, das mesclas, seja do choque entre culturas ou do resgate de elementos culturais herdados, além de respeitar a diversidade e autonomia das formas culturais dos grupos sociais.

4. O MAESTRO MENDANHA CONTRUINDO SUA MÚSICA CHAMADA PROCESSOS TRANSCULTUAIS

A transculturação de Fernando Ortiz e a transculturação narrativa de Ángel Rama são entendidas como formas de ser ou de agir; mostradas como facetas do processo ligado ao modo de construir e representar; expressas em romances disponíveis ao leitor, atento à mistura e diálogos entre diferentes estilos e técnicas de produção; e vistas como uma ruptura e contestação a regras e convenções culturais hegemônicas estabelecidas.

É justamente esse mosaico transcultural proposto por Ortiz e Rama que nos interessa, pois percebemos, em linhas gerais, que o conceito de transculturação e suas implicações, acabam por tangenciar a abordagem desenvolvida neste artigo, relativa aos elementos constitutivos no romance *Música Perdida* da tetralogia *Viajantes ao Sul* de Luiz Antonio de Assis Brasil.

Assim, temos para balizar esta análise a seguinte questão: quais evidências e consequências do processo de transculturação contributivas na formação identitária de José Joaquim de Mendanha em *Música Perdida*?

Na trama desenvolvida em *Música Perdida*, Assis Brasil apresenta uma personagem protagonista e situações transculturais ligadas a questões familiares, religiosas, políticas e econômicas do Brasil no século XIX.

Ao transitar entre marcas culturais, que aqui chamamos de processos transculturais, Assis Brasil materializa o seu projeto narrativo que deve levar o leitor à reflexão da história de um Brasil peculiar, interiorano, latente e crescente; além de criar uma estética e linguagem para a ficção que dialoga e estabelece relações entre a Transcultura e a Literatura.

Dessa forma, entendemos que é possível colocar o conceito de transculturação em diálogo com *Música Perdida* para pensar e entender melhor a forma como Assis Brasil organiza o universo ficcional desse romance e como retrata nele as trocas e as relações transculturais presentes na sociedade brasileira, quase sempre por meio da personagem principal da obra: o maestro Joaquim José de Mendanha.

O romance reconstitui os acontecimentos da vida de Quincazé (como era chamado em sua cidade natal, Itabira do Campo), ou Joaquim José (conhecido em Vila Rica e Rio de Janeiro), ou ainda maestro Joaquim José de Mendanha, ou simplesmente maestro Mendanha. Percebemos que os nomes atribuídos pelas circunstâncias e passagens por esses lugares “são evidências de transição e passagens culturais, causadores não só de perdas e apropriações, mas também de criação de novos elementos culturais e identitários” (Farias, 2023, 63).

Os acontecimentos na obra acerca da vida de Mendanha são contados linearmente, entretanto ao longo da narrativa sobre seu passado são inseridos *flashes* narrativos que remontam ao prólogo da obra. Esse procedimento segue até que a narrativa do passado se encontre com o presente em 1885, como veremos mais a frente.

Nesse sentido, observamos que a escolha do tempo na diegese, evidenciada por essas oscilações entre passado e presente, é um recurso utilizado por Assis Brasil aprofundado ainda mais no romance *Figura na sombra*, que fecha a tetralogia de Assis Brasil.

É em decorrência disso que o narrador pode realocar os acontecimentos por antecipação, como vemos na obra: ele faz revelações que o leitor só entenderá a importância mais tarde; ou numa atitude conluiada quando relata ao leitor acontecimentos que a própria personagem ainda desconhece. Essa tensão entre o tempo do narrar e o tempo narrado – para saudar as categorias de Paul Ricoeur (1995) – é constitutiva do modo como o romance partilha a experiência de construção identitária do protagonista.

A identidade transculturada de Mendanha é impactada por esse tempo, aprofundada, ao longo da narrativa, entre presente e passado. Vemos isso numa descrição do músico feita pelo narrador, que nos situa em sua função de maestro de província:

O maestro Joaquim José de Mendanha tem a postura curva dos velhos. Sua carapinha é branca. É mestre de Música da catedral de Nossa Senhora da Madre de Deus, na Capital da província mais ao Sul do Império do Brasil. Essa província meridional faz divisa com os castelhanos. Sob o comando do Maestro Mendanha estão vinte músicos instrumentistas, mais o coral misto, mais o tenor, o barítono, a cantora contralto e a soprano (Brasil, 2006, p. 9).

A partir dessa descrição fica evidente o papel ocupado pelo maestro, na função de mestre de orquestra, bem como o espaço, tanto em termos geográficos, “província mais ao Sul”, quanto culturais “faz divisa com os castelhanos”. Observamos que a descrição do Sul recupera tanto os aspectos físicos, como humanos da paisagem, uma marca da narrativa de Assis Brasil.

Assim, o processo transcultural vivido por Mendanha não pode ser pensado fora da interação social e cultural, pois este contato, justamente, resulta dos diferentes valores, opiniões, posições sociais e habilidades. A transculturação (Autor, 2023, p. 58), tem “como resultado novas manifestações culturais, sem que estes indivíduos necessariamente renunciassem totalmente à sua identidade e nem à sua personalidade”.

A qualidade das relações entre Mendanha e as pessoas que vivem na “província mais ao Sul do Império do Brasil” se formula em encontros transculturais a partir da capacidade dos atores em estabelecer diálogos e aprendizagens com outras formas culturais resultando em um novo produto cultural, refletido na identidade do maestro, como veremos mais a frente.

A trajetória pacata de Joaquim José Mendanha em Itabira do Campo, conhecido pelo nome Quincazé, sofre uma mudança, quando o pai descobre que ele cantava modinhas no prostíbulo da cidade. Com a ajuda do Bispo de Mariana, que financiava os estudos do jovem, o pai, resolve mandá-lo estudar composição com o Organista da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Penitência, em Vila Rica.

A fase em que vive em Vila Rica é importante não só porque Joaquim José se aprimora como músico, mas também porque amadurece como indivíduo a partir das relações que estabelece com as pessoas que vivem e principalmente com Bento Arruda Bulcão, amante da música erudita e da literatura humanista, “um homem abastardo e ilustre” (Brasil, 2006, p.29).

Naquela cidade as casas, em especial, nas mais prósperas, a música era a grande atração nas reuniões sociais. Assim, o músico interiorano foi introduzido nesse círculo por meio de Bento Arruda: “Entrou foi logo encaminhado ao salão. Tirou o chapéu. Ali parou. Os convidados, mulheres e homens, cercavam uma pequena orquestra de quatro violinos, duas violas, dois violoncelos e um contrabaixo” (Brasil, 2006, p.39). Nessa ocasião, Joaquim José se surpreende, porque vê um minueto seu, que tinha presenteado Bento Arruda, prestes a ser executado e é convidado pelo anfitrião a reger a pequena orquestra. O que faz pela primeira vez.

O processo de transculturação

corroborar a energia criativa que a move, tornando-a muito diferente de um simples agregado de normas, comportamentos, crenças e objetos culturais, pois é uma força que atua com facilidade tanto sobre seu próprio patrimônio particular, de acordo com as situações de seu desenvolvimento, quanto sobre as contribuições vindas de fora. (Rama, 2008, p.41).

Vemos que aos poucos Joaquim José experimenta transculturação, adquirida por meio das relações sociais de um grupo; e não é estática, sendo influenciada por novos hábitos. Isso o impulsiona para uma transformação transcultural em sua vida, juntamente com as pessoas que encontra em seu caminho e conhecimentos adquiridos agora em Vila Rica sob a batuta de Bento Arruda Bulcão, seu mentor musical naquele momento.

Vila Rica se torna pequena ao promissor músico mineiro. Isso é percebido por Bucão, que decide enviar o amigo ao Rio de Janeiro. Só lá poderia ter de fato seu talento aprimorado, pois “ninguém na Província das Minas Gerais seria capaz de ensinar-lhe composição de verdade” (Brasil, 2006, p.47).

De fato, embora a província mineira tivesse fornecido uma série de nomes talentosos para a música erudita brasileira, era na capital do império que se encontravam os melhores músicos do país.

No Rio de Janeiro, Joaquim José vai procurar o Padre-Mestre, José Maurício Nunes Garcia; ali encontra-o morando em um subúrbio pobre:

Encontrou o Padre-Mestre no Alpendre, em trajes leigos, de chinelos, deitado numa rede. Usava óculos amendoados, azuis. Tal como Joaquim José, tal como quase todas as pessoas do Rio, as feições revelavam sangue mestiço de brancos e negros. Tirava acordes de um bandolim. Do cravelhal pendia uma fita com as cores brasileiras (Brasil, 2006, p. 60).

Logo Joaquim José aguça seu desejo de tornar-se aluno do padre, um mulato, ex mestre de música na Capela Imperial no Rio de Janeiro, porém não deixa de se surpreender com a simplicidade do músico e com a sua aparência; ainda pelo fato de o padre ter filhos e tocar “um instrumento tão vulgar”: o bandolim.

O Padre José Maurício Nunes Garcia, além de ser considerado um dos principais compositores de música erudita da época, era também um incentivador da música popular, considerada então de valor menor. Assis Brasil usa desse dado histórico no encontro dos dois personagens, respeitando o discurso histórico.

Assim como Bulcão, as falas e os pensamentos de Padre José Maurício Nunes Garcia faziam Joaquim José trazer à tona as trocas culturais com um sentido de síntese reflexiva sobre a vida; além de colocá-las em evidência, conceituava-as como múltiplas variações dos seres humanos diante da vida:

A vida nunca é a mesma. Ou melhor, é sempre a mesma, mas comporta mil feições. [...] Cada qual, segundo suas habilidades, encarrega-se de elaborar as variações. Por isso é que há os insensíveis e os artistas, os debochados e os virtuosos, os dóceis e os irascíveis (Brasil, 2006, p.64).

Percebemos que Mendanha mesmo afastado de seu grande amigo Bulcão, encontra em Padre José Maurício Nunes Garcia um grande colaborador para seu processo transcultural que se iniciou em Vila Rica. Com o clérigo percebe que a vida é um leque de possibilidades e transformações, que o impulsiona às mudanças proporcionada pelo seu contato com a sociedade carioca da época.

Além disso, a relação entre Joaquim José e Padre-Mestre funciona também como um recurso de autoridade, visando convencer o leitor sobre o talento de Joaquim José. Nos diálogos entre Joaquim José e seu tutor musical no Rio de Janeiro, constantemente faz-se menção aos grandes nomes da música setecentista como Haydn e Mozart, mostrando influências às quais Joaquim José estava sendo submetido, além do intercâmbio cultural mantido em relação à Europa.

Desses diálogos, além de Haydn e Mozart, outro nome sempre era mencionado: Segismund Neukomm, um dos responsáveis pela difusão da cultura europeia no cenário musical do Rio de Janeiro:

Foi Segismund Neukomm quem me revelou a música de Mozart e de Haydn. Segismund Neukomm escutou-me tocar logo no primeiro dia que desembarcou no Rio de Janeiro. Foi no Paço. Quando terminei, ele declarou ao rei velho que eu era o maior improvisador e acompanhador que ele já conhecia. Segismund Neukomm, o discípulo mais querido de Haydn, o professor dos filhos de Mozart disse isso (Brasil, 2006, p. 66).

Verificamos que além das referências a Neukomm, há também referência a D. João, “o rei velho”, considerado pelos seus contemporâneos *o protetor das musas*, entre elas, a música. A relação entre Neukomm e o Padre-Mestre também tem seu paralelo histórico. Segundo Kiefer, o músico austríaco era “amigo e admirador de José Maurício” (1976, p. 61).

No plano ficcional, a relação entre o protagonista e o Padre José Maurício, que referenda o reconhecimento do talento de Joaquim José, garante verossimilhança à trajetória transcultural do músico mineiro e reforça a importância da personagem nesse cenário

cultural, acrescentando fatos relevantes à vida dessa figura empírica, cujo talento é pouco reconhecido fora das páginas da literatura.

As aulas com José Maurício são fundamentais para a formação transcultural de Joaquim José, pois é baseado nas aulas do músico e no referencial teórico deste que ele compõe sua célebre cantata, inspirada na *Criação* de Haydn, mas repleta de referências aos elementos nacionais, como a fauna, a flora e a formação étnica:

A Primeira Parte louvava a natureza, descrevia o vô das aves no azul perpétuo dos trópicos, o rugido das feras nas florestas, o passo do tamanduá-bandeira, o marulhar das cachoeiras nas penhas, o céu de verão com o Cruzeiro do Sul, o imenso mar que a tudo envolvia. *Ouvi os cantos, as suaves vozes, / Que alegam nossas matas nos silêncios/ Aonde não chegou a voz humana/ Que espante a natureza sossegada[...]* A Segunda Parte do poema era dedicada aos povos do Império. Falavam em versos o branco, o negro, o índio, cada qual cantando as qualidades de suas raças (BRASIL, 2006, p. 90 - grifos do autor).

Os trechos da cantata acima em itálico, são partes do poema *Olhai, cidadãos do mundo*, que segundo a narrativa havia sido um presente de Alvarenga Peixoto, o inconfidente, ao Padre José Maurício. Esses versos serão usados como a base poética para a composição da Cantata de Joaquim José. É interessante observar que ao pensar a composição da cantata, o autor urde os elementos históricos aos ficcionais na trama.

O padre José Maurício foi, de fato, aluno de Alvarenga Peixoto, no entanto os trechos do poema que aparecem na narrativa, são, na verdade, uma criação de Daniel de Sá, feita a pedido do autor (Brasil, 2006, nota do autor).

Ainda sobre a cantata é interessante observar como ela antecipa os ideais de nacionalidade tão caros ao Romantismo, que eclodiram no Brasil e cujo exemplo mais conhecido é a “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, a primeira de tantas canções de elogio à Pátria, do período.

Ao entregar a cantata que julga perfeita ao Padre-Mestre, Joaquim José recebe “uma saraivada de palavras que qualquer um confundiria como insulto e que na verdade eram conselhos paternos dados por uma voz alterada” (Brasil, 2006, p.104). O padre afirma que ele deixara se dominar por seu talento.

Sem dúvida que a reação apresentada pelo padre é uma tentativa de explicar a genialidade de um compositor interiorano que experimentou vivências que resultaram numa metamorfose transcultural.

As passagens transculturais são observadas por meio das transformações identitárias que enfrenta o narrador-protagonista: “- Não sou um artista. Sou o que meu pai queria que eu fosse. – Joaquim José olhava para a partitura, folheava-a. [...] devo abandonar essa maldita música. [...]” (Brasil, 2006, p.146).

Essa passagem ilustra três situações importantes. Mostra, por meio da imaginação criadora de Assis Brasil, um momento no qual o protagonista não tem mais certeza de quem é, ou seja, ação representativa do caráter transitório da identidade de Joaquim José, resultado dos processos transculturais sofridos por ele. Suscita a sensibilidade afetiva do protagonista em relação à sua família, em especial sua proximidade com seu pai. E apresenta, conseqüentemente, o vestígio escrito: a partitura trazida por Joaquim José desde sua saída da pequena Itabira do Campo, composta por seu pai.

Isso se torna uma reflexão crucial nesse momento da obra, ou seja, Joaquim José se dá conta de que não é mais o menino Quincazé, conduzido pelas ideias e aspirações de seu pai. Seu contato com outras culturas, tanto de Vila Rica quanto do Rio de Janeiro, o transformara numa espécie de viajante numa constante andança “atravessadora de culturas, construindo paulatinamente uma identidade dinâmica” (Bernd, 2013, p.102).

Assim, percebemos a busca de Joaquim José por constantes transformações de valores em decorrência do contato com pessoas e espaços descobertos. E isso faz com que ele vá ao sul do Brasil.

Lá, além de deparar-se com a diferença cultural presente naquele lugar, experimenta as complexas nuances de realidade vividas no contexto imperial naquela região: a guerra por questões político-territoriais entre as tropas imperiais (legalistas) e os rebeldes. Difícil situação que ocorre no plano do pensamento da personagem ao questionar suas próprias transformações:

O que a música tem a ver com a guerra? - perguntava-se o Sargento-Mestre Joaquim José de Mendanha, pronto para dormir num aposento da Câmara. Ele iria dormir vestido, no chão lustroso, tal como os outros músicos. A manta que lhe deram não o impedia de rilhar os dentes. [...] Nada aconteceu por três dias. A bandeira imperial continuava alçada no topo do telhado da Câmara. Os rebeldes esperavam reforços. (Brasil, 2006, p.157).

Esse processo de transculturação vivido pela personagem-protagonista representa o universo cultural do viajante ao Sul. A representação desse ser fictício reforça a importância atribuída às questões de identidade e verdade histórica na construção da personagem-protagonista de Assis Brasil, à luz das verdades instauradas pela historiografia oficial.

Por meio do alistamento como músico de uma banda militar, Mendanha resolve partir para o Sul, para se apresentar em mais uma daquelas guerras da província. O coronel que recebe seu alistamento o adverte: “Posso, sim, alistar você. Mas previno-o que a época não é das melhores. Estamos em guerra no Sul. Quem vai para o Sul sempre vai ao encontro de uma guerra” (Brasil, 2006, p. 148).

O Sul a que se faz referência é o Rio Grande do Sul, e a guerra, uma entre tantas nesse espaço, trata-se da Revolução Farroupilha que se estendeu de 1835 a 1845, e na qual o maestro terá importante papel. A advertência do coronel reforça mais uma vez o imaginário do leitor em relação ao Sul como um lugar bélico e bárbaro, onde a arte assume uma função prática.

No Rio Grande do Sul, José Joaquim Mendanha se torna o sargento Mestre- Mendanha e segue à frente da banda militar. A função da banda é explicada pelo narrador: “As autoridades acharam que a melhor banda militar do país daria ânimo à gente legalista”, numa guerra em que os rebeldes “aturdiam as tropas e as cidades fiéis ao governo” (Brasil, 2006, p. 154).

Sobre a guerra o narrador ainda ressalta: “Fazia três anos que o conflito se alastrava pela Província meridional. Isso era mau, porque os vizinhos castelhanos iriam aproveitar-se” (BRASIL, 2006, p. 154), ou seja, a guerra não atingia apenas a província gaúcha, como colocava em risco ainda a soberania nacional e as demarcações de fronteiras conquistadas a muito custo.

Nessa narrativa, o espaço do Sul é mais uma vez descrito como um desafio a ser enfrentado pelos que ali chegavam:

Era uma região inóspita e solene. As solidões do pampa deixavam melancólicos os soldados legalistas. Não imaginavam que no mundo houvesse um lugar tão remoto, de tanto frio, tão deserto e tão plano. O frio rachava os lábios, as mãos e os pés, quebrava o couro das botas. Os campos amanheciam cobertos de geada. Se chovesse, a água empoçada transformava-se em gelo durante a noite. E ainda era maio (Brasil, 2006, p. 154).

No entanto, o Sul para Mendanha adquire outro significado, pois ele deseja estar ali e aos poucos se entrega ao clima, que tanto fazia sofrer aos outros:

Ele foi à janela. Não era tão frio. Perpassava uma aragem apenas suficiente para eriçar de leve os pelos dos braços. Ele sentia o aroma doce das púrpuras quaresmeiras. Em seus ramos, besouros procuravam lagartas. A aragem oscilava os ramos das quaresmeiras. Os besouros voavam para os ramos das outras árvores. (Brasil, 2006, p. 159).

Observamos ainda que a narrativa para descrever essa integração do Maestro e o clima se divide em dois tempos verbais, no pretérito perfeito majoritariamente e no presente, uma marca de Assis Brasil, a partir de *Música perdida*, que também será utilizado em *Figura na sombra*.

As sensações do maestro são descritas no passado, por um olhar distanciado do narrador, mas no último período o enunciado sai do pretérito para o presente, mostrando que o clima observado por Mendanha ainda é o mesmo a que presencia também o narrador e o leitor. Esse jogo entre os tempos narrativos partilha o processo de transculturação com a própria experiência da leitura, mostra que essa dinâmica de trocas transculturais contamina os próprios procedimentos literários que a representam.

A guerra, como não poderia deixar de ser, tendo vista que se trata de uma ficção histórica, atinge diretamente Mendanha, que é feito prisioneiro dos rebeldes e é obrigado a compor um hino, para salvar sua vida e a de seus músicos. Não deixa de ser irônico que sua vida seja salva justamente pela forma simplória de um hino, a forma menor que deveria ser desprezada pelos bons músicos, segundo o conselho de Bento Arruda Bulcão.

Mas os tempos são outros e o maestro também o é, e assim logo reflete: “Mas o que é um hino?”. A resposta dada não sabemos se é do próprio Mendanha ou do narrador: “Basta um compasso marcial, duas frases de música épica e está pronto” (Brasil, 2006, p. 162).

Esse episódio que culmina na composição de um hino rebelde, une a narrativa de ficção e o acontecimento histórico, o presente e o passado, pois o hino em questão é hoje o hino do próprio estado do Rio Grande do Sul, ao qual o maestro deve sua pequena notoriedade para além da ficção.

O final do livro apresenta um apressamento na narrativa, porque as ações de Mendanha, até então marcadas pela monotonia provinciana, também se apressam. Os capítulos finais reafirmam ainda o pacto de leitura, buscando uma saída ficcional coerente para a vida de Mendanha: o maestro esconde um projeto final e assim o realizará: uma cantata, confeccionada por ele será tocada no dia de seu velório por sua orquestra, sendo descrita

pelos músicos que a integram como “[...] a música mais original e bela que já tocaram” (Brasil, 2006, p. 17).

Terminada a execução da música, realiza-se o último pedido do maestro: as partituras são queimadas e suas cinzas jogadas no rio. Está efetivada a harmonia entre a ficção e a realidade, e para o bem da verossimilhança literária ninguém surge para impedir a destruição de tão bela e genial obra musical.

5. A CANÇÃO “EVIDÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS” É CANTADA ENFIM

Ao longo da análise realizada nesse artigo, procuramos evidências e consequências do processo de transculturação contributivas na formação identitária de José Joaquim de Mendanha em *Música Perdida*.

Teoricamente, fizemos uma reflexão de como a cultura se constitui como um aspecto dos grupos sociais. Em seguida, traçamos uma análise conceitual sobre o conceito de transculturação, à luz das ideias e princípios teóricos de Fernando Órtiz e Ángel Rama, os quais concordam que as “experiências transculturais são muito significativas, implicando transformações, reconhecimento do outro, trocas culturais enriquecedoras para uns e outros e reposicionamentos contínuos” (Mello, 2015, p.184).

Essas duas abordagens teóricas puderam ser apreciadas na obra literária *Música Perdida* de Luiz Antônio de Assis Brasil; obra que pauta a relação intrínseca entre transculturação e literatura, a qual tem como fio condutor a metamorfose cultural do o maestro Joaquim José de Mendanha.

Percebemos que essa narrativa faz parte de uma proposta de Assis Brasil que busca recuperar uma a vida de um viajante e seus elementos configuradores, estabelecendo, ainda, um contraponto com espaços culturais e sociais por meio do processo transcultural do protagonista da obra.

Ao longo do romance, o autor vai aprofundando as reflexões sobre a própria construção ficcional, ao mesmo tempo que aprimora os recursos narrativos empregados na diegese.

De modo geral, podemos dizer que em *Música perdida*, Assis Brasil alcança o tom necessário para recriar uma personagem ficcional, inserida em contextos muito específicos, o que garante uma espécie de adensamento psicológico à personagem.

Outro ponto importante é que há um aproveitamento da relação entre tempo e espaço, elemento a ser destacado em toda obra, assim como a caracterização da personagem e a escolha do ponto de vista narrativo. É um perfeito domínio das técnicas narrativas, principalmente no jogo temporal entre presente e passado, efetivado pelo narrador. Encontramos, assim, um narrador-autor consciente do seu processo de inserção na narrativa.

É por meio desse jogo entre os elementos ficcionais, operado pela relação entre o espaço, o tempo, o narrador e o protagonista, que Assis Brasil retrata a transculturação vivenciada por José Joaquim Mendanha.

Constatamos por meio de nossa análise que o processo de transculturação vivido por Mendanha em *Música Perdida* é uma forma de apropriação ou adaptação harmônica, apesar de que o protagonista precisou muitas vezes rever seus códigos, valores e sistemas de referência utilizados para organizar a sua realidade, na tentativa de se adaptar a outras culturas.

Entendemos que a ideia de transculturação vivenciada por José Joaquim Mendanha é como um espaço de fronteira, de entrelugares, pois esse processo se origina a partir de relações de alteridade e de zonas de contato com o “outro”, decorrentes, muitas vezes, do trânsito de bens simbólicos.

Dessa forma, a os processos transculturais evidenciado em *Música perdida* podem ser entendidos como uma representação que se constitui a partir do trânsito e da fluidez de determinadas práticas e identidades, que influenciaram a própria prática e a identidade de Mendanha. Sabemos que o ideal de mistura tende a mascarar relações de dominação e de subalternidade, mas essa prática realizada por Mendanha visa uma dinâmica de trocas mais profunda e efetivamente recíproca, consequente, que foram fundamentais para entendermos a formação identitária da personagem principal e a significação de seus processos transculturais.

Compreendemos, portanto, na obra de Assis Brasil, que a transculturação é a “cultura em processo de diálogo e entendimento com a cultura de acolhida, acentuadamente marcada pelas reminiscências do *locus* de origem” (MELLO, 2015, p.186) a partir de histórias pessoais da personagem ficcional Joaquim José de Mendanha em sua trajetória de vida.

Notamos ainda que a transculturação não surge a partir dos estudos de literatura; muito menos focada em entender a lógica de funcionamento e intencionalidades retóricas (aumento de poder e dominação ou resistência e fortalecimento de identidades, por exemplo) de determinados discursos, bem como o lugar de fala dos que têm mais ou menos cultura. Porém, é a partir deles que entendemos transculturação como categoria teórica, que serve bem ao objetivo de embasar as análises de relações humanas, encontros culturais e criação de novos produtos culturais. Aqui, entendemos que seja a significativa contribuição de nossa análise à crítica literária.

REFERÊNCIAS

Os músicos e seus instrumentos referenciais da peça musical

- [1] AUTOR. **Memória e Transculturação no Pampa**: um estudo da obra *Figura na Sombra* de Luiz Antonio de Assis Brasil. Dissertação de mestrado. Programa em Literatura e Crítica Literária, São Paulo, 2023.
- [2] BERND, Zilá. **Por uma estética dos vestígios memoriais**: releitura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- [3] BRASIL, Luiz Antônio de Assis. **Música perdida**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- [4] BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- [5] CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.
- [6] KIEFER, Bruno. **História da música brasileira, dos primórdios ao início do séc. XX**. Porto Alegre/Movimento/ Brasília/ Instituto Nacional do Livro/ Porto Alegre/ Instituto Estadual do Livro, 1976.
- [7] MELLO, Ana Maria Lisboa de. Passages transculturais em autores migrantes de ascendência árabe no Brasil e no Canadá. In: BERND, Zilá. IMBERT, Patrick (Orgs). **Encontros transculturais Brasil-Cultural**. Porto Alegre: Tomo, 2015.
- [8] MUTTER, Débora. **Um romancista ao Sul**. A ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil. Porto Alegre: BesouroBox, 2017.
- [9] ORTIZ, Fernando. **Contrapunto cubano del tabaco y el azúcar**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.
- [10] PANITZ, Lucas Manassi. **Por uma geografia da música: O espaço geográfico da Música**

Popular Platina. Memorial de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

- [11] RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina.** 2.ed. Buenos Aires: El Adariego, 2008.
- [12] REIS, Livia de Freitas. Transculturación e Transculturación Narrativa. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura.** 2. ed. Niterói: Editora UFJF, 2010. p. 465-488.
- [13] RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa,** volume 2. Campinas: Papyrus, 1995.
- [14] SILVA, Débora Teresinha Mutter da. **Imagens do século XIX na ficção de Luiz Antonio de Assis Brasil.** Tese de doutorado. Literatura Comparada – Instituto de Letras, UFRGS, 2008. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/handle/10183/14750>. Acesso 30 set. 2024.
- [15] SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.
- [16] STEPHAN, Beatriz González. Estructura y significacion de Pedro Paramo. Caracas, 1990. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dpS5RHCqJIsC&pg=PA19&lpg=PA19&dq=plano+tem%C3%A1tica+de+uma+obra&source=bl&ots=1ddUMFIYMC&sig=outaCtn7_hOTVtTZ0SUQH154h00&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj6o2E3pPVAhXCGJAKHW85BW0Q6AEIRzAF#v=onepage&q&f=false> . Acessado em: 18/07/2017 às 18h42.
- [17] WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença.** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 10-72.

Capítulo 8

O poder das coisas

Jacques Alkalai Wainberg

Resumo: Este estudo elabora sobre a relação das pessoas com os objetos que o cercam. Fica claro o grau de dependência dos seres humanos ao mundo material e como ele molda a sociedade. Este fato explica também o fascínio do consumo e a capacidade das coisas gerarem fascínio, prazer e felicidade.

Palavras-chave: Consumo, Objetos, Materialidade.

É bastante conhecida a cena na qual os primeiros europeus chegados à América trocam presentes com os habitantes originais do continente. As bugigangas trazidas na bagagem dos exploradores tinham o objetivo de apaziguar o ânimo dos indígenas. Exemplo é a expedição de Lewis e Clark¹ realizada no território ocidental dos Estados Unidos em 1804. Dois terços da carga transportada na missão eram de mercadorias a serem distribuídos aos nativos. Entre esses objetos havia cachimbos, tabaco, anzóis, pentes, material para costura, miçangas, utensílios de cozinha, peças de vestuário, ferramentas, tecidos e facas. Mais tarde, entre 1913 e 1914, foi o que aconteceu também nas expedições do Marechal Randon ao sertão brasileiro.

Deriva a regra geral de que a prática de dar e de receber *coisas* é um meio de aproximação utilizado por estranhos que iniciam dessa forma uma série de intercâmbios (Godelier, 2020). Desrespeito à reciprocidade significa em muitos lugares incivilidade (Mauss, 1969; Duby, 1974; Yan, 2023; Malinowski, 1962 [1926]; Sherry, 1983).

1. CRÍTICAS

O termo *coisa* refere todo e qualquer objeto tangível que a pessoa encontra à sua frente (Brown, 2001, 2004, 2014). O vocábulo inclui, portanto, os 140 itens² que o sujeito toca todos os dias. As *coisas* que o envolvem passam a fazer parte de sua identidade (Zuccoti, 2015).³ É fácil concluir que o apreço das pessoas às *coisas* é usual e corriqueiro apesar das críticas que circulam há bastante tempo contra o materialismo.⁴ Caso conhecido é Thorstein Veblen (1857-1929), o economista que depreciava o *consumo conspícuo*. Os autores filiados à *Teoria das Coisas*⁵ preferem o termo *objeto* para referir os apetrechos que são úteis às pessoas (Brown, 2001, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970, a crítica ao capitalismo era comum na prosa política dos jovens rebeldes e dos filósofos marxistas que os inspiraram (Xaba & Ndlovu, 2023). Essas e outras inúmeras fontes promoveram o anticonsumismo. O ascetismo, por exemplo, foi praticado em vários lugares estimulado por tradições variadas. Uma de suas práticas, o jejum, tornou-se ritual religioso. Ele anima as pessoas a dominarem os desejos que o mundo material lhes provoca. O *minimalismo* propõe agora consumir menos para viver melhor. Nas sociedades mais abastadas ter uma vida simples e frugal tornou-se um ideal atrativo a pessoas cansadas do *stress* da vida moderna. Elas são chamadas de *down-shifters* (Hamilton, 2003). Muitos decidem viver em comunidades alternativas e em eco-villages. Nesta visão de mundo é forte o desprezo ao *feitichismo* das mercadorias. Esta ideia proliferou na obra de vários autores marxistas (Adorno, 1993). A encíclica papal *Centesimus Annus* de João Paulo II acompanhou essa tendência. O Papa Benedito XVI repetiu a mensagem abominando o fervor consumista do período natalino.⁶

2. DESEJO

Usualmente as *coisas* são desejadas por sua utilidade. Este é um dos princípios básicos do marginalismo. Esta corrente econômica ensina que o ser humano faz decisões que

¹ <https://www.archives.gov/milestone-documents/jeffersons-secret-message-to-congress>

² O desafio minimalista de agora é viver com menos de 100 *coisas* (Bruno, 2010).

³ <https://exilelifestyle.com/51/>

⁴ <https://www.storyofstuff.org/movies/story-of-stuff/>

⁵ Entre eles estão Martin Heidegger (1971), Bruno Latour (2005), Bill Brown (2004), Daniel Miller e Alex Preda, 1999). Ver: <https://www.ucl.ac.uk/anthropology/people/academic-and-teaching-staff/daniel-miller/materiality-introduction>

⁶ <https://www.bbc.com/news/world-europe-16328318>.

maximizam a utilidade em suas transações. Isso acontece também quando o sujeito escolhe e dá preferência a alguns itens entre todos os objetos que possui.

As *coisas* funcionam também como um *kit* de sobrevivência do viajante. O que entra na mala é tratado como algo valioso e que por isso se destaca dos demais. Os urgentes são os que servem e protegem o corpo. Este é um critério de julgamento do poder das *coisas*. Alguns são essenciais e sua relevância não muda desde a infância até a velhice. Parafraseando o filósofo grego Protágoras pode se afirmar, portanto, que o corpo humano é a medida de todas as *coisas*. Inúmeras inovações o estendem (a bengala, os óculos, os talheres, a telefonia, o binóculo, o telescópio, o robô, a inteligência artificial, o computador, a roupa, o carro e os drones, por exemplo).

Abraham Maslow incluiu nessa lista de urgências o abrigo, o alimento, a indumentária e a água (Maslow, 1943). Outros inúmeros pensadores também trataram desse tema. Entre eles estão Descartes, Espinoza, Thoreau e Darwin e mais recentemente Michel Maffesoli.⁷

3. POSSE E PAIXÃO

As *coisas* são consideradas também por seu valor de posse. Esta apreciação pode ser observada nos lugares nos quais um dote recheado de *coisas* aumenta o prestígio da mulher solteira animando o interesse dos homens em sua figura. O presente dado ao noivo pela família da noiva funciona como um seguro à esposa no caso de morte do marido. Os bens retornam à família da mulher caso ela seja maltratada pelo esposo ou ocorra um divórcio por sua iniciativa. Além de dinheiro o dote pode ter gado, tecido, bebidas, alimentos, armas e veículos, ou outras *coisas* ainda.

Quando acontece a paixão extrema da pessoa a um objeto, algo que está documentado em cerca de 40 casos no mundo, o alvo do apreço é chamado de *objectum-sexual* (Marsh, 2010). O tema se tornou popular depois que o *casamento* [sic] da americana Eryka Labrie com a torre Eiffel foi amplamente divulgado pela imprensa.⁸ Ela declarou em 2008 ao *The Telegraph*⁹ que sentia atração por artefatos inanimados. A *noiva* [sic] disse que “não entendo como as pessoas podem trazer um objeto ao mundo, como se fosse uma criança, e não amá-lo”. Ela mudaria por fim seu sobrenome para Eiffel.¹⁰ Outro caso é o da britânica Amanda Whittaker. Ela se apaixonou pela Estátua da Liberdade.¹¹

Expressões brandas de afeto aos objetos aparecem com frequência entre os aficionados de automóveis, de embarcações, de aeronaves, de motos, de moda e de itens colecionáveis como é o caso dos livros raros. Às vezes um grau maior de dependência às *coisas* chega ao patamar do vício (Zusman, 2021). São os casos exemplares do telefone celular, da Internet, dos computadores e dos videogames.

4. CONSUMO

Muitas pessoas almejam possuir as *coisas* novas que aparecem à sua volta (Barthes, 1957). Este sentimento cresce à medida que os atributos do produto se acumulam e se sobrepõem tornando sua posse mais atraente. Em última instância as *coisas* novas atraem

⁷ <https://web.archive.org/web/20110711050940/http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001733.pdf>

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=GepsXclonNU>

⁹ <https://www.telegraph.co.uk/news/newstoppers/howaboutthat/2074301/Woman-with-objects-fetish-marries-Eiffel-Tower.html>

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=-pWth7pwWaY>

¹¹ Estado de Minas (online), 12/03/2012.

porque elas surpreendem o consumidor. Devido às suas vantagens comparativas as novidades são *incorporadas* ao cotidiano por causa da *usabilidade* e do que se convencionou chamar de *experiência do usuário* ou *UX (user experience)* (Norman, 1988). São termos que expressam o benefício e o prazer que os objetos conferem aos indivíduos. Depois de um tempo de convivência fica difícil desincorporar. Isso só acontece por coerção e pela revolução tecnológica, a que altera os padrões materiais da vida humana.

Os dois verbetes (*usabilidade* e *UX*) referem também os aspectos afetivos que surgem da interação humana com as *coisas*. Uma das missões da arte do *design* é facilitar esse contato. O ato criativo implica em combinar e tornar fatores inanimados nalgo vivo¹². Perante os humanos esta condição dos objetos é passageira. É o que se vê com uma infinidade de recursos, entre eles a areia, o sal, o lítium, o óleo, o ferro e o cobre (Conway, 2023).

A *coisa fala* através de seu formato, finalidade, praticidade, estética, movimento, cor, propriedades, qualidades, sonoridade e perfume, entre outros atributos. A expressão *materialismo vital* manifesta esta capacidade das *coisas* se relacionarem com as pessoas. O termo se aproxima de várias formulações contemporâneas que antropomorfizam a natureza (Yang, Sun, Han & Liu, 2023).

A ideia da comunicação do ser humano com os objetos deixou de ser fantasia. A pessoa interage com as *coisas* através de comandos remotos, da voz (Gerasimov & Bender, 2000), do *input* textual e por toque, entre outros meios. Os assistentes virtuais (como Siri e Alexa) entendem e respondem as solicitações. O mesmo acontece com robôs e com máquinas e *coisas* inteligentes que usam sensores, inteligência artificial, algoritmos, *snifers*, *big data* e computação nas nuvens.

5. ENQUADRAMENTO E RESISTÊNCIA

Fica claro, portanto, que as *coisas* não são inertes (Bennett, 2010), pois agem enquadrando a pessoa num sistema material. É um processo que se desenvolve em fases (Ali; Velten, 2017). São muitas as resistências. Exemplo é o que aconteceu com a televisão. Sua difusão no mundo foi lenta devido ao custo e ao seu impacto socioafetivo temido e indesejado por muitos (Oliveira, 1991). O reino budista do Butão recusou a nova tecnologia até 1999. O último local a aceitar a TV em 2019 foi Tuvalu, um estado da Polinésia constituído por nove ilhas e atóis. A Internet e o telefone celular, ao contrário, logo caíram no gosto popular. Em 2023, o Brasil tinha 84% de seus domicílios conectados à rede de computadores.¹³ Para alcançar os níveis de penetração onde o telefone demorou 50 anos bastou cinco para os *smartphones*. Para chegar a um bilhão de usuários o Facebook precisou de oito anos, o *whatsapp* sete, o *We Chat* seis e o *Tik Tok* 2,5 anos.¹⁴

Pequenas inovações com frequência causam grandes transformações. Exemplo antigo da história é a *sela de cavalo*. Este apetrecho surgiu na Ásia e foi adotado na Europa entre 200 e 300 da Era Comum. Como consequência (imprevista) surgiu a classe dos cavaleiros e novas técnicas de combate (White, 1984). O cavalo e o cavaleiro tornaram-se por fim a marca característica da Idade Média.

¹² Este é o tema central do filme Toy Story.

¹³ TIC Domicílios 2023

¹⁴

https://www.morganstanley.com/im/publication/insights/articles/article_theeconomicsofcustomerbusinesses.pdf?1621441813718

A reação anticonsumista também é cultural. Ambientes tradicionalistas adotam com dificuldade as novidades do mercado. Embora a inércia seja comum ela é mais forte entre os que mais temem a incerteza das transformações. Adotar um novo hábito implica em aprendizagem, o que para muitas pessoas é desafio difícil de suportar (Dibrov, 2015). Estes fatores explicam porque a introdução de produtos novos às vezes fracassa (Shet, 1989).¹⁵

6. ECOLOGIA MATERIAL

Os mais ativos e com maior taxa de inovação são os países com disposição cultural favorável ao empreendedorismo e à criatividade. São os casos da Suíça, da Suécia, dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, de Singapura, da Finlândia, da Holanda, da Alemanha, da Dinamarca e da Coréia do Sul, nesta ordem. O Brasil estava na 49ª posição neste ranking de 132 países.¹⁶

O ritmo das mudanças tecnológicas cresce com a passagem do tempo (Kessler & Chakrabarti, 1996). Faz-se mais com menos. Isso é chamado de *efemerização* (Fuller, 1971; p. 252-59). Em todos os ambientes a falta de algo considerado trivial é logo percebida pelo sujeito. Sua ausência acarreta impacto imediato no funcionamento do sistema material. É uma perturbação que o atinge diretamente. A expressão *ecologia material* (Ingold, 2012) captura esta ideia, a da interdependência de tudo com todos, algo que varia com o contexto e com o tempo. O que é necessário e valorizado na selva se distingue do que é desejado na cidade e no deserto. O que servia numa época cai em desuso noutra. Alguns itens morrem para sempre, o que parece ser o caso dos disquetes e do *walkman*. Às vezes eles ressurgem com nova aparência e nova funcionalidade. É o caso do patinete elétrico criado originalmente em 1915. Na moda é o que acontece com o macacão e com o vestido de cetim.¹⁷ Muitas inovações foram antevistas há bastante tempo. Exemplos são o automóvel e a televisão. Leonardo Da Vinci imaginou o escafandro no século XV. Ele também idealizou o avião, o tanque de guerra, o esqui, o paraquedas e a bicicleta. O robô foi vislumbrado na fábula do Golem no século XVI.

7. PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO

A dependência da pessoa ao mundo material é sutil e inconsciente. O objeto novo é mais bem percebido e considerado nos primeiros momentos de sua adoção. Com seu uso constante a *coisa* desaparece do pensamento humano. Quando algo novo penetra o circuito do hábito e do costume o sujeito se dá conta que o estilo de sua vida mudou para sempre (Levy, 1999).

A alteração no invólucro material influi também na maneira de pensar da pessoa. Este tema está sendo desenvolvido no campo da *arqueologia cognitiva* através da *Teoria do Engajamento Material* (Barret, 2001; Malafouris, 2013). Nesta perspectiva as *coisas* agem¹⁸ influenciando o desempenho humano. “Nós pensamos *como* e *através* das *coisas*, e não simplesmente *sobre* as *coisas*”. Malafouris (2019) chamou isso de *thinging*. Outras

¹⁵<https://nulab.com/learn/project-management/95-new-products-fail-heres-succeed/#:~:text=Apparently%2C%20quite%20a%20lot%3A%20According,to%20launch%20a%20product%20successfully>.

¹⁶ https://www.visualcapitalist.com/most-innovative-countries-in-2023/#google_vignette

¹⁷ <https://www.tudointeressante.com.br/2021/12/10-coisas-do-passado-que-voltaram-para-os-dias-de-hoje-e-fazem-o-maior-sucesso.html>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=cUb7eBwzqyg>

inúmeras abordagens surgiram sobre este tema a partir da década 1970, principalmente (Hicks, 2010). Ganhou destaque a ANT, a *Actor Network Theory* (Latour, 2005).

A *Teoria das Janelas Quebradas* também mostra que o ambiente material condiciona o comportamento humano (Wilson; Kelling, 1982). A situação de referência é a do local com uma ventana defeituosa que permanece sem ser consertada. A tendência é a de que os vândalos tomem posse do lugar. Nas inundações¹⁹ e noutros desastres da natureza os criminosos sentem-se livres para atuar devido à desordem reinante (Roy, 2010). O oposto ocorre com os lugares bem preservados e seguros. As pessoas respondem ao estímulo positivo do ambiente preservando a área em que circulam.

8. SER É TER

Para muitos a aquisição de *coisas* novas representa *felicidade* (Myers, 2000; Mogilner et al., 2012). Esta é a impressão que se tem do comportamento dos consumidores no *Black Friday*.²⁰ Algo similar acontece com os que abandonam a escassez. É o caso exemplar dos refugiados cubanos. Os novos ambientes hospedeiros os deslumbram com a fartura do comércio.²¹ Foi o que aconteceu também com os alemães orientais chegados a Berlim Ocidental em 1989, logo após a queda do muro que separava a cidade. Nestas situações extremas acontece por algum tempo o *consumo compensatório* (Dias et al., 2022). Compra-se mais que o necessário em busca do tempo perdido.

A escassez produz efeitos deletérios que destroem aos poucos o sistema social (Mesa-Lago, 2023). A dependência humana às *coisas* torna-se nesta situação algo visível. A luta pela sobrevivência autoriza a competição, a rixa, o embate e outras atitudes tóxicas. O efeito mais evidente desta crise é a inflação econômica. Outro resultado possível e comum é a rebelião popular.

9. O FASTIO

A abundância produz o resultado oposto. Com o tempo surge o *fastio*, o enfado que se observa no comportamento dos *pósconsumidores*. Cabe referir a propósito deste tema o fato de que uma típica residência norte-americana tem agora 300 mil *coisas*.²² Na Inglaterra uma criança de 10 anos tem 230 brinquedos embora ela se divirta com apenas 12 a cada dia.²³ Nos Estados Unidos uma mulher tem em média 30 roupas, uma para cada dia do mês. Em 1930, este número era nove.²⁴ Quase a metade da população daquele país não poupa dinheiro.²⁵ Ali o gasto de 100 bilhões de dólares na compra de joias, de sapatos e de relógios é o dobro do total gasto em educação superior.²⁶ Em muitos locais, no Brasil inclusive, há mais televisores que residentes.²⁷ As mulheres gastam mais de oito anos de

¹⁹ Foi o que aconteceu em Porto Alegre durante a inundação da cidade em maio de 2024.

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=cUb7eBwzqyg>

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=ASx4oHVgzus>

<https://www.youtube.com/watch?v=BYIYmxQa1o0>

²² <https://www.latimes.com/health/la-xpm-2014-mar-21-la-he-keeping-stuff-20140322-story.html>

²³ <https://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/retailandconsumer/8074156/Ten-year-olds-have-7000-worth-of-toys-but-play-with-just-330.html>

²⁴ <https://www.forbes.com/sites/emmajohnson/2015/01/15/the-real-cost-of-your-shopping-habits/?sh=555716541452>

²⁵ <https://www.businessinsider.com/half-of-america-doesnt-save-any-money-2015-3#ixzz3Zv4X3MUR>

²⁶ <https://www.psychologytoday.com/intl/blog/sex-drugs-and-boredom/201207/do-americans-consume-too-much>

²⁷ https://usatoday30.usatoday.com/life/television/news/2006-09-21-homes-tv_x.htm

suas vidas fazendo compras.²⁸ Elas e os homens despendem 3680 horas (153 dias) procurando objetos esquecidos ou perdidos em algum lugar.²⁹

O apreço dos brasileiros às *coisas* também está documentado.³⁰ Este desfrute explica o número crescente de *shoppings centers*. Entre 2023 e 2024 eles totalizaram 639 em todo o território brasileiro. Nestes locais houve em 2023 um recorde de vendas alcançando o faturamento de R\$ 194,7 bilhões, um aumento de 1,5%. Estima-se em 462 milhões o número mensal de seus visitantes. Entre 2022 e 2023, houve uma expansão de 1,9% na área bruta destinada ao comércio. Cresceu de 17,5 milhões de metros quadrados para 17,8 milhões.³¹

Em boa medida a pulsão do consumo deriva de necessidades desconhecidas recém-descobertas pela pessoa. Ela se dá conta que gosta e que deseja e por isso diz precisar o que não sabia existir. O consumo se perpetua dessa maneira. Milton Friedman pondera que uma vez satisfeito um desejo, novos irão se formar e que o desejo perpétuo é o que mantém a economia em movimento (Burns, 2023).

Nas sociedades desiguais os mais pobres querem ter mais. Este é um dos poucos casos no qual a correlação entre maior riqueza e mais felicidade é positiva. Depois de certo nível de renda isso já não acontece mais. Entre os mais pobres o desejo de possuir é maior que o tédio pósconsumista dos lugares ricos. Fica difícil saber em que momento começa o enfado do abastado. Este é um estado de paralisia que motiva os indivíduos a encontrarem prazer noutro lugar. É o que se observa entre os que têm muito e às vezes demais.

10. ATRAÇÃO

O que hoje parece trivial foi adotado por muitos e às vezes por todos em algum momento devido às suas novas qualidades comparativas. São os casos do fogo, das sandálias de borracha, da *smart TV*, do aparelho de micro-ondas, do fogão elétrico e agora da inteligência artificial.

O maravilhamento que as inovações novas provocam explica o poder de atração dos magazines, dos bazares, das feiras, das exposições, das galerias e dos centros comerciais. Nesses locais o sujeito dá resposta a suas necessidades afetivas comprando um presente-para-os-outros e com maior frequência ainda um presente-para-si. A aquisição opera como regulador do seu humor pessoal (Beckmann in Kacen& Friese, 1999; Kacen, 1998; Richins, 2008). Este ato tem sido chamado de *terapia de varejo* (Garg; Lerner, 2013). Às vezes o apelo ao consumo é o meio utilizado pela pessoa para compensar o seu isolamento social (Pieters, 2013). Ter mais *coisas* funciona como um sedativo.

Há também o caso do consumidor compulsivo cujo desfrute não é ter mais, mas de comprar sem parar. Entre os sintomas psicológicos da *oniomania* estão sentir euforia depois da aquisição e culpa por ter adquirido um objeto sem necessitar. Esta pessoa às vezes não consegue pagar o que comprou e esconde e mente sobre as coisas novas que comprou.

Comprar e comprar também decorre do impulso gerado pelo estímulo ao consumo promovido pela publicidade e pela mídia (Ozimek et al., 2024). O consumo efusivo é o

²⁸ <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-419077/Women-spend-years-life-shopping.html>

²⁹ <https://www.dailymail.co.uk/news/article-2117987/Lost-today-Misplaced-items-cost-minutes-day.html>

³⁰ <https://sentimentodoconsumidor.mckinsey.com/>

³¹ Censo Brasileiro de Shopping Centers 2023–2024

motivo principal de festividades que sob a aparência de homenagens nobres faz as pessoas adquirirem o que não precisam. É o que acontece com o Dia das Mães, com o Dia dos Namorados e no Natal. No Dia dos Veteranos, nos Estados Unidos, a tristeza em lembrar os falecidos nas guerras foi substituída pelo frenesi das liquidações dos magazines.

A propósito deste tema Richins (1997) identificou 47 emoções geradas nas pessoas no momento da compra. Este e outros levantamentos mostram que a decisão de adquirir algo resulta menos de uma ponderação racional e mais de uma *experiência* emocional (Laros; Steenkamp, 2005; Illouz, 2009; Tae Oh; Pham, 2022).

Ou seja, o *passeio do consumo* funciona como devaneio. A satisfação aparece também com o uso gradativo do *objeto novo* (Gardner; Rook, 1988). Ele motiva uma reação em cadeia chamada de *efeito Diderot*. O que é velho e antiquado perturba o novo cenário. A pintura da parede exige outra cortina. Uma mesa moderna demanda a toalha da moda. O carro recém-comprado exige um novo figurino.³²

A relação afetiva do sujeito com a *coisa* é o que determina o *market share* de um produto. A estima fortalece sua lealdade ao objeto. A pessoa recorda melhor o que mais lhe emociona. Os sentimentos controlam o consumo (Tsai; Sims, 2015). Eles funcionam como *lubrificantes* da razão e *atalhos* (rápidos) à cognição (Taleb, 2019; p. 201). Ou seja, as emoções afetam o pensamento (LeDoux, 1998; Simon, 1976) e são fator decisivo à *preferência* (Cargemini, 2017).

Exemplo é o comportamento de boa parte dos consumidores brasileiros. Um total de 57% está afetivamente conectado com os produtos que consome. É o que acontece com 60% dos clientes do ramo do varejo, com 73% dos que utilizam os serviços financeiros, com 60% dos consumidores do setor automotivo e com 60% dos usuários do setor das telecomunicações.³³

Percentual de consumidores engajados emocionalmente com os produtos adquiridos

| | | | | |
|--------------|--------------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| Italia: 65% | Brasil: 57% | Estados Unidos: 56% | Espanha: 51% | Alemanha: 47% |
| Holanda: 46% | Grã-Bretanha: 44% | França: 40% | Suécia: 33% | |

Fonte: Capgemini (2017).

Magids et al. (2015) identificaram mais de 300 *motivadores* ao consumo (Jovanović, 2020). Entre eles estão a identidade pessoal, o sentimento de bem-estar, o pertencimento, a segurança e o sucesso na vida. Ser forçado a diminuir o consumo causa mal-estar, algo observado massivamente no período de reclusão provocado pela epidemia do Covid-19 (Ertz et al., 2022).

11. VALOR SIMBÓLICO E PÓS-MATERIALISMO

Em certos casos o relevante é o valor simbólico da *coisa*. Alguns retornam para viver na casa em que nasceram. Outros se apegam como se os objetos fossem um tesouro. Os pais

³² <https://jamesclear.com/diderot-effect>

³³ <https://www.prnewswire.com/news-releases/retailers-could-see-a-5-boost-to-annual-revenues-by-driving-emotional-engagement-with-consumers-300565971.html>

passam aos filhos peças da família como legado a ser cultuado pelos sucessores. Neste caso e noutros a pessoa mantém a posse de algo a despeito de seu baixo valor utilitário (Belk et al., 1989). Este também é o fundamento emocional do consumo de luxo (Levy, 1959).

A forma usual de avaliar um objeto é a velocidade com que ele passa de mão em mão e de lugar em lugar (Appadurai, 1986; Freedggod, 2006; Plotz, 2008). Este interesse pela difusão comercial deu origem à história das *coisas*.³⁴ Hoje em dia é possível ler livros sobre “o lápis, o zíper, o tolete, a banana, a cadeira, a batata e o chapéu coco” (Brown, 2014).

Alguns lugares são classificados de sociedades pós-materialistas, um termo cunhado por Ronald Inglehart, um dos pesquisadores envolvidos no projeto *World Values Survey* (WVS). Nelas residem o *pós-consumidor*³⁵, a pessoa que já não quer ter mais *coisas*. Enquanto no Paquistão a proporção entre materialistas e pós-materialistas era, na virada do século XX ao XXI, de 50 para 1 e na Rússia era de 30 para 1 na Suécia a relação era de 2 para 1 em favor dos pós-materialistas. Entre 56 países analisados com base nos dados apresentados pelo WVS (2016) o Brasil obteve o escore de 2.08 (Masaryk et al., 2017). Ele corresponde a 22ª posição entre o país mais materialista (Tunísia, 0.94) e o mais pós-materialista (Suécia, 2.81).

12. OBSERVAÇÕES FINAIS

De uma forma geral a *coisa* desperta no sujeito o desejo de ter, o orgulho de possuir, a satisfação em realizar e o prazer em consumir, de celebrar e de se exibir. O objeto também é recordação, o que explica o tombamento e o interesse antropológico e arqueológico pelo universo material. As *coisas* fascinam os museólogos (Salum, 2008), os decoradores, os antiquários, os colecionadores e os restauradores (Baudrillard, 2004; Brown, 2004). Eles ajudam a explicar o vai e vem de milhares de turistas que percorrem lugares desconhecidos. O que eles encontram no caminho revela o que o nativo é ou foi. Usualmente as pessoas se apresentam aos outros com as *coisas* que possuem e convivem (Riggins, 1990).

A incorporação das *coisas* se tornou um evento biológico. O corpo se mistura com os artefatos. A bioeletrônica amplifica a figura humana uma vez mais permitindo a visão dos cegos e a audição dos surdos. Órgãos artificiais como válvulas, marca-passos, desfibriladores, implantes cocleares, visuais e dentários se juntam ao corpo físico (Barfield; Williams, 2017).

O ciborgue que nasce deu origem a uma larga obra de reflexão sobre o *pós-humanismo*, o nome dado e aceito por muitos à fase atual da história (Bendle, 2002). Ian Hodder (2014, 2018) resume a nova realidade com a fórmula HC+CC+CH+HH: os seres humanos dependem das coisas (HC); as coisas dependem de outras coisas (CC); as coisas dependem dos humanos (CH) e os humanos dependem dos humanos (HH). Surge o que ele chama de *emaranhado*, o enredamento de tudo com tudo³⁶ no formato de uma teia de aranha. É o que se observa com os objetos que se entrelaçam através da Internet das Coisas (Turunen, 2015). As pessoas também se comunicam com todos através da web e das redes sociais. E tudo se relaciona com todos através do consumo.

³⁴ https://en.wikipedia.org/wiki/Novel_of_circulation

³⁵ <https://www.postconsumers.com/>

³⁶ <https://www.ietf-a.eu/public/terminology/>

REFERÊNCIAS

- [1] ADORNO, T.W. **Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada**. São Paulo: Ática, 1993
- [2] ALI, Mohammad & Velten, Justin. C. "Relationships between human beings and objects: An extension of parasocial interaction." **The Journal of Communication and Media Studies**, 2(1), 1-9. 2017
- [3] ARJUN, Appadurai. **The Social Lives of Things**. Cambridge University Press. 1986
- [4] BARFIELD, Woodrow & Williams, Alexander. "Cyborgs and Enhancement Technology." **Philosophies**. 2, 4. 2017
- [5] BARTHES, R. "The New Citroen." [1957] In **Mitologias**. Bertrand Brasil. 2002
- [6] BARRETT, L. **Beyond the Brain: How Body and Environment Shape Animal and Human Minds**. Princeton University Press. 2001
- [7] BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. SP:Perspectiva. 2004
- [8] BELK, Russel W. "Possessions and the extended self." **The Journal of Consumer Research**, v. 15, n. 2 pp. 139-168. Setembro de 1988
- [9] BENDLE, Mervin F. Teleportation, Cyborgs and the Posthuman Ideology. **Social Semiotics**, v. 12, n. 1, 2002
- [10] BENNETT, Janet. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Duke University Press Books. 2010
- [11] _____. "The Force of Things. Steps toward an Ecology of Things." **Political Theory**. v. 32 n. 3, pp. 347-372. Junho de 2004
- [12] BELK, Russell W., Melanie Wallendorf, John F. Sherry. "The Sacred and the Profane in Consumer Behavior: Theodicy on the Odyssey". **Journal of Consumer Research**, Volume 16, Issue 1, June 1989
- [13] BROWN, Bill (ed.). **Things**. University of Chicago Press. 2014
- [14] _____. "Thing Theory." **Critical Inquiry**, v. 28, n. 1, Things., pp. 1-22. Outono de 2001
- [15] _____. **A Sense of Things**. University of Chicago Press. 2004
- [16] BRUNO, Dave. **The 100 thing challenge**. William Morrow Paperback. 2010
- [17] BURNS, Jennifer. **Milton Friedman. The Last Conservative**. Farrar, Straus, and Giroux. 2023
- [18] CAPGEMINI Digital Transformation Institute. **Loyalty Deciphered— How Emotions Drive Genuine Engagement**. Agosto-Setembro de 2017
- [19] CONWAY, Ed. **Material World. The Six Raw Materials That Shape Modern Civilization**. Alfeed A. Knopf, 2023
- [20] DIAS, Rodrigo S Dias; Sharma, Eesha, Fitzsimons Gavan J. "Spending and Happiness: The Role of Perceived Financial Constraints". **Journal of Consumer Research**, v. 49, n. 3, pp. 373-388. outubro de 2022.
- [21] DIBROV, Artem. "Innovation resistance: the main factors and ways to overcome them." **Procedia - Social and Behavioral Sciences** 166: 92 – 96. 2015
- [22] DUBY, George. **The Early Growth of European Economy: Warriors and Peasants from the Seventh to the Twelve Century**. Cornell University Press. 1974
- [23] ERTZ, Myriam et al. "Consumers' coping strategies when they feel negative emotions in the face of forced deconsumption during the Covid-19 pandemic lockdowns." **Front Psychol**. 13: 1018290. 2022
- [24] FREEDGOOD, Elaine. **Ideas in Things** The Univeristy of Chicago Press. 2006
- [25] FRIESE, Suzanne & Koenig, Hal. "Shopping for trouble." **Advancing the Consuming Interest.**, pp. 24-29, pp. 24-29, 1993
- [26] FULLER, R. Buckminster. **Nine Chains to the Moon**, Anchor Books [1938] 1971
- [27] GARDENER, M. P. and Rook, D. W. "Effects of impulse purchases on consumers' affective states." In: M. J. Houston (Ed.) **Advances in consumer research**, v. 15, pp. 127-130. Provo, UT: Association for

Consumer Research. 1988

- [28] GARG, Nitika & Lerner, Jennifer S. "Sadness and consumption." **Journal of Consumer Psychology**. V. 23, n.1, pp. 106-113 janeiro de 2013
- [29] GODELIER, Maurice & Scott, Nora. "The Enigma of the Gift." **The Journal of Asian Studies**. 59(1). Fevereiro de 2020
- [30] GERASIMOV, V & Bender, W. "Things that talk: Using sound for device-to-device and device-to-human communication." **IBM Systems Journal**, v. 39, n.3 & 4, 2000
- [31] HAMILTON, Clive. Downshifting in Britain: A sea-change in the pursuit of happiness. The Australia Institute Discussion Paper No. 58. novembro de 2003
- [32] HEIDEGGER, Martin. "The Thing". Poetry, Language, Thought. pp. 163-184. 1971
- [33] HICKS D. "The material-cultural turn: event and effect." In Hicks D & Beaudry MC. (eds.). **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford: Oxford Univ. Press 2010
- [34] HODDER, Ian. "The Entanglements of Humans and Things: A Long-Term View." **New Literary History**, 45: 19-36. 2014
- [35] _____. Where Are We Heading? The Evolution of Humans and Things. Yale University Press. 2018
- [36] ILLOUZ, Eva. "Emotions, Imagination and Consumption." **Journal of Consumer Culture**. V.9(3): 377-413. 2009
- [37] INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics**. Princeton University Press. 2016
- [38] INGOLD, Tim. "Toward an Ecology of Materials." **Annu. Rev. Anthropol.** 41:427-42. 2012
- [39] JAMES, William. **The Principles of Psychology**, Vol. 1, New York: Henry Holt. 1890
- [40] JOVANOVIĆ, Saša Virijević. **Research of Impact of Emotional Motivators on Consumer Behavior**. School of Business. UDC 366.1:159.942]:665.58(497.11). 2/2020
- [41] KACEN, Jacqueline J & Friese, Susanne. "Special Session Summary in the Mood: the Influence of Emotional State on Consumers' Consumption Behaviors", in **E - European Advances in Consumer Research**, v. 4, eds. Bernard Dubois, Tina M. Lowrey, and L. J. Shrum, Marc Vanhuele, Provo, UT: Association for Consumer Research, Pages: 73-76. 1999
- [42] KACEN, Jacqueline J. **Retail therapy: Consumers' Shopping Cures for Negative Moods**. Working paper. Dearborn, MI: University of Michigan, School of Management. 1998
- [43] KESSLER, Erik H. & Chakrabarti, Alok K. "Innovation Speed: A Conceptual Model of Context, Antecedents, and Outcomes." **The Academy of Management Review**, v. 21, n. 4, pp. 1143-1191, outubro de 1996
- [44] KLEIN, Naomi. Sem Logo - a Tirania das Marcas Em um Planeta Vendido. Ed. Record. 2002
- [45] LAROS, Fleur J. M. & Steenkamp, Jan-Benedict. "Emotions in Consumer Behavior: a hierarchical approach." **Journal of Business Research** (10):1437-1445. 2005
- [46] LATOUR, B. Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory. Oxford: Oxford University Press. 2005
- [47] LEDOUX, Joseph E. **O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. RJ. Objetiva. 1998
- [48] LEVY, S. "Symbols for Sale." **Harvard Business Review**. V. 37, n. 4, pp. 117-119, 1959
- [49] _____. "Symbolism & Life Style". In Rook, Dennis W. (ed) **Brands, consumers, symbols, and research: Sidney J. Levy on marketing**. pp. 217-224. Sage. 1999
- [50] MAGIDS, Scott; Zorfaz, Alan & Leemon, Daniel. "The New Science of Customer Emotions." **Harvard Business Review**. 8 de agosto de 2018
- [51] MALAFOURIS, Lambros. **How Things Shape the Mind: A Theory of Material Engagement**. Cambridge, MA. MIT Press. 2013.

- [52] _____. “Thinking as Thinging: Psychology with Things.” **Current Directions in Psychology Science**. V. 29, n.1, 2019
- [53] MALINOWSKI, B. **Crime and custom in savage society**. Paterson, N.J.: Littlefield, Adams & Co. 1962 [1926]
- [54] MARSH, Amy. “Love among the objectum sexuals.” *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 13, 1 de março de 2010
- [55] MASARYK, Michal Nový; Smith, Michael L Smith & Katrňák, Tomáš. “Inglehart’s scarcity hypothesis revisited: Is postmaterialism a macro- or micro-level phenomenon around the world?” **International Sociology** 2017, Vol. 32(6) 683–706
- [56] MASLOW, Abraham. “A theory of human motivation.” **Psychological Review**, 50(4), 370–396. 1943
- [57] MAUSS, Marcel. **The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies**. London: Cohen & West, 1969
- [58] MESA-LAGO, Carmelo. “The Social Impact of the Economic Crisis in Cuba.” **Cuban Research Institute**. Janeiro de 2023
- [59] MOGILNER, Cassie; Aaker, Jennifer & Kamvar, Sepandar D. “How Happiness Affects Choice,” **Journal of Consumer Research**, v. 39, n. 2, pp. 429-443. 1 de agosto de 2012
- [60] MYERS, D. G. “The funds, friends, and faith of happy people.” **American Psychologist**, 55(1), 56–67. 2000
- [61] NORMAN, Donald. **The Psychology of Everyday Things**. Basic Books. 1988
- [62] OLIVEIRA, Omar Souki. **Genocídio Cultural**. Ed. Paulinas, 1991
- [63] OZIMEK, Phillip et al. “Materialism in social media—More social media addiction and stress symptoms, less satisfaction with life.” **Telematics and Informatics Reports**. v. 13, março de 2024
- [64] PIETERS, Rik. “Bidirectional Dynamics of Materialism and Loneliness: Not Just a Vicious Cycle.” **Journal of Consumer Research**, v. 40, n. 4, pp. 615-631. 1 dezembro de 2013.
- [65] PLOTZ, John Plotz. **Portable Property**. Princeton University Press. 2008
- [66] PREDA, Alex. “The Turn to Things: Arguments for a Sociological Theory of Things.” **The Sociological Quarterly**, v. 40, n. 2, 1999
- [67] RICHINS, Marsha L. “Consumption Emotions”. In Hendrik, H.J., Schifferstein & Paul Hekkert (ed.) **Product Experience**, pp. 399-422. 2008
- [68] _____. “Measuring emotions in the consumption experience.” **Journal of Consumer Research**, 24, 127–146. 1997
- [69] RIGGIN, Stephen Harold. “The power of things: The role of domestic objects in the presentation of self.” In “**Frontmatter**”. **Beyond Goffman**, editado por Stephen H. Riggins, Berlin, New York: De Gruyter Mouton, pp. I-VIII. 1990
- [70] ROY, Susmita. **The impact of natural disasters on crime**. Working Paper. No. 57/2010. Department of Economics and Finance College of Business and Economics University of Canterbury Private Bag 4800, Christchurch. New Zealand. 2010
- [71] SALUM, Marta Heloisa Leuba. “O homem e sua obra, e, os objetos e os homens: da relação homem-matéria.” **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia. Suplemento, supl.7**, 49-61. 2008
- [72] SHARMA, Kirti et al. “Emotions and consumer behaviour: A review and research agenda.” **International Journal of Consumer Studies**. V.47, n.6, pp. 2396-2416. novembro de 2023
- [73] SHERRY, John. “Gift Giving in Anthropological Perspective.” *Journal of Consumer Research* 10(2):157-68. 1983
- [74] SHET, Jagdish. “Consumer Resistance to Innovations: The Marketing Problem and Its Solution.” **Consumer Behavior**. Fevereiro de 1989.
- [75] SIMON, Herbert. **Administrative Behavior**. New York, NY: The Free Press. 1976

- [76] TAE OH, Travis; Pham, Michel Tuan. “A Liberating-Engagement Theory of Consumer Fun”, *Journal of Consumer Research*, Volume 49, Issue 1, June 2022, Pages 46–73
- [77] TALEB, Bassim Nicholas. **Iludidos pelo acaso. A influência da sorte nos mercados e na vida.** Ed. Objetiva. 2019
- [78] TSAI, J. L., Chim, L., & Sims, T. “Consumer behavior, culture, and emotion.” In S. Ng & A. Y. Lee (Eds.), *Handbook of culture and consumer behavior* (pp. 68–98). Oxford University Press. 2015
- [79] VEBLEN, Thorstein. **O impacto econômico da classe ociosa.** Avis rara. 2021 [1899]
- [80] TURUNEN, Makku et a. “Internet and humans in Internet of Things.” **Conference: Human-Computer Interaction – INTERACT 2015.** At: Bamberg, Germany. Volume: 9299. 2015
- [81] VILCHES, Elvira. “Columbus's Gift: Representations of Grace and Wealth and the Enterprise of the Indies.” *MLN*, Vol. 119, No. 2, Hispanic Issue, pp. 201-225. The Johns Hopkins University Press. Março de 2004
- [82] WHITE, Lynn. **Tecnologia medieval y cambio social.** Paidós. 1984
- [83] WILSON, James Q; Kelling, George L. "Broken Windows: The police and neighborhood safety". **The Atlantic**, março de 1982.
- [84] YAN, Yunxiang. “Gifts”. In **The Open Encyclopedia of Anthropology**, editado por Felix Stein. (2020) 2023
- [85] YANG Y, Sun L, Han B, Liu P. “The Trajectory of Anthropomorphism and Pro-Environmental Behavior: A Serial Mediation Model.” **Int J Environ Res Public Health**. Jan 29;20(3):2393. 2023
- [86] XABA, Londiwe & Ndlovu, Sipiwi. “Consumerism as an Ideology: a Critical Theory Perspective”. **SSRN**. 25 de julho de 2023
- [87] ZIMBARDO, Philip. **The Lucifer Effect. Understanding How Good People Turn Evil.** Random House. 2008
- [88] ZUCCOTI, Paula. **Everything we touch: A 24 hours inventory of four lives.** UK: Viking. 2015
- [89] ZUSMAN, José Alberto. “Between Dependency and Adidiction.” **The Psychoanalytic Study of the Child**, 74:1, 280-293, 2021.

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas - UFAM

ANABELA MARIA GRADIM ALVES

Licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde se doutorou em 2004 com a dissertação "A dimensão comunicacional da semiótica de Peirce". É Professora Associada na UBI, onde ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras. É coordenadora científica da unidade de investigação Labcom - Comunicação e Artes, e diretora do Doutorado em Ciências da Comunicação da UBI. Os seus interesses de investigação prendem-se com o Jornalismo, a Comunicação de Ciência, a Semiótica, a Retórica e o interface destas disciplinas com os meios digitais. Coordenou e participou como investigadora em mais de uma dezena de projetos de investigação, é autora de livros, capítulos de livros e artigos nas áreas do jornalismo, semiótica e comunicação de ciência.

ANDRÉ LUIZ JUSTUS CZOVNY

Formado em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda no Centro Universitário Campo Real (2012) e, também, em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo na Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro (2016). Mestre em Comunicação, linha de pesquisa em Cultura Visual e Processos Sociais na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando em Comunicação, linha de pesquisa em Comunicação e Cultura, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Unicentro, e do Centro Universitário Campo Real no curso de Publicidade e Propaganda. Tem experiência na área de Comunicação Visual, desenvolvendo pesquisas nas áreas de Memória e História do Jornalismo.

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade da Beira Interior/Covilhã/Portugal (2015), e é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1983), Professor Associado IV do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, e Pesquisador Produtividade do CNPq (desenvolvendo a pesquisa Qualidade do Jornalismo, Ética e Ideologia: A tensão entre Autonomia do Jornalista, Política Editorial e Autoridade do Público). Atua principalmente nos temas: teoria do jornalismo; comunicação; ciência política; mudança social; ideologia.

JACQUES ALKALAI WAINBERG

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979), BA em jornalismo pela Universidade da Flórida, em Gainesville, mestrado em Jornalismo - University of South Carolina (1990) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1996). O Pós-Doutorado foi realizado na Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos e na Universidade de Tel Aviv. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Suas áreas de interesse e produção intelectual incluem jornalismo, comunicação intercultural e internacional, relações internacionais, teorias de comunicação, comunicação política e persuasão, comunicação e emoções.

JOSÉ CARLOS FERNANDES

Atua como jornalista profissional desde 1990, a maior parte deste tempo em paralelo com as atividades de professor universitário. No jornalismo, trabalhou como repórter e editor de cultura, com acento na cobertura de artes visuais e literatura. Em 2005, voltou a fazer jornalismo de cidade, ocasião em que cobriu habitação, urbanismo, patrimônio e educação. Na sequência, passou a escrever crônicas semanais sobre personagens da capital do estado do Paraná, Curitiba e região. A série ultrapassa 500 crônicas e originou o livro Na Brasília com a Ângelo, edição do autor (2020), entre outros trabalhos publicados. O interesse pela resistência erótica à ditadura militar, nas páginas da editora Grafipar, nasceu com uma dessas crônicas e chegou à atividade acadêmica. O pesquisador também estuda história de jornais impressos e as escolhas literárias de leitoras e leitores com baixa exposição ao saber escolar. É doutor e mestre em Estudos Literários.

JOSÉ RIBAMAR LIMA SILVA

Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (1999), em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2011) e Bacharel em Direito pela Faculdade Florence. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2007) e Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2022). Professor de filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Pinheiro.

KAIOMI DE SOUZA OLIVEIRA CAVALLI

Docente da Universidade Federal de Rondônia, Graduada em Direito, Mestre em Direito e Doutora em Ciências Ambientais.

MAXMILIANO MARTINS PINHEIRO

Doutorando e Mestre em Sociologia Política na Universidade Candido Mendes (IUPERJ), Mestre em Literaturas de Língua Inglesa na UERJ, Especialista em Sociologia, Política e Cultura na PUC-Rio, Professor na SME/RJ e na FAETEC/RJ.

MONIQUE RYBA PORTELA

Jornalista formada em Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-graduada no Master 2 em Jornalismo Internacional Digital da Universidade de Lyon 2, na França. Atualmente, cursa o segundo ano do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, na linha Comunicação, Educação e Formações Socioculturais da UFPR.

ROSELI DE FARIAS BOHN

Graduada em Letras, pós-graduada em literatura e acadêmica do 3º período de Bacharelado em Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, campus Cacoal.

SÔNIA MARA NITA

Graduação em Letras pela União das Escolas Superiores de Cacoal (2003), Pós-Graduação em Linguística Aplicada ao Ensino do Português (2005) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2007). Doutorado em Letras (2017) pela UNESP - São José do Rio Preto, Professora da Universidade Federal de Rondônia campus de Cacoal, lotada no departamento de Direito.

WENDERSON PINTO FARIAS

Mestre em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. MBA em Administração, Contabilidade e Economia pelo Centro Universitário UniBF. Especialista em Gestão Educacional: Direção, Coordenação, Supervisão pelo Centro Universitário UniBF.

AUTORES

Especialista em Letras: Português e Literatura pelo Centro Universitário UniBF. Especialista em Docência de Nível Superior pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Licenciado em Letras: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Dom Bosco - UNIDomBosco/Curitiba. Coordenador Pedagógico e Professor de Ensino Básico na Secretária de Educação e Desportos do Amazonas - SEDUC/AM. Professor de Ensino Superior nos Cursos de Gestão, Tecnológicos e Pedagogia no Centro Universitário FAMETRO. Membro do Grupo de Pesquisa Categorias da Narrativa - Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/ CNPQ.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

